

Ariosvalber de Souza Oliveira

MACHADO DE ASSIS CONTISTA:

IMAGENS DE ESCRAVIDÃO E DA CIDADE NEGRA DO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA



Ariosvalber de Souza Oliveira

**MACHADO DE ASSIS CONTISTA:
IMAGENS DE ESCRAVIDÃO E DA
CIDADE NEGRA DO RIO DE
JANEIRO OITOCENTISTA**

Campina Grande-PB

2019



© dos autores e organizadores
Todos os direitos desta edição reservados à EDUFMG
FICHA CATALOGráfICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFGG
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFMG

O48m	Oliveira, Ariosvalber de Souza. Machado de Assis contista: imagens de escravidão e da cidade negra do Rio de Janeiro oitocentista [livro eletrônico] / Ariosvalber de Souza Oliveira. – Campina Grande: EDUFMG, 2019. 157 p. : il. color.
	E-book (PDF) ISBN 978-85-8001-266-8
	1. História Social. 2. História e Literatura. 3. Machado de Assis – Contos e Escravidão. 4. Assis, Machado. I. Título.
	CDU 930.85

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFGG
editora@ufcg.edu.br

Prof. Dr. Vicemário Simões
Reitor

Prof. Dr. Camilo Allyson Simões de Farias
Vice-Reitor

Prof. Dr. José Helder Pinheiro Alves
Diretor Administrativo da Editora da UFGG

Yasmine Lima
Editoração Eletrônica

CONSELHO EDITORIAL

Anubes Pereira de Castro (CFP)
Benedito Antônio Luciano (CEEI)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro da Costa Rego (CTRN)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Valéria Andrade (CDSA)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I - MACHADO DE ASSIS, UM CONTISTA DESCONHECIDO NOS TRÓPICOS	
CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DA LITERATURA ENQUANTO FONTE HISTÓRICA: O CONTO	19
MACHADO DE ASSIS: CONTISTA DO SEGUNDO REINADO.....	30
A CIDADE DO RIO DE JANEIRO NOS CONTOS DE MACHADO: O RIO DE ASSIS	43
CAPÍTULO II - MACHADO DE ASSIS E A ESCRAVIDÃO	
A QUESTÃO DA ESCRAVIDÃO NA OBRA MACHADIANA, O CASO DOS CONTOS	53
CAPÍTULO III - REPRESENTAÇÕES DA CIDADE NEGRA E DA ESCRAVIDÃO NOS CONTOS MACHADIANOS	
CENAS DE TORTURAS E VIOLÊNCIA: FACES DESVELADAS DA ESCRavidÃO URBANA NO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA	65
CENAS DO COTIDIANO E DE RESISTÊNCIA: FUGAS, PRECARIEDADE DA LIBERDADE, CAPOEIRAS E QUITANDEIRAS.....	77
O MEDO DOS MAUS-TRATOS E CENAS DE CONTRABANDO NA CORTE OITOCENTISTA: UM CRIME QUASE PERFEITO?	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS	136
ANEXOS	147

INTRODUÇÃO

A minha admiração pelo escritor Machado de Assis teve início na adolescência. Textos como “A igreja do diabo”, “Missa do galo”, *Dom Casmurro*, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, entre outros, deixaram fortes impressões no jovem leitor e marcaram minha percepção acerca da literatura. De modo que acredito ter sido importante até hoje a impressão de que um bom texto ficcional é o que causa certo incômodo no leitor e o faz refletir diante do desenrolar da narrativa, ao transparecer que a vida concreta e imaginária fora dos livros se conecta de forma indelével com as estórias desenroladas nas páginas dos ficcionistas.

Além desse aspecto, o que mais me impressiona na obra machadiana é a capacidade que o autor tem de visualizar aspectos da vida política do Brasil no século XIX. Para além de um grande deslindador da alma humana, que descreveu com rara sinceridade os lados mais obscuros das ações humanas, é perceptível na narrativa do escritor uma arguta análise da sociedade brasileira do seu tempo.

Sem conhecer minimamente as complexidades que envolviam o métier do historiador e sem ter um conhecimento mais aprofundado acerca da obra machadiana, ficava estarrecido e admirado com a história do Brasil apresentada através dos textos de Machado de Assis.

Chamava-me a atenção a atualidade de suas críticas. Nunca saiu da memória a imagem descrita na crônica publi-

cada no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, de 29/12/1861, na qual diz: “O Brasil real, esse é bom, revela os melhores instintos; mas o país oficial, esse é caricato e burlesco”. Sempre fazia uma analogia desta imagem com a característica marcante da propaganda oficial do governo federal que tem o objetivo de mostrar o Brasil dos dados oficiais positivos e dos discursos que nos fariam supor que estamos a caminho de nos tornarmos uma grande potência mundial, *o país de todos*. Mas essa imagem oficial de progresso não se coaduna com os graves problemas estruturais que o país possui, com uma desigualdade social extrema entre ricos e pobres, e um sistema tributário que massacra a população de baixa renda. Nesse sentido, o Estado brasileiro oficial é burlesco, pois se recusa a reconhecer seus grandes problemas e desafios, embora o Brasil seja a sexta economia do mundo e sede da Copa do Mundo 2014 (oficial), e é também o país que criminosamente esmagou os moradores de Pinheirinhos (real).¹

Esse fascínio pela produção ficcional do Bruxo do Cosme Velho transformou-se em objeto de pesquisa histórica que se estendeu em monografia de conclusão de curso e especialização até chegar ao presente texto.

Estou consciente de que pesquisar a literatura machadiana é enveredar por terreno minado, no sentido de que talvez seja o escritor mais estudado na literatura brasileira. Isso tanto

1 Em 2012, a comunidade da favela de Pinheirinhos, em São José dos Campos (estado de São Paulo), foi retirada à força pela polícia por ordem de mandado judicial de reintegração de posse ao especulador financeiro Naji Nahas. A truculência do Estado sobre essa população de baixa renda foi tão forte que tal fato ficou conhecido como o “Massacre de Pinheirinhos”. Dessa maneira, a justiça é ágil e rápida para alguns setores da população brasileira e demorada e omissa para outros.

na área dos estudos literários como no campo dos estudos da história. A pesquisa empreendida nos causa dois sentimentos correlatos: primeiro, a apreensão de estar repetindo ou apenas reforçando estudos já feitos; o segundo remete ao entusiasmo da constatação de que um grande escritor, como Machado de Assis, não esgota as possibilidades de novos estudos e de que ainda existem muitas coisas a serem pesquisadas.

Isso se deve, primeiramente, à imensa produção ficcional do autor. Até onde se sabe, Machado de Assis escreveu 9 romances, mais de 500 crônicas, 218 contos, entre outros textos de teatro, poesia, crítica literária e relatórios de trabalhos. Outro ponto a ser destacado é o fato de que, por mais incrível que possa parecer, não existe uma obra realmente completa da obra machadiana. As duas grandes obras são os 31 volumes da editora Jackson, organizada por Raimundo Magalhães Júnior. Tal editora comprou os direitos autorais da Garnier. A outra são os três volumes da edição Nova Aguilar, em papel bíblia, somando mais de três mil páginas. Ambas as edições estão longe de estarem completas, além de serem marcadas por inúmeras falhas e equívocos,² de modo que tal realidade é extensível aos contos.

Ainda sobre os contos machadianos, destaca-se o trabalho do professor Edjalma Cavalcanti (2003), que está organizando “todos os contos escritos” por Machado de Assis, dividindo o resultado da pesquisa em quatro livros. Os dois primeiros já foram concluídos, os outros estão sendo

2 Contamos com o auxílio técnico do trabalho realizado por John Gledson (2007), também do site Domínio Público, que disponibiliza grande parte dos contos escritos por Machado. Cabe destacar a organização dos contos de Machado de Assis no estudo elaborado por Edjalma Cavalcanti (2003).

finalizados. No presente trabalho utilizamo-nos da edição de contos organizadas por John Gledson (2006) e Eduardo de Assis Duarte (2007).

Na perspectiva do Machado de Assis contista, a produção ficcional desse gênero merece novos estudos, tanto na crítica literária quanto nos estudos de história que aproveitam a obra machadiana considerada como fonte documental. Do ponto de vista dos historiadores, o escritor é estudado principalmente a partir dos romances e das crônicas. Sobre esse segundo gênero, são muitos os estudos que abordam o Rio de Janeiro do cronista Machado de Assis.

Quanto aos contos, entretanto, faltam estudos amplos sistemáticos. Existem muitos pontos em silêncio sobre o Machado de Assis contista. Por exemplo, o crítico literário Hélio de Seixas Guimarães (2004) pesquisa nos romances machadianos a figura do leitor tido como construtor literário e analisa a possibilidade de se apontar para uma teoria machadiana do leitor. Nesse contexto, segundo o crítico literário, denotam-se projeções do escritor acerca do seu leitor ideal, real e potencial. Guimarães arrisca apresentar respostas a algumas questões importantes como, por exemplo, quem eram os leitores de Machado? De que forma a repercussão de cada obra (romance) teria influenciado obras posteriores e produzido modificações importantes na produção do escritor? Essas dimensões estudadas por Hélio Guimarães relativamente aos romances não foram estudadas em relação aos contos. Esse é apenas um exemplo, entre outros, acerca da existência de aspectos do Machado contista que devem ser investigados e esmerados por críticos literários e historiadores.

Podemos indicar alguns estudos representativos sobre os valores históricos nos contos machadianos: Sidney Chalhoub (2003) demonstra, ao analisar alguns contos, aspectos da escravidão brasileira, como na pesquisa do texto “Mariana”. Nicolau Sevcenko (2003) faz uma leitura arguta do conto “Evolução”, demonstrando os dilemas das novas gerações de intelectuais no período de passagem da monarquia para a república no Brasil.

John Gledson (2006) inova nas leituras de alguns contos, perscrutando aspectos pouco estudados, como o caso da questão de gênero; e, no conto “O espelho”, indicando que tal narrativa representa as crises de identidade das elites brasileiras no processo da inevitável derrocada da escravidão no Brasil. O crítico literário Eduardo de Assis Duarte (2007) analisa os contos: “Virginus”, “Mariana”, “Pai contra mãe”, “O espelho” e “O caso da vara”, pesquisando, nesses textos, aspectos da escravidão brasileira.

A historiadora Daniela Magalhães da Silveira (2010) se detém na análise do processo de seleção dos contos dos livros *Papéis avulsos* (1882) e *História sem data* (1884). A autora traz com agudeza de detalhes as transformações sofridas dos contos do seu veículo original de publicação (dos jornais até chegar às páginas dos livros) e observa que muitos enredos descritos nos contos publicados nos livros citados trazem frequentemente assuntos que estavam na ordem do dia dos debates políticos do seu tempo e que ficaram registrados na imprensa. De modo que, não raro, eram alocados em colunas marginais ou em outras páginas onde eram publicados os contos. Era nesses espaços que originalmente eram publi-

cados os contos como, por exemplo, a questão do advento do suposto progresso da ciência, que era tema debatido à exaustão pelos jornalistas e colaboradores do jornal *Gazeta de Notícias* (1875-1942), principalmente nas últimas décadas do século XIX, que foi um dos temas muito bem representados nos contos machadianos. “O alienista”, publicado no livro *Papéis avulsos* (1882), é uma demonstração disso.

O historiador Leonardo Bruno Farias (2011), por seu turno, destaca a construção do comportamento feminino a partir dos contos de Machado de Assis publicados no *Jornal das Famílias* (1858-1878). O conto ou novela “O alienista” é um texto muito analisado na área das ciências humanas, tanto na área da história quanto na da filosofia.³

Constata-se, no entanto, que há poucos estudos dentro da historiografia brasileira que têm como fonte principal os contos de Machado, ao passo que, sobre as pesquisas que estabelecem interfaces entre a cidade do Rio de Janeiro e os contos machadianos, as lacunas se ampliam.

Perante esse cenário, pretendemos pesquisar aspectos da escravidão e da *cidade negra* do Rio de Janeiro nos oitocentos, tendo como fonte os contos de Machado de Assis. Nosso estudo analisa o espaço urbano a partir da literatura ficcional, estabelecendo interfaces entre cidade e ficção. Essa relação é uma das áreas mais fascinantes dos estudos históricos, a exemplo das memoráveis páginas de Walter Benjamim (1991) sobre a Paris de Charles Baudelaire. Geralmente os historiadores se utilizam dos romances e principalmente das crônicas

3 MURICY, Kátia. A razão cética: Machado de Assis e as questões do seu tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

para estabelecer estudos sobre as urbes, sendo raros os que estudam experiências do urbano a partir dos contos. Isso pode ser atribuído a algumas questões a serem tratadas adiante.

O historiador, na sua pesquisa, se ampara nas fontes históricas para subsidiar seus argumentos e interpretações de fatos já transcorridos. A fonte utilizada deve ser sempre refletida e questionada. Utilizar da literatura tida como fonte histórica é manusear textos ficcionais, sem compromisso de veracidade ou de lógica cronológica acerca dos fatos desenvolvidos em suas páginas.

Para nós, historiadores, no caso do conto, as questões são tornadas mais complexas, pois se trata de um gênero de ficção que tem como característica marcante o narrar do breve – que se alicerça pelo limite narrativo. Trata-se de um texto curto, o qual geralmente os escritores se esforçam por apresentar sinteticamente, e está fincado em descrições breves. O conto é texto de difícil acesso para uma pesquisa de história. É diferente do romance, pois não há espaço para as longas dissertações, descrições ou reflexões, como nos romances clássicos *O Vermelho e o Negro*, de Stendhal; e *Crime e castigo*, de Dostoievski. No conto, a economia de palavras e de descrições é característica basilar da narrativa.

Sendo Machado de Assis o contista, o grau de complexidade inflaciona-se. Trata-se de um escritor refinado e de astuta narrativa, em que o enigma e as decifrações das entrelinhas e ironias se fazem necessárias para o melhor entendimento dos leitores. Machado não foi propriamente um paisagista, mas antes um retratista da vida fluminense. Muito atento às dimensões psicológicas de seus personagens,

tendo trabalhado com agudeza peculiar os componentes mais obscuros das ações humanas – um de seus temas prediletos.

Com fundamento em muitos estudos de crítica, já se sabe que existe uma gama de experiências sociais do seu tempo⁴ contidas nas narrativas machadianas, nas quais também reside uma reiterada preocupação do autor em ser um homem do seu tempo e do seu país. O escritor estava atento às questões latentes da sua época, mas sempre representou suas críticas de forma velada, dizendo mais nas entrelinhas do que nas exposições das frases das suas narrativas, de modo que essa perspectiva é mais acentuada nos contos.

Isso vale para o tema da escravidão e suas implicações sociais e culturais. Assunto que, para Machado de Assis, sempre foi delicado devido às circunstâncias da época e de seu temperamento. Na maioria das vezes, a escravidão sempre foi colocada com muita ironia e de forma muito sutil pelos narradores machadianos, o que resultou em muitas polêmicas entre seus estudiosos.

Sobre o mundo social presente nas narrativas machadianas, o crítico literário Augusto Fischer (2008, p. 175-176) destaca, em relação aos contos, que:

[...] Por seu tamanho curto, por sua vocação para o flagrante e não para o relato extenso. Talvez a vocação não para o registro da vida social em conjunto, ou a de um tipo represen-

4 Vários estudos já apontam para estas perspectivas, entre alguns autores podemos indicar: Brito Brocca (1957); Astrojildo Pereira (1958); Miécio Tati (1961); Raymundo Faoro (1976); John Gledson (1986); Kátia Muricy (1988); Roberto Schwarz (1997); Sidney Chalhoub (2003); Nicolau Sevcenko (2003); Eduardo de Assis Duarte (2007); Hélio Seixas de Guimarães (2004), entre outros tantos.

tativo de certa classe, mas a vida individual isolada empurre o conto para o domínio do debate da época, mais do que o do lugar: o leitor dos contos de Machado, considerados em conjunto, tem ali mais um comentário sobre aquilo que no Brasil é comum [...] é que Machado ali está pensando na vida humana de seu tempo, mais do que na vida humana de seu espaço.

Concordamos com Fischer quanto à diferença do Machado de Assis contista. Essa segunda dimensão é mais detida na descrição das questões da vida humana do que propriamente nas análises sociais e históricas, até mesmo por suas limitações constitutivas. Mas, em que pesem essas restrições, acreditamos ser possível considerá-los como fontes documentais visando estudar aspectos da escravidão na cidade do Rio de Janeiro.

Neste contexto, anuímos com Marc Bloch (2001, p. 79) quando estabelece que “os textos ou documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam, senão, quando sabemos interrogá-los”. Mesmo diante de algumas mediações necessárias relativamente à fonte utilizada, traçaremos esta pesquisa vinculada à História Social, tendo em vista tratar-se de uma pesquisa preocupada em compreender características do *modus operandi* da escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro nos oitocentos, bem como perceber cenas da cidade negra. Para tanto, teremos como fio condutor da pesquisa os contos machadianos.

O Brasil foi o país que mais importou africanos escravizados no mundo. Estima-se que um total de mais de quatro milhões de africanos desembarcaram forçosamente

em terras brasileiras, o que foi de fundamental importância para a constituição cultural, social e econômica da nação, que foi construída, literalmente, sobre *costas negras*. Isso é extensivo para a constituição de muitas cidades brasileiras, merecendo destaque a cidade do Rio de Janeiro, que, no decorrer da história do Brasil, ganhou notável importância desde a descoberta de ouro e diamantes na região das Minas Gerais, onde grande parte dos escravos explorados nessas regiões desembarcava no porto do Valongo.

A partir de 1763, o Rio de Janeiro veio a se tornar o coração vital do país ao tornar-se a capital do Brasil, tendo em seguida acomodado a Família Real (1808) e sido palco da independência do Brasil em 1822. Após a segunda metade do século XIX, a cidade do Rio pôde ser denominada de *A Corte Irradiante*. Durante seu crescimento urbano e econômico, sabe-se que o Rio de Janeiro foi a urbe que mais recebeu escravos no Brasil. No início do século XIX, a Corte brasileira aglomerava a maior população de cativos do mundo. É esse cenário que pretendemos investigar naquilo que os contos sugerem e permitem visualizar.

De modo que a primeira parte do trabalho visa estabelecer algumas ponderações sobre o gênero literário do conto e suas características, tomando-o como produto urbano advindo da modernidade.

Pretendemos destacar a dimensão do contista Machado de Assis examinando as suas facetas ocultas, defendendo o seu perfil de contista do Segundo Reinado e analisando suas possibilidades ao considerar tais obras como fontes históricas para fins de estudar a cidade do Rio de Janeiro.

Na segunda parte, empreenderemos uma análise acerca da relação do Machado de Assis com a delicada questão da escravidão e de como é possível perceber as cenas da cidade negra em suas narrativas, inclusive nos contos.

Na terceira parte, analisaremos nos contos de Machado de Assis aspectos da *cidade negra* e outras imagens da escravidão no Rio de Janeiro oitocentista, mediante o estabelecimento de diálogos entre crônicas⁵ e jornais da época,⁶ bem como entre relatos de Mahommah Baquaqua e Charles Darwin, e historiadores da escravidão urbana da Corte, como Chalhoub (1990; 2012), Mary Karasch (2000), Luiz Carlos Soares (2007), entre outros.

Na última parte do trabalho, analisaremos aspectos da escravidão urbana e suas tensões sociais, como as práticas de torturas dos escravos e a precariedade da liberdade dos negros na cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Por outro lado, apontaremos as práticas de resistência, como as fugas e o suicídio, bem como as atividades dos capoeiras e quitadeiras na cidade. E, por fim, discorreremos sobre o tráfico ilegal e suas implicações sociais.

Na análise dos contos, estaremos atentos às entrelinhas, às pontuações dos textos, aos pequenos detalhes, pois nessas filigranas podemos subsidiar e auxiliar a possibilidade de leitura para as redes de significados sociais e psicológicos mais profundos.

⁵ As crônicas de Machado de Assis utilizadas na pesquisa foram consultadas no site do Ministério da Educação – MEC. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/>.

⁶ Os jornais digitalizados foram consultados no site da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

CAPÍTULO I

MACHADO DE ASSIS, UM CONTISTA DESCONHECIDO NOS TRÓPICOS

*

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO USO DA LITERATURA TIDA COMO FONTE HISTÓRICA: O CONTO

Ao utilizar a narrativa literária como fonte histórica, são necessárias algumas mediações metodológicas. A literatura é uma fonte documental indispensável para o historiador que queira melhor tentar compreender uma época passada. São rastros materiais e sensíveis de uma sociedade. Acreditamos, desse modo, que os textos literários são narrativas portadoras de diversas possibilidades de pesquisa para a história.

Aspectos da sociedade são representados e documentados em vários registros históricos, ficando preservadas, à sua maneira, nas narrativas dos ficcionistas. Nessa perspectiva, indica Carlo Ginzburg (2007, p. 14), que “os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício, que é a trama do nosso estar no mundo”.

Como é de praxe numa pesquisa histórica, não pretendemos esgotar o tema estudado, mas o autor ficará satisfeito se conseguir despertar nos leitores o interesse pelo estudo da temática da escravidão urbana a partir de fontes poucas exploradas, como os contos machadianos.

Almejamos também despertar o interesse sobre o contista Machado de Assis, pois muitos textos dele estão intactos quanto a novos estudos e reavaliações, tanto por parte dos estudiosos das letras, como por parte dos historiadores. Nos contos machadianos, reside “uma multidão de coisas interessantes para a nossa história pública e íntima. Daí a esperança que me fica, de não ser condenado absolutamente pela consciência dos que me leem”.⁷

⁷ Trecho extraído do conto “Eterno”, do livro *Páginas recolhidas*. ASSIS, Machado de. **Obra Completa**: Contos e Teatro. VII. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

Outro aspecto que deve ser destacado é que o conteúdo na ficção literária não é constituído meramente de fantasias narradas, pois as obras literárias têm efeitos práticos e concretos na medida em que influenciam e alteram nossa visão de mundo. O texto narrado pela literatura ganha valor de verossimilhança. A literatura ficcional está além do plano da mera ficção – no plano restrito da estética, ela é, *a priori*, uma manifestação social e cultural que possibilita significar indícios de um contexto histórico.

Desse modo, pode-se utilizar a narrativa ficcional e considerá-la fonte histórica. O texto literário serve como fonte de pesquisa para as questões formuladas pelo historiador. No dizer de Nicolau Sevcenko (2003, p. 29), “todo escritor possui uma espécie de liberdade condicionada de criação, uma vez que os seus temas, motivos, valores, normas ou revoltas são formados ou sugeridos pela sua sociedade e seu tempo”. Essa arguta colocação é enriquecida quando o escritor Mário Vargas Llosa (2004, p. 69) reflete que:

Uma obra de ficção fracassa ou triunfa por si mesma – pelo vigor de seus personagens, pela sutileza de seu enredo, pela sabedoria de sua construção, pela riqueza de sua prosa – e não pelo testemunho que oferece do mundo real. No entanto, nenhuma ficção, por mais autossuficiente e impermeável à realidade exterior que nos pareça, não deixa de ter vínculos poderosos e irremediáveis com a outra vida, aquela que não é criada pela magia da fantasia e pela palavra literária, mas pela vida crua, a não inventada, a vivida.

A narrativa literária não se abstrai totalmente de seus vínculos extralinguísticos. Contudo, é importante ler a narrativa ficcional não como mero reflexo da realidade. É preciso estabelecer uma relação de proximidade com determinados acontecimentos históricos. Podemos indicar que as possibilidades da literatura tida como fonte para a história são amplas e de extrema viabilidade, desde que se levem em conta as especificidades do texto literário.

Sobre essa perspectiva, Carlo Ginzburg sugere a possibilidade do uso indireto de imagens históricas contidas nas narrativas ficcionais, tendo em vista que a narrativa literária pode trazer, comumente, testemunhos involuntários da história, ou seja, é possível estudar aspectos da história a partir da ficção.

Seguimos a proposta feita por Ginzburg, já que os literatos não escrevem com o compromisso da veracidade dos fatos narrados. Trata-se, antes de tudo, de textos fantasiosos que têm, *a priori*, sua dimensão estética, contudo a narrativa ficcional está entranhada de ressonâncias históricas e imagens que preservam características de uma época passada, como as modas, os costumes, as formas de viver e amar em um dado tempo já transcorrido, entre outras visualizações possíveis que podem ser acionados pelos historiadores através dos usos indiretos de tais narrativas.

Dessa maneira, as narrativas ficcionais podem ser utilizadas como rastro e fios que diminuem as distâncias entre o presente e os acontecimentos passados. Os escritores e os historiadores narram, ao seu modo, nossa experiência existencial no mundo. Mas, dos ficcionistas, podemos extrair

imagens, fragmentos, cores, vozes e detalhes de uma época passada, além do prazer estético da *poiésis* textual. É por essas veredas que encaminharemos nosso trato metodológico no uso da literatura considerada como fonte histórica – o conto.

O conto é um gênero literário antigo que remonta à tradição oral presente em várias culturas, mas o que nos interessa na pesquisa é o conto moderno: texto advindo das transformações dos grandes centros urbanos ocidentais em plena expansão industrial⁸ durante os séculos XVIII e XIX, ocasionando a ampliação do consumo dos jornais nas cidades, veículos de comunicação que garantiam significativo espaço para textos literários da época. Dessa forma, o desenvolvimento do conto esteve entrelaçado às páginas dos jornais. Como indica o historiador da literatura e do conto no Brasil Barbosa Lima Sobrinho:

No começo do século XVIII [...] o jornal, expandindo-se os periódicos e aumentando o número de seus leitores, assim como o público a que se destinavam. Conto ou periódico viviam da mesma seiva, apoiando-se um ao outro, não havendo, dentro da ficção melhor ajustado aos jornais que o do conto em prosa, fácil de publicar de uma só vez e acessível a todos, pela simplicidade do entrecho como pela linguagem singela e corrente. À medida que o jornal ganha fôrças, multiplicando suas edições, aumentando seu formato e o número de páginas de cada exemplar, o conto ganha importância, obtendo, de uma só vez, os dois triunfos, o da difusão e o da

⁸ Aqui indicamos cidades como Paris e Londres, os dois grandes centros urbanos em pleno desenvolvimento industrial da Europa do final dos séculos XVIII e início do XIX.

consagração, como um gênero literário autônomo. (LIMA SOBRINHO, 1960, p. 8-9).

O conto moderno é fruto de uma nova sensibilidade e de uma nova demanda material de consumo inserido no espaço urbano. Narrativa de consumo rápido para uma plateia de leitores progressivamente anônimos. A literatura moderna foi gestada nas cidades, sendo fruto de novas experiências urbanas. A cidade foi palco das transformações da literatura moderna, mudanças essas que, por sua vez, foram registradas pela literatura.

Exemplo interessante sobre esse aspecto está contido no conto “O homem na multidão”⁹, de Edgar Allan Poe (1809-1849). O texto em análise apresenta a experiência do narrador em Londres, no século XIX, quando ao analisar a multidão da cidade resolve seguir um velho que lhe chamou a atenção. Sua perseguição ao idoso se estende de tal maneira que resolve abandoná-lo, pois o velho não queria estar só, e isso fazia com que ele se refugiasse nas várias multidões do dia a dia na capital inglesa. Embora, paradoxalmente, no fim das contas, esteja só em meio à multidão.

Esse conto remete às imagens que representam o advento social e cultural das multidões típicas do cotidiano da cidade moderna industrial como Londres, entre outras imagens a serem exploradas. Por exemplo, quando o narrador, observando uma rua do centro de Londres, coloca:

Mas, ao aproximar-se o anoitecer, a multidão engrossou e quando as lâmpadas se acende-

⁹ Escrito por volta do ano de 1844.

ram, duas densas e contínuas ondas de passantes desfilavam pela porta. Naquele momento particular do entardecer, eu nunca me encontrara em situação similar e, por isso, o mar tumultuoso de cabeças humanas enchia-me de uma emoção deliciosamente inédita [...]. Olhava os transeuntes em massa e os encarava sob o aspecto de suas relações gregárias. Logo, no entanto, desci aos pormenores e comecei a observar, com minucioso interesse, as inúmeras variedades de figura, traje, ar, porte, semblante e expressão fisiônômica. Muitos dos passantes tinham um aspecto prazerosamente comercial e pareciam pensar apenas em abrir caminho através da turba [...]. Outros, formando numerosa classe, eram de movimentos irrequietos; tinham o rosto enrubescido e resmungavam e gesticulavam consigo mesmos, como se sentissem solitários em razão da própria densidade da multidão que os rodeava. (POE, 1965, p. 230).

Essa passagem registra o impacto das multidões na vida cotidiana dos grandes centros urbanos, como na de Londres do século XIX, experiência social que surgiu com o advento do crescimento das grandes cidades no decorrer do período oitocentista. Nesse período, a população urbana da Inglaterra excedia à rural. Na verdade, a população total aumentou de modo extraordinário, pois, em 1801, havia nove milhões de habitantes; esse número já havia dobrado em 1850.¹⁰

10 WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. Companhia das Letras. São Paulo, 1989. E sobre o tema da multidão em Londres, ver o capítulo 1: “A rua e seus personagens”, no livro de Maria Stella Bresciani: *Londres e Paris: o espetáculo da pobreza*. 8. ed. Brasiliense: São Paulo, 1994.

Nesse contexto histórico, o conto esteticamente desvela essas novas experiências do urbano – as multidões na vida diária das grandes cidades – no caso, Londres. Onde as pessoas já não se conhecem mais, o indivíduo é tragado no meio da aglomeração de pessoas que não se falam e que estão preocupadas com o horário a ser cumprido no trabalho, como na passagem: “Muitos dos passantes tinham um aspecto prazerosamente comercial e pareciam pensar apenas em abrir caminho através da turba”.

A narrativa “O homem na multidão”, de Edgar Allan Poe, rapidamente analisado, é um exemplo das interfaces entre experiências urbanas e relatos literários, e também reflete o gênero literário do conto e suas possibilidades consideradas como fonte histórica.

No século XIX, boa parte da literatura era publicada inicialmente nos jornais, fossem romances ou contos, geralmente saía na parte dos folhetins, no rodapé das folhas diárias, local privilegiado para publicações literárias de várias espécies, como poemas, crônicas e outros gêneros literários, e tinha nos periódicos diários seu primeiro espaço de publicação.

O leitor do conto dessa época é, antes de tudo, o dos jornais, adepto da leitura de tempo curto – prática inserida no cotidiano das cidades. O conto moderno corresponde a um novo tipo de gênero literário cuja leitura não pode se estender no tempo, pois os ritmos modernos das cidades não permitem: nessa lógica, o tempo torna-se sinônimo de dinheiro e é preciso não desperdiçá-lo. Assim, o conto se adapta a essa necessidade de consumo das classes médias e burguesas da época. Como situa o crítico literário Terry Ea-

gleton (1997, p. 109), a literatura pode ser analisada também como uma “atividade social, uma forma de produção social e econômica que existe ao lado de outras formas semelhantes e que se inter-relaciona com elas”.

A literatura é uma manifestação cultural, artística e poética que está vinculada aos condicionamentos sociais e econômicos do seu tempo. É o que acontece com o surgimento da manifestação literária do conto moderno.

Assim, o gênero do conto foi visto com ressalvas por alguns críticos, tanto que, durante grande parte dos séculos XVIII e XIX, tal narrativa foi considerada um gênero literário menor em relação ao romance, que foi o gênero literário por excelência do século XIX. No texto “Instinto de nacionalidade”,¹¹ Machado de Assis, numa série de reflexões sobre a literatura brasileira, diz sobre o conto: “É gênero difícil, a despeito da sua aparente facilidade, e creio que essa mesma aparência lhe faz mal, afastando-se dele os escritores e não lhe dando, penso eu, o público toda a atenção de que ele é muitas vezes credor”.

Neste contexto, Edgar Allan Poe vai ser um dos primeiros a refletir sobre a narrativa do conto numa perspectiva moderna. A crítica literária Patrícia Lessa Flores da Cunha (1998, p. 37) indica que o leitor de Poe é o leitor do jornal, “o leitor cada vez mais anônimo dos crescentes núcleos urbanos de uma sociedade que cada vez mais se torna materialista, em que aos poucos desaparecem os vestígios do indivíduo diante da multidão”.

11 Texto publicado originalmente em 1873, na revista *Novo Mundo*, Nova York.

Sobre a expansão do consumo de literatura em jornais no contexto da modernização das informações no início do século XIX nos Estados Unidos e sobre a questão da brevidade do relato, diz Poe:

O progresso realizado em alguns anos pelas “revistas e magazines” não deve ser interpretado como queriam certos críticos. Não é uma decadência do gosto ou das letras americanas. É, antes, um sinal dos tempos; é o primeiro indício de uma era em que se irá caminhar para o que é breve, condensado, bem digerido, e se irá abandonar a bagagem volumosa; é o advento do jornalismo e a decadência da dissertação [...]. Há mais pontos conhecidos e registrados, mais coisa para refletir. Somos inclinados a enfeixar o máximo possível de ideias no mínimo de volume a espelhá-las o mais rapidamente que pudermos. Daí nosso jornalismo atual; daí, também, nossa profusão de magazines. (POE, 1965, p. 967).

Essa concepção de Poe é partilhada por Machado de Assis,¹² pois com a expansão da literatura nos jornais surgiu certa polêmica entre o possível deslocamento de importância do livro impresso em relação aos jornais.¹³ É nesse contexto

12 Cabe lembrar que Machado foi um leitor assíduo do escritor norte-americano, inclusive, traduziu o famoso poema “O corvo”, além de citá-lo em alguns contos, como no texto “Só”.

13 Cabe aqui a reflexão de que é algo recorrente no advento de novas tecnologias – supor que antigas ferramentas e objetos poderão ser automaticamente descartados, por exemplo, os debates atualmente envolvendo livros digitais *versus* livros impressos. Olhar para exemplos do passado pode nos auxiliar a refletir sobre os adventos das novas tecnologias e suas implicações sociais.

que Poe defende a legitimidade do jornal e, nessa perspectiva, Machado de Assis, na crônica “O jornal e o livro” (publicada originalmente no *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nos dias 10 e 12/01/1859), está em sintonia com as propostas de Poe. Diz o cronista:

O jornal matará o livro? O livro absorverá o jornal? [...] o jornal é verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das idéias e o fogo das convicções. O jornal apareceu trazendo em si o gérmen de uma revolução. Essa revolução não é só literária, é também social, é econômica, porque é um movimento da humanidade abalando todas as suas eminências, areação do espírito humano sobre as fórmulas existentes do mundo literário, do mundo econômico e social [...]. Ao século XIX, cabe sem dúvida a glória de ter aperfeiçoado e desenvolvido essa grandiosa epopeia da vida íntima dos povos, sempre palpitante de idéia. É uma produção toda sua. Depois das idéias que emiti em ligeiros traços, é tempo de desenvolver a questão proposta: – o livro absorverá o jornal? O jornal devorará o livro? (p.).

É nesse contexto de expansão dos jornais que boa parte da literatura do século XIX vai ser produzida. Tanto romances quanto contos eram publicados geralmente nos rodapés dos jornais no espaço dos folhetins.¹⁴ Poe e Machado

14 Segue anexo um jornal do século XIX e sua parte de folhetim literário.

defendiam esse espaço, já que ambos escreviam boa parte de seus textos nos jornais e revistas da época. De modo que foi a partir daí que o conto se adaptou a esse espaço de publicação, levando Poe a perceber sua importância e riqueza estética de possibilidades.

Essa concepção de Poe vai ser sintetizada no célebre ensaio “A filosofia da composição”,¹⁵ no qual o poeta estabelece reflexões teóricas sobre o processo de construção de seu poema “O corvo”. Esse ensaio pode ser lido também como manual de reflexões sobre outras narrativas curtas de ficção.

O poeta descreve a necessidade da *unidade de efeito* própria da narrativa curta. Para Poe, é importante a síntese de efeito conseguir em pouco espaço textual um máximo de efeito, em que a leitura possa ser realizada sem interrupção, alcançando a intensidade do efeito poético. O escritor argentino Julio Cortázar – contista e leitor de Poe – reforça e amplia alguns argumentos sobre as características marcantes desse gênero textual. Julio Cortázar (1974, p. 152) sobre o conto diz que, no embate entre o leitor e texto, o romance ganha por pontos e o conto vence por nocaute, e mais, “o contista sabe que não pode proceder cumulativamente, que não tem o tempo por aliado; seu único recurso é trabalhar em profundidade, verticalmente, seja para cima ou para baixo do espaço literário”.

Poe e Cortázar examinam o limite constitutivo que o conto impõe a leitores e escritores. O conto é a arte do narrar

15 Nesse ensaio, Poe estabelece que a criação poética seja antes de tudo fruto do trabalho e da técnica, recusando o argumento romântico de que a criação poética adviria da inspiração. Postura que ganha vários adeptos posteriores, como Machado de Assis e João Cabral de Mello Neto, entre outros.

o breve, mas em que pese essa limitação estrutural, cabe à argúcia do escritor em aproveitar ao máximo os limites do gênero, dando aos contos, segundo Poe, *unidade de efeito*; e, segundo Cortázar, *intensidade*, os quais garantem ao conto uma beleza estética singular.

Segundo Machado de Assis (1997, p. 252), “não é tamanho que faz mal a este gênero de histórias, é naturalmente a qualidade; mas há sempre uma qualidade nos contos, que os torna superiores aos grandes romances, se uns e outros são medíocres: é serem curtos”.

Portanto, em que pese o fato de o conto ser um gênero literário marcado pelo curto espaço textual, ele permite várias possibilidades estéticas e históricas, e isso vai depender do contista, da sua capacidade de sintetizar *um efeito* ou uma *intensidade* no seu texto, bem como as suas possibilidades históricas dependerão do quanto o pesquisador saberá analisá-las. É o que pretendemos fazer com os contos de Machado de Assis, um contista ainda desconhecido.

MACHADO DE ASSIS: CONTISTA DO SEGUNDO REINADO

O título do tópico em questão visa apresentar para os leitores o Machado de Assis contista, uma dimensão, a nosso ver, pouco conhecida e importante de ser desvelada para melhor compreensão da presente pesquisa. O título é uma alusão ao texto “Romancista do Segundo Reinado”, do crítico literário Astrojildo Pereira, segundo o qual os enredos ficcionais, em especial os romances machadianos, foram centrados neste período. Como bem coloca Pereira (1958, p. 15):

A sua atividade de escritor começou pouco antes de 1860 e só terminou às vésperas da sua morte, em 1908. Mas o tempo durante o qual se formou e se desenvolveu a sua personalidade coincide quase todo ele com o período histórico do Segundo Reinado. Ao proclamar-se a República, já o escritor havia atingido a plenitude da sua maturidade. Esta coincidência de tempo possui naturalmente muita importância para a caracterização e compreensão da obra de Machado de Assis.

O Bruxo do Cosme Velho viveu boa parte de sua vida durante o Segundo Reinado, o que ficou desdobrado nos enredos de suas narrativas ficcionais. Segundo o crítico literário Luís Augusto Fischer (2008), Machado de Assis, ao representar os aspectos sociais do Brasil oitocentista, como as práticas de clientelismo, o patrimonialismo e a escravidão, fez com que a sua obra não fosse bem recebida no exterior, devido às dificuldades de um leitor estrangeiro de compreender características peculiares da sociedade brasileira oitocentista.

Portanto, concordamos com os argumentos de Pereira (1958) e Fischer (2008) sobre como Machado de Assis trouxe as experiências sociais do Brasil da segunda metade do século XIX para dentro de suas narrativas ficcionais. Mas, em que pese o romance ter sido o centro de estudos dos críticos em questão, queremos destacar os contos machadianos enquanto fonte de pesquisa para se compreender as características da escravidão e da cidade negra do Rio de Janeiro oitocentista. Mas antes dito, cabe pontuar algumas características do Machado contista desconhecido por seus leitores e estudiosos.

Machado de Assis foi o autor que deu maturidade ao gênero do conto no Brasil. O gênero apareceu no Brasil¹⁶ na primeira metade do século XIX. Chegou acompanhando a esteira da expansão dos jornais – nas páginas literárias de tais periódicos. Os jornais *O Chronista* (1836) e *O Gabinete de Leitura* (1837) tiveram participação decisiva para a história do conto em terras tupiniquins, pois foi nesses periódicos que tal gênero teve seu primeiro espaço de publicação. Os profissionais da imprensa brasileira estavam atentos ao sucesso do gênero nos principais jornais do velho continente, em especial na França, de modo que logo iniciaram as traduções dos grandes estilistas do gênero, como Honoré de Balzac, George Sand, Henri Merimée, entre outros. O primeiro conto brasileiro publicado foi “As duas órfãs”, de Norberto de Souza Silva, em 1841.

Havia certo entrelaçamento entre jornalismo e literatura na época. Os primeiros contistas brasileiros foram Justiniano da Rocha Pereira da Silva, Francisco de Paula Brito,¹⁷ Josino Nascimento da Silva e Martins Pena. Em seguida, vieram outros representantes de uma nova geração de escritores, a saber: Francisco Adolfo Varnhagen, Joaquim Norberto de Souza Silva, entre outros. Estes contistas eram, antes de tudo, jornalistas. Isso se deve, em grande medida, ao caráter recente do gênero. Contudo, é com Machado de Assis que o gênero do conto no Brasil ganha emancipação estilística. Claro, entrelaçando-se com técnicas da crônica e

16 Lima Sobrinho, 1960, *op. cit.*

17 Francisco de Paula Brito (1809-1861), o primeiro editor brasileiro do Império. Paula Brito era negro e foi o primeiro editor de Machado de Assis, também sendo precursor da imprensa negra no Brasil, com a impressão do jornal *Homem de Cor* (1833), primeiro periódico a defender a luta contra o preconceito racial.

de outros gêneros textuais, mas sem deixar de se afirmar com especificidade própria.

O romance, “na altura de 1880 a 1910, era o gênero narrativo de maior vulto e alcance, e qualquer lista de grandes vultos daquele tempo envolve alguns dos maiores gêneros em todos os tempos” (FISCHER, 2008, p. 122). Mas o conto, ainda que tido como um gênero menor, não deixou de conquistar espaço de relevância no mundo das letras.

Entretanto, é preciso destacar que havia poucos leitores no Brasil, o que se configurava como um grande dilema para os escritores oitocentistas: escrever praticamente para os pares e para outros pouquíssimos leitores interessados em literatura. Esse aspecto ficou atestado nos resultados do censo de 1872, publicados em 1876. Os dados são estarrecedores:

Em 1875, apenas 18,6% da população livre e 15,7% da população total, incluindo os escravos, sabiam ler e escrever, segundo dados do recenseamento: entre a população em idade escolar (6 a 15 anos), que somava 1.902.454 meninos e meninas, apenas 320.749 frequentavam escolas, ou seja, 16,9%. Já em 1890, a porcentagem diminuiu: apenas 14,8% sabiam ler e escrever. Ainda segundo censo de 1872, que apurou uma população de 10 milhões de habitantes, apenas 12 mil frequentavam a educação secundária e havia 8 mil bacharéis no país. Esses dados indicam o leitorado potencial, o que significa que o número de pessoas efetivamente capazes de ler e escrever era certamente muito menor. Certamente muito menor eram os números de leitores de literatura, o que fica indicado

pelas tiragens. Os livros saíam em edições de mil exemplares, e apenas títulos muito bem-sucedidos chegavam à segunda edição, que podia demorar dez, vinte ou trinta anos. (GUIMARÃES, 2004, p. 66).

O fato de que os literatos escreviam para poucos e que provavelmente suas obras não teriam repercussões maiores entre grande parte da população brasileira era algo de destaque em suas reflexões.¹⁸ Todavia, é preciso considerar que a literatura ganhou número de leitores considerável com a expansão dos jornais e com as realizações de saraus e nas leituras em voz alta em sessões literárias, de modo que o público audiente dos textos literários tinha um número expressivo no Brasil do século XIX. No entanto, é preciso cautela com a ampliação de leitores de literatura advinda com a expansão dos jornais e as práticas de leituras em voz alta, pois como indica Antonio Candido sobre a relação escritor e público no Brasil:

Com efeito, o escritor se habituou a produzir para públicos simpáticos, mas restritos, e a contar com a aprovação dos grupos dirigentes, igualmente reduzidos. Ora, esta circunstância, ligada à esmagadora maioria de iletrados que ainda hoje caracteriza o país, nunca lhe permitiu diálogo efetivo com a massa, ou com um público de leitores suficientemente vasto para substituir o apoio e o

18 Para maiores detalhes sobre as implicações desses dados na obra Machadiana, ver o estudo realizado pelo professor Hélio Seixas de Guimarães (2004), principalmente os dados levantados no tópico “O isolamento do escritor”, do primeiro capítulo: *Um preto de balaio nos braços a vender romances*.

estímulo de pequenas elites. [...] Correspondo aos públicos disponíveis de leitores; – pequenas e singelas – a nossa literatura foi geralmente acessível como poucas, pois até o Modernismo não houve aqui escritor realmente difícil, a não ser a dificuldade fácil do rebuscamento verbal que, justamente porque se deixa vencer logo, tanto agrada aos falsos requintados. De onde se vê o afastamento entre o escritor e a massa veio da falta de público quantitativamente apreciável, não da qualidade pouco acessível das obras. (CANDIDO, 2006, p. 94-95).

Sobre a constatação do pequeno número de leitores no Brasil, o Bruxo do Cosme Velho reflete, na crônica do dia 15 de agosto de 1876, sobre os resultados dos dados do censo de 1872, em que chama a atenção para as altas taxas de analfabetismo no Brasil e a ilusão de que a dita “política oficial” e a “opinião pública” refletiriam a visão de maior parte da população brasileira. Diz o cronista:

Publicou-se há dias o recenseamento do Império do qual se colige que 70% da nossa população não sabem ler. Gosto dos algarismos, porque não são de meias medidas nem de metáforas. Eles dizem as coisas pelo seu nome, às vezes um nome feio, mas não havendo outro, não o escolhem. São sinceros, francos [...]. A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não lêem letra de mão [...]. – Mas, Sr. Algarismo, creio que as instituições [...]. As instituições existem, mas e para 30% dos cidadãos. Proponho uma re-

forma no estilo político. Não se deve dizer: “consultar a nação, representantes da nação, os poderes da nação”: mas – “consultar os 30%, representantes dos 30%, poderes dos 30%”. A opinião pública é uma metáfora sem base; há só a opinião dos 30%. Um deputado que disser na Câmara: “Sr Presidente, falo deste modo porque os 30% nos ouvem [...]” dirá uma coisa extremamente sensata. (ASSIS, 2009, p. 19-20).

Ao refletir sobre as limitações da representação política e da opinião pública no Brasil oitocentista, o cronista indiretamente destaca a limitação de alcance dos literatos, o que deveria ser bem mais inquietante para os escritores que produziam livros de contos, como Machado.

Machado de Assis não produziu um texto mais amplo sobre o conto e suas implicações conceituais e estilísticas. Quando muito, ele tratou do assunto de forma breve. Noutros momentos, há rápidas passagens em prefácios de seus livros de contos. No prefácio do livro *História da meia noite* (1873), diz o seguinte: “Não digo com isto que o gênero seja menos digno de atenção, nem que deixe de exigir predicados de observação e estilo” (ASSIS, 1997, p. 160). No livro *Papéis avulsos* (1882) comenta: “Quanto ao gênero deles, não sei que diga que não seja inútil [...] Direi somente que se há aqui páginas que parecem menos contos e outros que o não são [...]” (ASSIS, 1997, p. 252). No livro *Várias Histórias* (1895), diz:

Não pretendem sobreviver como os dos filósofos. Não são feitas daquelas matérias, nem daquele estilo que aos de Merimée, caráter

de obra-prima, e colocam os de Poe entre os primeiros escritos da América. O tamanho não é o que faz mal a este gênero de histórias, e naturalmente a qualidade; mas há sempre uma qualidade nos contos que os torna superiores aos grandes romances, se uns e outros são medíocres – é serem curtos. (ASSIS, 1997, p. 476).

Portanto, ficam evidenciadas, nas passagens acima, certas preocupações do Bruxo do Cosme Velho em justificar a importância dos contos tidos como gênero literário. O escritor-leitor atento a grandes contistas, como Edgar Allan Poe e Henri Mérimée, sabia plenamente da potencialidade estética do gênero.

Machado de Assis produziu contos memoráveis, como “A igreja do diabo”, “A cartomante”, entre outros, e veio a se tornar um dos melhores contistas da literatura, comparável aos grandes mestres do gênero, como Edgar Allan Poe, Anton Tchekhov, Guy de Maupassant, Jorge Luis Borges, Julio Cortázar, entre outros. Tanto que Lúcia Miguel-Pereira (1973), importante crítica literária, o considera melhor contista do que romancista.

Machado de Assis (até onde se sabe) escreveu 218 contos, mas o número exato está longe de ser definitivo. Destes, apenas 76 foram publicados em livros pelo autor, que publicou sete livros ao todo, a saber: *Contos fluminenses* (1870); *Histórias da meia noite* (1873); *Papéis avulsos* (1882); *Histórias sem data* (1884); *Várias histórias* (1896); *Páginas recolhidas* (1899) e *Relíquias de casa velha* (1906).

Cento e quarenta e seis contos foram publicados em jornais e revistas. Muitos destes textos foram assinados por pseudônimos.¹⁹ Até hoje não existe no Brasil uma edição completa dos contos de Machado. Como dito no início do texto, o projeto de publicação da obra completa está sendo feita por Edjalma Cavalcanti (2003), e já existem dois volumes dos quatro esperados; muito do que sabemos sobre os contos machadianos deve-se, em grande medida, aos estudos de José Galante de Souza no alcorão dos estudos machadianos: *Bibliografia de Machado de Assis* (1955). De forma decisiva, Galante organizou e recuperou muitos textos perdidos de Machado e fez um trabalho de catálogo da obra machadiana, de modo que boa parte do que sabemos sobre a produção ficcional machadiana se deve à recuperação empreendida por ele.

O escritor iniciou sua carreira de contista aos 19 anos com o conto “Três tesouros perdidos”, em 1858, e terminou com o texto “O escrivão Coimbra”, em 1907, um ano antes de sua morte.

Boa parte dos contos machadianos foi escrita às pressas para jornais e revistas. Machado de Assis era contratado com a tarefa de agradar os leitores e, em especial, as leitoras. Seus enredos, dependendo do periódico, tinham tramas já esperadas, a exemplo dos contos de Machado publicados nos *Jornal das Famílias*, os quais eram geralmente centrados nas relações entre homens e mulheres, nas histórias de amor, de casamentos e de desencontros sentimentais. Contudo, o escritor não seguiu meramente os enredos românticos, pois usou muito da sua ironia para criticar severamente certos

¹⁹ Ver, nos anexos, alguns dos pseudônimos utilizados pelo escritor.

valores sociais da época que envolviam o matrimônio, principalmente os que disciplinavam os arranjos familiares.²⁰

No século XIX, como dito, a literatura era, em boa parte, publicada nos jornais ou em revistas e eram geralmente os locais de publicação que antecipavam os livros. De modo que se torna necessário compreender o contexto e a linha editorial em que os contos inicialmente foram publicados para uma melhor compreensão do contista Machado de Assis.

Essa metodologia foi muito bem utilizada por Sidney Chalhoub (2003), Gledson (2006) e Daniela Magalhães da Silveira (2010), os quais demonstraram a importância de se conhecer o contexto histórico em que estavam inseridos os veículos de informações nos quais eram originalmente publicados os contos de Machado de Assis, pois, muitas das vezes, os enredos dos contos machadianos refletem temas e questões inseridas nos periódicos e na linha editorial da revista ou do jornal.

Um exemplo disso está localizado no conto “A sereníssima república: conferência do cônego Vargas”, publicado no jornal *Gazeta de Notícias*, nos dias 20 e 25 de agosto de 1882, e republicado no livro *Papéis avulsos* (1882), que narra uma assembleia de aranhas para decidir o novo sistema de contagem de votos na sua república. Tal narrativa é uma sátira ao decreto que disciplinou a aplicação da lei eleitoral de 1881,²¹

²⁰ Neste sentido, vale a pena a leitura do conto “Confissões de uma viúva moça”, texto que gerou certa polêmica entre alguns leitores e leitoras do *Jornal das Famílias* na época.

²¹ A reforma eleitoral de 9 de janeiro de 1881 implantou eleições diretas e a elegibilidade para os não católicos e escravos libertos, mas manteve a renda mínima de 200 mil réis anuais para a qualificação de eleitores.

que, por sua vez, foi tema debatido à exaustão pelos jornais da época, sobretudo no jornal *Gazeta de Notícias*, periódico de caráter liberal. Tal assunto era tema de debates entre seus jornalistas e colaboradores. Na coluna dedicada à literatura, Machado de Assis publicou esse conto para satirizar tal sistema eleitoral.

Nisto podemos aferir as interfaces entre contos e veículo de publicação, pois frequentemente os temas dos contos eram sugeridos pelas questões discutidas nos jornais nos quais estavam inseridos. Essas interconexões entre o local de publicação e o enredo do conto podem ajudar o leitor dos contos machadianos a perceber as questões que estavam na ordem do dia.

O processo de amadurecimento do escritor acompanha a famosa virada dos 40 anos,²² no caso dos contos, com a publicação do livro *Papéis avulsos* (1882). É importante perceber que, entre 1878 e 1888, Machado escreveu 80 contos. Na terceira fase (1888-1907), publicou 31 contos; destes textos, poucos retrataram histórias ambientadas no período republicano, mesmo os livros organizados pelo autor (*Várias histórias* – 1889; *Páginas recolhidas* – 1899 e *Relíquias de casa velha* – 1906) não trazem muitas descrições sobre o Brasil republicano. O que nos leva a considerar que os contos machadianos servem de fonte histórica, principalmente, para se estudar o Brasil e o Rio de Janeiro do Segundo Reinado.

22 Na iminência dos seus 40 anos, Machado de Assis fez uma viagem a Petrópolis para tratar de problemas oculares. Na volta, publicou o livro *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), revolucionando a literatura brasileira do ponto de vista formal. Uma mudança drástica no seu estilo marcado pelos romances românticos. Essa passagem é um dos grandes mistérios sobre a vida do Bruxo do Cosme Velho.

Os três veículos em que Machado escreveu mais contos foram *Jornal das Famílias*²³ – 85 contos; *Gazeta de Notícias*²⁴ – 53; e revista *A Estação*²⁵ – 43 contos. Chama a atenção o fato de que apenas oito contos foram publicados exclusivamente em livros. O que se destaca é o número de contos reutilizados desses veículos em livros publicados pelo escritor. Dos 85 contos publicados no *Jornal das Famílias*, apenas 13 foram publicados em livros; dos 43 da revista *A Estação*, apenas seis foram publicados; no jornal *Gazeta de Notícias*, dos 53 escritos, 43 foram publicados em livros.

Então, podemos aferir que Machado de Assis tinha a percepção dos contos que valeriam a pena não se perder nas páginas dos jornais. Mesmo com certa facilidade de publicação de livro pelo próprio Machado, que já na década de 80 do século XIX era consagrado nos mundos das letras brasileiras, ele permitiu que cerca de 80% dos seus contos se perdessem nas páginas de jornais e revistas. Muitos contos interessantes, como “O machete”, “O imortal”, entre outros, só foram recuperados em livros após a morte do escritor.

23 *Jornal das Famílias* (1863-1878) – 85 contos escritos. Revista mensal de propriedade de B. L. Garnier, editado em Paris, voltada às mulheres das classes médias e elites urbanas da Corte, sua venda era por assinatura: ao total, foram 192 edições publicadas. Esse periódico era conservador e monarquista. Detalhe importante: apenas em oito contos Machado assinou seu nome próprio. Machado, ao retratar as aparências das mulheres, não no sentido de julgamentos morais, mantinha a distância glacial, o que lhe é característico, e desvelava as contradições e os valores morais intrínsecos às relações humanas.

24 *Gazeta de Notícias* (1875-1942). Jornal publicado no Rio de Janeiro. Periódico importante que marcou a história da imprensa no Brasil pelo seu modelo econômico e por trazer inovações para época, como o uso de caricaturas diárias. Abriu espaço para a literatura. Jornal de caráter antimonarquista, abolicionista e liberal. Em suas páginas, escreveram José do Patrocínio, Machado de Assis, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Eça de Queirós, entre outros.

25 *A Estação* (1879-1904). Revista como versão brasileira de *Lan Saison*. Existiu durante 25 anos, dedicada ao público feminino e editada por Lombarts.

Nesse contexto de poucos leitores de literatura, em que os contos não eram o gênero preferido de críticos e leitores da literatura, Machado de Assis soube como poucos produzir pérolas da engenhosidade literária e também destacar sua importância histórica, mesmo os contos fechados nos enredos românticos, com regras e valores de um tempo anterior a ele.

Nesse sentido, Bruxo do Cosme Velho estabeleceu a narrativa ficcional enquanto via preservar, para os leitores, valores e costumes de época, mesmo tendo em vista que não se trata de uma obra histórica, e sim de uma ficção, mas com amarras sociais e culturais extralinguísticas.

Como diz Astrojildo Pereira (1958, p. 38), “a obra de Machado de Assis acrescenta os direitos incontestáveis que os seus livros possuem, de ocupar um lugar adequado em qualquer biblioteca onde pontifiquem os tomos da venerada revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”.

Machado de Assis escreveu e preservou nos contos aspectos da sociedade brasileira, especificamente preservando literariamente imagens da cidade do Rio de Janeiro e cenas da cidade negra, bem como registrando aspectos da escravidão em tais narrativas, que foi a instituição mais importante do Segundo Reinado.

Todavia, o Machado contista está mais reservado ao tempo da monarquia, uma vez que a república e o início do século XX foram cenário de poucas histórias, tanto que não se pode aferir uma pesquisa mais abrangente sobre aspectos do Rio de Janeiro no início da República.

Nesse sentido, é revelador o trecho da carta do dia 20 de novembro de 1904,²⁶ no qual Machado revela sua visão

26 Carta extraída do livro *A vida de Machado de Assis*, de Luís Viana Filho (1971).

sobre as grandes reformas pelas quais passava a cidade do Rio de Janeiro. Diz ele:

Terá lido as notícias da inauguração da Avenida Central; mas, por muito tempo que leia e creia, não imaginará a mudança que foi e está sendo, nem a rapidez dos trabalhos. Mudaram-me a cidade, ou mudaram-me para outra. Vou deste mundo, mas já não vou da colônia em que nasci e envelheci, e sim de outra, e sim de outra parte para onde me desterraram.

Portanto, em que pese Machado de Assis ter escritos poucos contos cujas histórias são ambientadas no período republicano e no início do século XX,²⁷ os contos machadianos são fontes históricas importantes para se estudar principalmente aspectos sociais do Brasil no Segundo Reinado, bem como estudar aspectos da escravidão. E ainda é possível estudar a cidade do Rio de Janeiro a partir dos contos – desvelando aspectos do referido espaço urbano em tais narrativas. Uma dimensão de estudo que merece novas reflexões.

A CIDADE DO RIO DE JANEIRO NOS CONTOS DE MACHADO: O RIO DE ASSIS

A cidade, em suas múltiplas configurações sociais e culturais, é manifestada em várias fontes de registros. A

27 Machado escreveu trinta contos depois de proclamada a República no Brasil. Esses contos foram lidos e fichados por mim. E ficaram constatadas as poucas alusões ao período republicano, e quando assim, passagens rápidas, como no conto “Maria Cora”, que retrata imagens da Revolução Federalista de 1893, publicado no livro *Relíquias de casa velha*, de 1906.

narrativa literária é uma delas, que é uma fonte de pesquisa rica em imagens e possibilidades. A produção ficcional de alguns escritores se confunde com as características do espaço urbano onde a narrativa é desenrolada. Dessa maneira, a cidade é desvelada pelos escritores. Nesse sentido, como exemplo, ficaram preservados de forma literária os costumes e o cotidiano dos parisienses retratados por Honoré de Balzac; ou as dimensões da pobreza citadina trazida pela Revolução Industrial na cidade de Londres, tão bem descrita e preservada nas ficções de Charles Dickens.

A narrativa ficcional, ao retratar o espaço urbano, não traz descrições “verdadeiras” da cidade, nem tem essa pretensão. A cidade descrita pelos literatos são recriações ficcionais, o que, contudo, pode ser aferida como fonte de pesquisa pelos historiadores. Para Sandra Jathay Pesavento (2002), o escritor que narra a cidade ao seu modo é um espectador privilegiado do social. Partilhamos dessa concepção, tendo em vista que a nossa pesquisa estabelece as interfaces entre experiências sociais da cidade e narrativa literária. Compreendemos que o escritor é importante no sentido de representar experiências e imagens do urbano.

Mas essa concepção deve ser extensiva a outros atores sociais do espaço citadino. Isso depende do enfoque da pesquisa dada pelo historiador. Uma pesquisa interessada nas imagens fotográficas de uma cidade do início do século XX deve compreender o fotógrafo como um ator privilegiado do urbano. Ou um historiador social da escravidão, preocupado em querer entender os valores próprios dos cativos nas relações cotidianas na cidade, vai notar que tais escravos

tinham uma visão privilegiada da dimensão pela qual se interessa a pesquisa.

Pesavento (2002), no seu estudo sobre as representações literárias da cidade do Rio de Janeiro no período da Belle Époque, utiliza a narrativa machadiana como fonte de pesquisa. Especificamente indica que a crônica é gênero literário por excelência para se estudar as transformações sofridas na cidade do Rio de Janeiro. De fato, a crônica machadiana é rica em imagens históricas. Entretanto, indicamos que os contos também são fontes de pesquisa para se estudar a cidade do Rio de Janeiro e suas múltiplas possibilidades históricas.

A relação do homem-escritor Machado de Assis com a cidade do Rio de Janeiro é visceral. O escritor nasceu e morreu na cidade, e em vida fez apenas duas breves viagens para locais próximo (Petrópolis e Vassouras, na província do Rio de Janeiro; e Barbacena, em Minas Gerais). O mundo ficcional machadiano é criado e recriado a partir do Rio de Janeiro. Em poucos textos, a narrativa é ambientada fora e, quando isso acontece, é geralmente em locais exóticos ou imaginários, como exemplo a cidade de Itaguaí, do conto “O alienista”.

A cidade está tão presente nas suas narrativas que Gledson (1999, p. 11) indica que seria exagero dizer que o Rio de Janeiro era protagonista na sua ficção, “mas por certo é um pano de fundo onipresente, e um conhecimento mais ou menos detalhado da geografia física e (sobretudo) social da cidade dá uma compreensão melhor da obra e, em consequência, um prazer extra”.²⁸

28 Prefácio elaborado por John Gledson do livro *O Rio de Assis*, de Alice Carrer, 1999.

Machado de Assis defendia que era possível ser um autor universal sem abdicar das questões e características centrais do seu país, e ele conseguiu ser sem sair das questões envoltas da cidade do Rio. Como Machado mesmo coloca sobre William Shakespeare, que mesmo narrando estórias sem ser ambientado na Inglaterra, como nos textos teatrais *Júlio César*, *Otelo* ou *Romeu e Julieta*, não deixava de ser um autor essencialmente inglês e, ao mesmo tempo, um gênio universal.²⁹ Embora as histórias narradas pelo Bruxo do Cosme Velho estejam presas em maior parte à cidade do Rio, por ter conseguido ser tão profundo nas análises psicológicas e dos dramas humanos, Machado de Assis tornou-se um autor universal essencialmente fluminense.

Nesse sentido, é revelador um trecho da crônica em que o narrador leva um estrangeiro ao Morro do Castelo, o qual era encravado no centro da cidade, local que, por sua vez, deu origem à cidade do Rio de Janeiro. Na crônica “A semana”, de 20 de agosto de 1873, diz:

Há anos chegou aqui um viajante que se relacionou comigo. Uma noite falamos da cidade e sua história; ele mostrou desejo de conhecer alguma velha construção. Citei-lhe várias: entre elas a Igreja do Castelo e seus altares. Ajustamos que no dia seguinte iria buscá-lo para subir o Morro do Castelo. Era uma bela manhã, não sei se de inverno ou primavera. Subimos, eu, para dispor-lhe o espírito, ia-lhe pintando o tempo em que por aquela mesma ladeira passavam os padres

²⁹ “Instinto de Nacionalidade”, publicado originalmente em *O Novo Mundo*, 24/03/1873.

jesuítas, a cidade pequena, os costumes toscos, a devoção grande e sincera. Chegamos ao alto, a Igreja aberta e entramos. Sei *que não são ruínas de Atenas; mas cada um mostra o que possui* (grifo meu). O Viajante entrou, deu uma volta, saiu e foi postar-se junto à muralha, ficando o mar, o céu e as montanhas, e, ao cabo de cinco minutos. Que natureza que vocês têm!

O Rio de Janeiro não era referência mundial, não era uma das cidades centrais do capitalismo, como Londres ou Paris, mas para Machado de Assis era a sua cidade, com características próprias, que valeria a pena ser descrita e representada literariamente, a exemplo do fato de demonstrar a importância de se preservar a história da cidade ao trazer imagens de locais históricos como o Morro do Castelo.

Propomos que, através dos contos machadianos, a Corte brasileira no século XIX pode ser desvelada nos seus vários ritmos e configurações sociais, mas sempre levando em consideração que as relações urbanas não são descritas extensivamente nos contos machadianos. No dizer de Patrícia Flores da Cunha (1997, p. 148), “nos contos, a cidade está diluída nos outros conflitos do texto – amorosos, políticos, morais – mais como um pano de fundo, determinante da maioria das ações das personagens”.

As histórias narradas nos 218 contos de Machado trazem, com grande frequência, imagens do Rio. Seja nos enredos de amor e desencontros, seja nas questões políticas, ou no pessimismo diante das relações humanas, os enredos se sucedem na Corte. Portanto, a partir dos contos, é possível

estabelecer uma pesquisa dos costumes e hábitos na cidade do Rio. Um exemplo disso pode ser observado no conto “Tempos de crise” (*Jornal das Famílias*, abril de 1873 – não republicado por Machado de Assis), no qual está representada uma parte da cidade que, para o autor, era muito importante (a Rua do Ouvidor), pois, segundo ele:

A Rua do Ouvidor resume o Rio de Janeiro. A certas horas do dia, pode a fúria celeste destruir a cidade; se conservar a Rua do Ouvidor, conserva Noé, a família e o mais. Uma cidade é um corpo de pedra com um rosto. O rosto da cidade fluminense é esta rua, rosto eloqüente que exprime todos os sentimentos e todas as idéias. Aqui acharás a flor da sociedade, — as senhoras que vêm escolher jóias ou sedas a Notre Dame, — os rapazes que vêm conversar de teatros, de salões, de modas e de mulheres. Queres saber da política? Aqui saberás das notícias mais frescas, das evoluções próximas, dos acontecimentos prováveis; aqui verás o deputado atual com o deputado que foi o ministro defunto e às vezes o ministro vivo [...] Dirás. Dirás que eu só menciono a sociedade mais ou menos elegante? Não; o operário pára aqui também para ter o prazer de contemplar durante minutos uma destas vidraças rutilantes de riqueza, — porquanto, meu caro amigo, a riqueza tem isto de bom consigo, — é que a simples vista consola.³⁰

O trecho do conto representa a importância da Rua do Ouvidor, que era o centro político e cultural da cidade:

30 Este conto, em especial, foi retirado do site Domínio Público, que abriga o maior acervo digitalizado da obra machadiana: <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/contos/macn047.pdf>, p. 2. A leitura deste conto tem como objetivo demonstrar a relação dos contos com a cidade do Rio de Janeiro.

trata-se da primeira rua da cidade a ter iluminação a gás, em 1857, e para a qual foi proibido, a partir de 1867, o trânsito de cavalos e carroças, tornando-se rua exclusiva para pedestres. Demonstra que era uma rua onde suas lojas eram de consumo para a fina flor da sociedade fluminense e que, para os trabalhadores de baixa renda, era uma rua onde seus recursos financeiros não cabiam o consumo, a não ser na contemplação das “vidraças rutilantes”.

FIGURA 1 – RUA DO OUVIDOR³¹



31 Nota: Rua do Ouvidor, 1890, foto de Marc Ferrez (1843-1923) fotógrafo franco-brasileiro. Retratou cenas dos períodos do Império e início da República, entre 1865 e 1918, sendo que seu trabalho é um dos mais importantes legados visuais daquelas épocas. Suas obras retratam o cotidiano brasileiro na segunda metade do século XIX, principalmente da cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Imagem retirada do Instituto Moreira Salles: <http://ims.uol.com.br/hs/marcferrez/marcferrez.html>.

A Rua do Ouvidor era o centro fulcral da intelectualidade fluminense, da última moda francesa e das notícias políticas, além de abrigar as redações de jornais importantes da época, como *O País*, o *Jornal do Comércio*, entre outros. A rua é retratada em muitos contos do autor, de modo que se pode supor que também era um local frequentado por muitos de seus leitores e leitoras. A rua vai perder sua importância com a abertura da Avenida Central (e depois, em 1912, denominado de Avenida Rio Branco).

De fato, Machado narrou grande parte das suas histórias representando o mundo da classe média fluminense. Diferentemente de Lima Barreto (1882-1922), que representou o outro lado da Corte, os subúrbios e suas dimensões humanas, os contos de Machado expõem várias facetas da cidade, inclusive a presença da cultura negra e aspectos da escravidão urbana.

Os contos representam, em sua grande maioria, a cidade no período do Segundo Reinado. Lendo-os, podemos visualizar a Corte em seus vários aspectos no século XIX, época dos saraus, dos bailes, dos passeios públicos em locais distantes do centro, como o Engenho Velho e Catumbi. Foram retratados também os transportes da época, como o cabriolé, o bonde, a carruagem, entre outros. Além disso, percebem-se certos aspectos da vida social, como as tensões entre senhores, escravos e libertos.

Machado de Assis, além de ser escritor, também estava preocupado em compreender e preservar, através de suas narrativas ficcionais (os contos), aspectos históricos da cidade do Rio de Janeiro que, em grande parte, estavam

sendo soterrados pelos ventos modernizadores da República. Muitos locais da cidade e práticas sociais já não faziam parte do mundo de seus leitores e leitoras.

Portanto, os contos machadianos representam vários aspectos da Corte brasileira. Um contista em grande medida ligado ao período do Segundo Reinado, quando a cidade do Rio de Janeiro é transformada literariamente no “Rio de Assis”. Ele também visualizou, nas suas tramas ficcionais, imagens da escravidão (em especial, nos contos): as tensões entre senhores e escravos, bem como outras visualizações da cidade negra do Rio de Janeiro oitocentista.

CAPÍTULO II

MACHADO DE ASSIS E A ESCRAVIDÃO

*

A QUESTÃO DA ESCRAVIDÃO NA OBRA MACHADIANA,
O CASO DOS CONTOS

O presente tópico visa apresentar algumas características da relação do escritor Machado de Assis (1839-1908) com a escravidão. Machado nasceu e viveu numa cidade negra. Antes de analisar propriamente os seus contos, vamos articular o contista com o tema da escravidão, questão esta central na sociedade brasileira do século XIX. Cabe destacar que, na formação da sua juventude até seus 20 anos, a instituição estava no auge na cidade do Rio de Janeiro, tendo o jovem escritor visto a força da escravidão na sociedade, bem como os seus malefícios. A relação de Machado de Assis com a escravidão talvez seja um dos aspectos mais intrigantes entre os seus leitores e estudiosos.

O crítico literário Mário de Andrade afirma sobre Machado de Assis que ele “não profetizou nada, não combateu nada, não ultrapassou nenhum limite infecundo. Viveu moral e espiritualmente escanchado na burguesice do seu funcionalismo garantido e muito honesto, afastando de si os perigos visíveis. Mas as obras valem mais que os homens” (ANDRADE, 1972, p. 20).

Segundo o crítico, Machado de Assis optou pela abstenção aos acontecimentos políticos de seu tempo, após a garantia da estabilidade financeira de funcionário público. Isso supostamente teria feito o escritor recuar em discutir sobre as questões polêmicas e tensas de sua época, como a questão da escravidão. Cabe lembrar que existem teorias de que o escritor teria se esforçado para embranquecer-se, sendo uma estratégia para melhor ser aceito nos meios elitistas literários – essa leitura se deve provavelmente às publicações das cartas do seu grande amigo Joaquim Nabuco, o famoso abolicionista. Sobre Machado, escreveu que:

A palavra não é literária e é pejorativa, basta ver-lhe a etimologia. Nem sei se alguma vez ele escreveu e que tom lhe deu. O Machado para mim era um branco, e creio que por tal se tomava: quando houvesse sangue estranho, isto em nada afetava a sua perfeita caracterização caucásica. Eu pelo menos só via nele o grego [...]. (NABUCO *apud* BROOKSHAW, 1983, p. 57).

É interessante observar que, no seu atestado de óbito, está registrado com a “cor branca”, pois até hoje não se sabe se foi um pedido seu ou uma indicação de um amigo. É interessante notar que a máscara mortuária contraria o laudo, pois os dados negroides saltam à vista, como a boca e o cabelo, como bem está explicitada na foto de seus 30 anos.

Já o gramático Hemetério dos Santos, autor da *Gramática da língua portuguesa* (1879) e de *O livro dos meninos, Contos brasileiros*, entre outras obras, posicionou-se ostensivamente

contra o racismo, chegando mesmo a acusar Machado de Assis pela sua omissão em relação ao problema da escravidão brasileira. Hemetério diz que:

A arte de Machado de Assis esgota as energias, não tem ela uma relação com o sentimento nacional que, apesar dos prismas pigmentais já se impõe naturalmente ao observador, porque o primeiro não o excita e não o satisfaz. Quem ler duas ou três páginas de *Dom Casmurro*, *Brás Cubas* e *Memorial de Aires*, tem lido a sua obra. Esse ódio disfarçado e felino que Machado teve para com todos, parentes e íntimos, amigos e patrícios, revelando-o, ora pelo silêncio, que esmaga e anula, ora pela criação de *hetairas em épocas em que não as tínhamos em família, porque a escravidão era o trabalho que conforta e a luxúria que alivia, teve-o ele sinceramente, ou foi uma simples inocente ficção neurótica?*³² (SANTOS *apud* SANDRONI, 2009, p. 46, grifos meus).

Hemetério dos Santos, conceituado gramático e filólogo do século XIX, é de opinião que Machado de Assis, na sua narrativa ficcional, apenas relata o mundo das elites, em especial das relações amorosas, resultando em uma arte efêmera e vazia de interesse pelo Brasil.

Chama-nos a atenção a opinião de intelectuais críticos ferrenhos da produção ficcional do escritor em que ambos ressaltam o absenteísmo político do Bruxo do Cosme Velho.

Mas é em Sílvio Romero, crítico e historiador da literatura brasileira, que o escritor vai ter o seu mais destacado

³² Texto original: Almanaque Garnier, 1910. Fructos Cadivos, 1919.

crítico. O estudioso das letras brasileiras definia a arte machadiana como “sem cor local” e ia além, levantando críticas pessoais ao escritor. No famoso texto “Sr Machado de Assis”, coloca que:

O Sr. Machado de Assis passa atualmente pelo mestre incomparável do romance nacional. É para o Brasil o que Zola é para França. Diante de um talento, de um estilista, de um crítico sincero, de um romancista de força, de um homem, avista um meticuloso, um lamuriento, um burilador de frases banais, um homenzinho sem crenças [...] é um irrisão [...]. *Sem convicções políticas, literárias ou filosóficas, não é, nunca foi um lutador. Esse auxiliar de todos os ministérios, esse rábula de todas as ideias, é, quando muito, o conselheiro da comodidade letrada.* O que ele quer é representar o seu papel equívoco. O autor de Brás Cubas, o bolorento pastel literário, assaz o conhecemos por suas obras. Ele está julgado. “Continue a burilar frases inúteis, a produzir suas bombinhas da China, mas tenha o cuidado de conter-se na vacuidade embaumée pelos elogios de seus comparsas inconsiderados.”³³ (ROMERO *apud* SANDRONI, 2009, p. 48, grifos meus).

O texto de Sílvio Romero é famoso pelo tom ácido de críticas à produção ficcional de Machado. Compartilhando de opiniões de outros estudiosos da época, defende seu alheamento às questões políticas de seu tempo. Mas as restrições de Sílvio Romero caem no campo pessoal, e isso se deve ao

³³ Trecho extraído do livro *Estudos de Literatura Contemporânea*, 1885. In: SANDRONI, Cícero; BUENO, Alexei. **Machado vive**: exposição comemorativa de 100 anos de morte de Machado de Assis. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 2009.

seu descontentamento às críticas feitas por Machado ao seu livro *Cantos do fim do século* (1878), quando daí em diante o crítico sergipano criou famosa ojeriza à produção intelectual machadiana.

Cabe recordarmos que o negro e tudo que o lembrasse eram tidos como algo negativo, pois várias representações depreciativas se tornaram “verdades” que perpassavam todas as esferas da sociedade brasileira, constituindo-se num processo sofisticado de rebaixamento do descendente de escravo. Isso acontecia da vida cotidiana ao plano das artes.

O poeta Cruz e Souza, no texto “Emparedado”, escrito em 1898, pouco tempo antes de sua morte, sintetiza argumentamente a angústia de viver e conviver em uma sociedade racista (o Brasil no fim do século XIX), preconceito este que se encontrava no dia a dia e também na esfera intelectual – o negro intelectual não aceito pela mera questão da cor da pele angustiosamente é emparedado nessa sociedade, segundo o lapidar texto:

Deus meu! Por uma questão banal de química biológica do pigmento ficam alguns mais rebeldes e curiosos fósseis preocupados, a ruminar primitivas erudições, perdidos e atropelados pelas longas galerias submarinas de uma sabedoria infinita, esmagadora, irrevogável. Mas que importa tudo isso?! Qual é a cor da minha forma, do meu sentir? Qual é a cor da tempestade de dilacerações que me abala? Qual a dos meus sonhos e gritos? Qual a dos meus desejos e febre? [...] Se caminhares para a direita baterás e esbarrarás ansioso, aflito, numa parede horrendamente

incomensurável de Egoísmo e Preconceito! Se caminhares para a esquerda, outra parede, de Ciências e Crítica, mais alta do que a primeira te mergulhará profundamente no espanto! Se caminhares para frente, ainda nova parede, feita de Despeito e Impotências, tremenda de granito, bronzadamente se elevará ao alto! Se caminhares, enfim, para trás, ah! Ainda, uma derradeira parede, fechando tudo, fechando tudo o horrível! – parede de Imbecilidade e Ignorância, te deixará num frio espasmo de terror absoluto [...]. (SOUZA *apud* BROOKSHAW, 1983, p. 159-160).

O cortante trecho descrito pelo poeta simbolista preserva poeticamente o drama de um afrodescendente de viver e tentar ascender numa sociedade profundamente marcada pelo preconceito, como era a sociedade brasileira oitocentista. Era lidar e defrontar-se diariamente com “verdades consolidadas” e reproduzidas em quase todas as esferas do conhecimento e da sociedade.

Machado de Assis sofria de epilepsia e vivia numa sociedade onde existiam ideias da escola de medicina francesa, que defendia doenças típicas para o povo negro, como se a cor negra fosse sinônimo de algumas doenças. Gilberto Freyre (1996, p. 71) chama a atenção, por exemplo, para os anúncios de negros fugidos nos jornais, sendo que muitos se referem a numerosos casos de escravos gagos. De modo que, supõe o sociólogo, isso se devia aos maus-tratos e, muitas vezes, ao sadismo dos senhores com as crianças cativas, realidade extensiva aos meninos de formação patriarcal. A título de exemplo, “o médico particular de d. Pedro I, o francês

Dr. Sigaud, reservou uma arte de seu livro *Du Climart et des maladies Du Brésil* (1844) às doenças nervosas dos negros: a epilepsia, a loucura e o suicídio” (ALENCASTRO, 1997, p. 80). Outro estudioso da literatura afro-brasileira, o americano David Brookshaw, defende que:

Machado de Assis, que era mulato, mas cujo trabalho nunca se preocupou com o problema racial e raramente tocou em questões da escravidão cuja abolição ocorreu quando ele ainda vivia. Antes pelo contrário, a maioria de seus romances tem por cenário as classes mais altas da burguesia [...] exemplo clássico do mulato que devotou sua vida para ser aceito acima da linha de comportamento e, por isto, evitou cuidadosamente qualquer referência às suas origens [...] a não participação de Machado na campanha abolicionista, o seu comportamento social testemunhado por pessoas que o conheciam, a sua evasão ao termo mulato, que nunca usava em seus escritos, e sua profunda erudição e formação cultural antipopular, tornaram-no representante típico daquilo que Innes considerava escritor de primeira categoria. (BROOKSHAW, 1983, p. 153-154).

Para tal crítico, Machado de Assis foi um bom escritor, mas um comentarista do mundo das elites urbanas do seu tempo, e intencionalmente alheio à escravidão e seus desdobramentos sociais. Essas concepções dos críticos Mário de Andrade e David Brookshaw, embora tenham sua importância, são limitadas, pois perdem de vista a complexidade do contexto histórico em que viveu o escritor.

O escritor era um homem do seu tempo, influenciado pelos valores culturais e sociais da sua época. O debate sobre a escravidão era assunto de ordem da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX. “A existência da escravidão e a luta abolicionista constituem as duas faces do mesmo fator dominante na caracterização social da vida brasileira durante o Segundo Reinado. Tudo, naquele período, mas absolutamente tudo, girava em torno do negro escravo” (PEREIRA, 1958, p. 24).

Joaquim Maria Machado de Assis, antes de tudo, foi funcionário público, trabalhando durante 35 anos na função pública. Passou por vários ministérios e gabinetes, entre liberais e conservadores, passando também pela monarquia e república. A experiência do escritor na função pública reflete indelevelmente a sua produção ficcional. Machado de Assis foi funcionário do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras, e depois, com a República, do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. No primeiro ministério, sua função era trabalhar com a aplicação da Lei do Ventre Livre, de 1871. Um funcionário de ministério contemporâneo escreveu:

A propósito, dizemos: o trabalho do elemento servil foi sempre um dos mais bem cuidados da Secretária da Agricultura. Todos os ministros dão testemunho da lucidez e nítida consciência com que foi sempre êle dirigido pelo ilustre chefe de seção e eminente homem de letras Sr Machado de Assis, auxiliado por companheiros que procuraram sempre imitar-lhe a dedicação e o zelo. – “A esse grupo de distintos funcionários deve-se a liberdade de milhares de escravos, liberda-

de que provinha da fiscalização vigilante dos dinheiros públicos, e da qual resultava grande aumento no número das alforrias pela diminuição do exagerado valor do escravo, pela irregularidade de matrículas e não cumprimento de preceitos legais. (BARROS *apud* PEREIRA, 1958, p. 94).

Esse relato está em consonância com os dados documentais levantados por Chalhoub (2003), que demonstrou toda a participação ativa do funcionário Machado de Assis em favor dos escravos no Ministério da Agricultura. Sua experiência no ambiente de trabalho deixa de forma indelével marcas em sua literatura. O escritor trabalhou por vários anos na seção da Diretoria da Agricultura do Ministério da Agricultura, órgão que se ocupava justamente da política de terras e do acompanhamento da aplicação da Lei do Ventre Livre, e que chegou a ser dirigido por Machado.

Sidney Chalhoub (2003), apoiado em minuciosas pesquisas de fontes primárias, destaca os inúmeros pareceres e réplicas escritas por Machado na “arena de luta” constituída nos escalões burocráticos do poder imperial. E ressalta seu papel de cidadão empenhado em fazer cumprir o preceito que libertava os filhos de escravos nascidos depois da Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871.

Machado de Assis, por não ter sido um militante abolicionista, foi visto como um intelectual conivente com tal instituição. Seu estilo estava longe de abolicionistas famosos como Luiz Gama, Joaquim Nabuco, entre outros. Todavia, seu estilo retraído e sutil não sugere que o autor estivesse longe de estabelecer críticas contundentes à instituição. Chama a

atenção a imagem do seu último romance *Memorial de Aires* (1908), texto este notadamente marcado pelo tom autobiográfico. Diz o narrador, conselheiro Aires, sobre a abolição:

Enfim, lei. Nunca fui, nem o cargo me consentia ser propagandista da abolição, mas confesso que senti grande prazer quando soube do voto final do Senado e da sanção [...]. Mas, os meus hábitos quietos,³⁴ os costumes diplomáticos e a própria índole e a idade me retive melhor as rédeas do cocheiro aos cavalos do carro. (ASSIS, 1999, p. 37).

O crítico literário Eduardo de Assis Duarte (2007) o denomina de “Machado de Assis afrodescendente”. Ao reavaliar sua obra, indica seu posicionamento crítico diante das questões da escravidão. Todavia, não podemos afirmar que era um militante abolicionista e defensor da cultura de raízes africanas. Outros escritores da época optaram por uma postura mais ostensiva em defesa da cultura negra e africana, a exemplo de Luiz Gama.

Machado de Assis optou por uma postura mais sutil de crítica à escravidão e suas implicações sociais, diferentemente de Luiz Gama e de outros escritores da época. Até porque era um tema de difícil abordagem, para os valores da época, admitir que em suas origens, por mais relativos que fossem, se encontravam resquícios de africano em algum ponto do passado.

³⁴ Pode-se supor que o autor descreve as suas próprias impressões do dia 13 de maio de 1888. Como já foi dito, este romance tem traços autobiográficos, tanto que, em carta ao amigo Alencar, confessava que a personagem Carmem era inspirada em sua falecida esposa Carolina.

Principalmente no Segundo Reinado, “perder o estigma do cativo era deixar de ser reconhecido não só como liberto (categoria necessariamente provisória), mas como ‘preto’ ou ‘negro’, até então sinônimo de escravo ou ex-escravo e, portanto, referente ao seu caráter de não cidadão” (CASTRO, 1997, p. 357). Dessa forma, para se analisar o Bruxo do Cosme Velho, é preciso ter o conhecimento desses valores arraigados na sociedade do seu tempo.

Para Machado de Assis, no plano estético e cultural, as referências europeias tinham valor dominante. A passagem do seu célebre texto³⁵ diz: “É certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum”. Como levanta Fischer (2009, p. 32), “o que diria se tivesse dito sobre o elemento africano e sua influência na dita civilização brasileira?”. Uma pergunta sem resposta e que provavelmente ficará assim, pois, como já foi dito, não se tem encontrado texto do escritor sobre tal questão.

Um dos argumentos também utilizados, no que se refere à “suposta convivência” do autor à escravidão, se sustenta no fato da ausência de negros nos seus textos – o que é uma leitura superficial. De fato, nos 218 contos produzidos pelo autor, não existe nenhum narrador negro, escravo ou liberto. Na maioria dos contos pesquisados,³⁶ ficou a constatação de que os escravos faziam parte da composição da paisagem das histórias, sendo os escravos dos pequenos serviços, o do recado, o que pega e serve a água, entre outros serviços.

³⁵ Instinto de Nacionalidade (1873).

³⁶ Para a presente pesquisa, foram lidos e fichados 218 contos. Neles foram constatadas estas características.

CAPÍTULO III

REPRESENTAÇÕES DA CIDADE NEGRA E DA ESCRAVIDÃO NOS CONTOS MACHADIANOS

*

CENAS DE TORTURA E VIOLÊNCIA: FACES DESVELADAS DA ESCRAVIDÃO URBANA NO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA

Depois da queda do Império no Brasil (1889), os republicanos projetaram toda uma política de reconstrução da história e memória oficial do Estado brasileiro. Para tanto, bandeira, constituição, hino e heróis foram construídos, como o caso de Tiradentes. Nesse contexto, a história de mais de três séculos de escravidão e suas consequências foi sistematicamente alocada para debaixo do tapete da memória oficial do país.

Por exemplo, em 14 de dezembro de 1890, Rui Barbosa, ministro da Fazenda, “determinou que os papéis, documentos e livros presentes nas repartições do Ministério da Fazenda, relativos à escravidão, matrículas dos escravos, ingênuos, filhos livres e libertos sexagenários fossem levados à capital para serem queimados” (SLENES, 1985, p. 167).

O historiador Robert Slenes (1985) indica que, por muito tempo, a historiografia brasileira interpretou a deter-

Algo que chama a atenção é o fato de que os contos mais críticos sobre a escravidão foram escritos após a década de 80 do século XIX, o que é compreensível, pois, se fosse antes, isso implicaria mexer no “vespeiro” da condição escrava, tema que para ele era espinhoso, tema do qual não se furtou, mas que na prática só abordou com clareza em sua maturidade, depois de os fatos mais candentes do processo abolicionista entrarem para a conta da história” (FISCHER, 2008, p. 46).

De fato, Machado não colocou nos contos personagem negro(a) como protagonista principal, muito menos uma narrativa narrada por um personagem negro(a), o que não significa que o autor estivesse alheio ou conivente a tal instituição. Como coloca Trípoli (2006, p. 130), a escravidão nas obras machadianas se apresenta não como “moldura, ou pano de fundo, no desenrolar da narrativa, mas como elemento com o qual ela interage. A história é fermento no bolo da ficção machadiana. Ficção que ele recheia com sua visão humanista, sua crítica mordaz, sua astúcia e ironia”.

Sobre a escravidão no Brasil, cabe notar que Machado de Assis era crítico ferrenho da instituição. Mas suas críticas eram de forma sutil, usando de uma fina e sofisticada ironia, quase imperceptível a um leitor desatento. O que não significa pensar que não fossem críticas e representações contundentes, servindo os contos machadianos como documentos de uma época e que preservaram literariamente aspectos das relações que a escravidão impunha à sociedade brasileira do século XIX, em especial da cidade negra do Rio de Janeiro oitocentista.

minação de Rui Barbosa de forma equivocada, como se toda documentação relativa à escravidão tivesse sido destruída, quando de fato foi uma parte considerável queimada, como as listas de matrículas (registros nacionais) de cativos de 1872-1873 e 1886-1887. Slenes (1985) indica que muita documentação sobre a escravidão restou e que era preciso uma política urgente de preservação.

Contudo, a atitude de Rui Barbosa enquanto ministro de Estado demonstra muito o caráter da política de Estado empreendida pelos republicanos, isso sem mencionarmos o silêncio oficial do Estado brasileiro diante da escravidão ilegal existente por muito tempo no Brasil oitocentista.

Com o advento republicano, a cidade-capital do Rio de Janeiro foi refigurada. Desde o tempo do prefeito Barata Ribeiro (1892-1893), a cidade vinha sendo remodelada, mas é na gestão do engenheiro Pereira Passos (1893-1908) que a cidade vai se transformar. A capital irradiante³⁷ estará supostamente em sintonia com os grandes centros urbanos da Europa, em especial com a Paris de Haussmam. Nessa conjuntura, foi aplacada a política do “bota abaixo”, a era do fim dos cortiços do centro da cidade, a ampliação das avenidas centrais, os soterramentos dos aspectos antigos e coloniais do Rio de Janeiro, principalmente os que lembrassem a escravidão e as memórias dos escravos e suas sociabilidades.

O escritor Lima Barreto, atento morador da capital, exterioriza essas mudanças: “De uma hora para outra, a antiga cidade [do Rio de Janeiro] desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na

³⁷ SEVCENKO, 2004.

coisa muito de cenografia” (BARRETO, 1956, p. 106). Dessa forma, a escravidão, os negros e tudo que os lembrassem foram ficando de fora da paisagem oficial.

Nesse contexto histórico, o já consagrado escritor Machado de Assis escreveu um texto com um tom bem pessoal sobre os tempos da escravidão no Brasil. No jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, do dia 26 de junho de 1892, na crônica “A semana”, o cronista destaca a imagem da máscara de folha de flandres. Diz a crônica:

Dizem telegramas de S. Paulo que foi ali achado, em certa casa que se demolia, um esqueleto algemado. Não tenho amor a esqueletos; mas este algemado diz-me alguma coisa, e é difícil que eu o mandasse embora, sem três ou quatro perguntas. Talvez ele me contasse uma história grave, longa e naturalmente triste, porque as algemas não são alegres. *Alegres eram umas máscaras de lata que vi em pequeno na cara de escravos dados à cachaça; alegres ou grotescas, não sei bem, porque lá se vão muitos anos, e eu era tão criança que não distinguia bem.* A verdade é as máscaras faziam rir, mais que as do recente carnaval. *O ferro das algemas, sendo mais duro que a lata, a história devia ser mais sombria.* (Grifos meus).

Interessante notar que o uso da máscara marcou Machado. O escritor relata na crônica, quatro anos após a abolição, as memórias do grotesco utensílio. No texto, temos um depoimento mais direto do escritor sobre o tal utensílio de tortura. Foi uma imagem que pode ter marcado sua infância. Machado termina lembrando *o ferro das algemas* que, de forma

mais direta, pontua uma memória histórica mais obscura dos tempos da escravidão no Brasil. O tema da máscara de flandres vai ser retomado por Machado de Assis dezesseis anos depois, sendo narrado no conto “Pai contra mãe”. Sobre tal texto, vejamos.

Esse conto foi publicado em 1906 no livro *Relíquias de casa velha*,³⁸ último livro de contos de Machado de Assis. A narrativa em 3ª pessoa descreve a história de Cândido Neves, pessoa humilde que se casa com Clara. O casal é agraciado com um filho e os três vão morar com a tia Mônica. Candiinho resolve sobreviver a partir das recompensas dadas com a captura de escravos “fujões” encontrados nos anúncios de jornais. Só que, devido à falta de êxito nessa empreitada profissional, o casal se vê pressionado diante da extrema situação de penúria e, a pedido da tia Mônica, resolve doar o filho à “roda dos enjeitados”. Diante desse ato doloroso, no momento da entrega, Cândido Neves encontra Arminda, escrava grávida e “fujona”, segundo tinha lido num anúncio de jornal. Logo a captura e entrega ao seu senhor, mas no momento que recebe sua gratificação pelo feito, a cativa perde seu bebê. Dessa forma termina o conto: “Nem todas as crianças vingam, bate-lhe o coração” (ASSIS, 2007, p. 475). Daí o título “Pai contra mãe”.

O conto tem como tema central a escravidão e seus desdobramentos sociais, o que fez chamar a atenção de muitos críticos literários e historiadores. Destacamos as interpre-

³⁸ Destaca-se que foi um dos poucos contos escritos por Machado exclusivamente em livro e o único conto onde a escravidão é o tema central. O que é algo que merece ser refletido, pois a esmagadora maioria dos contos de Machado de Assis foi publicada em jornais, revistas e outra grande parte republicada em livros. Quais razões levaram Machado a produzir o conto apenas para o livro? São questões em aberto e que dificilmente terão uma única resposta.

tações de dois historiadores, Antonio Torres Montenegro (1988) e Luís Carlos Soares (2007). O primeiro pontua que o texto machadiano reforça o imaginário senhorial e destaca determinadas contradições da sociedade escravista da época.

Antonio Montenegro (1988) ressalta o tom contraditório do texto, pois, se de um lado reforça certo imaginário senhorial, de outro demonstra o enraizamento da escravidão e seus desdobramentos na sociedade brasileira do século XIX. Luiz Carlos Soares (2007, p. 201-202) indica um Machado de Assis conformado com o sistema do cativo, *como se estivesse aceitando a inevitabilidade da escravidão, dos castigos e desses instrumentos*: o grande romancista escrevia que a “ordem humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel”.

Ambos os historiadores interpretam que o conto descreve aspectos importantes da escravidão, mas que de certa forma indica a instituição e suas práticas como fatores inevitáveis. As interpretações de Montenegro (1988) e Soares (2007) estão bem colocadas. Entretanto, defendemos que o conto deve ser lido como contrapelo à política republicana de obscurecimento da história e memória da escravidão no Brasil. Em especial, o conto representa aspectos fundamentais do sistema escravocrata, como a violência ostensiva e cruel ao qual eram submetidos os escravos.

“Pai contra mãe” abre o livro *Relíquias de casa velha* (1906). Nos primeiros parágrafos do conto, o leitor se depara com imagens dilacerantes da escravidão – o que torna o texto uma crítica contundente à política oficial republicana de omitir a escravatura da história brasileira e a qualquer leitura da escravidão brasileira enquanto cordial e isenta de violência. Portanto, segue a transcrição inicial do conto:

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e honestidade certas. *Era grotesco tal máscara, mas ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel.* (ASSIS, 2007, p. 466, grifos meus).

No começo da narrativa, temos destilada toda a fina e cortante ironia machadiana. Cabe refletir sobre o início do conto, pois remete a algumas características da escravidão, negligenciadas pelo Estado brasileiro do início do século XX. Nesse contexto, Gilberto Freyre (1996, p. 522-523) indica que “no Brasil dos fins do século XVIII – a escravidão parece ter sido desde o século XVI mais benigna para o escravo do que na América inglesa – quando, no sul dos Estados Unidos, nos princípios do século XIX”.

De fato, houve casos em que alguns escravos tiveram certas experiências de flexibilidades na sociedade escravista brasileira, mas acreditamos ser difícil mensurar escravidão mais benigna ou menos, haja vista que a espinha dorsal da instituição é a violência. No Brasil, as práticas de maus-tratos e outras violências contra os cativos eram parte constitutiva

do cotidiano das cidades, presentes também na Corte do século XIX.

A passagem machadiana pode ser lida como uma crítica contundente à interpretação da escravidão brasileira enquanto cordial e isenta de violência para com os escravos. O ápice da crítica em forma da ironia se dá na seguinte passagem: “*Era grotesco tal máscara, mas ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel*”.

É preciso destacar que a ironia machadiana dá-se muitas das vezes a partir da afirmação, expediente utilizado para ironizar e criticar aquilo que está se afirmando, de modo que essa sofisticada imagem machadiana traz a percepção de que a “civilização” baseada na escravidão é algo “grotesco”, e o cerne da questão é o fato de que tal instituição e suas práticas vis fossem aceitas e naturalizadas pela sociedade brasileira.

O primeiro parágrafo representa detalhadamente os usos de instrumentos de “torturas”. Sobre outros objetivos da máscara de folha de flandres, o historiador João Alípio Goulart indica que:

A máscara foi o instrumento usado preferencialmente para castigar escravos dados a excessos alcoólicos, ao furto de alimentos, à ingestão de terra ou barro; sendo que, neste último caso, como castigo e como elemento auxiliar na cura dos geófagos [...]. Confeccionada em zinco, ou fôlhas-de-flandres, a máscara cobria todo o rosto, prendendo-se ao occiput (parte trazeira do pescoço – cagote) por uns prolongamentos que se fechavam a cadeado. O aparelho era provido de pequenos buracos através dos quais o “mascarado” via

e respirava, sem, contudo poder levar qualquer alimento à boca. Havia máscaras que, como se fossem bridões, vendavam somente a boca do seu portador. O castigo da máscara tinha, em regra, duração prolongada, sendo necessária permissão do senhor para retirada do aparelho a fim de poder o paciente alimentar-se. Além do sofrimento físico, que aquele instrumento não podia deixar de acarretar, passava ainda seu portador pela humilhação do andar por toda parte de rosto tapado. (GOULART, 1971, p. 71).

Segundo Karasch (2000), muitos relatos de viajantes indicam que alguns escravos de determinadas nações, como os monjolos, comiam terra para se matarem. Karasch pondera indicando que, devido à péssima nutrição e à fome aviltante, muitos cativos ingeriam terra na tentativa última de aliviar a dor da fome, enquanto a morte não os abraçasse de forma definitiva.

O alemão Carl Schlichthorst, que esteve no Rio entre 1825 e 1826, relatou que “quando tiravam a máscara para que o escravo pudesse comer, ele tinha de ser alimentado à força. Muitos novos africanos tentavam morrer de fome até serem forçados a comer. Com alguns, no entanto, nenhuma tortura ou alimentação forçada tinha sucesso e morriam lentamente de inanição” (KARASCH, 2000, p. 417).

Para além de apenas tão somente descrever instrumentos de torturas, a passagem inicial do conto representa o processo de desumanização e violência a que os escravos eram submetidos na Corte oitocentista.

O conto é carregado de perspicaz ironia quando, por exemplo, o narrador diz que não cita aparelhos e logo depois

traz imagens detalhadas de alguns objetos de tortura, como “a máscara de folha de flandres”. A forma minuciosa que Machado de Assis, já em idade avançada, retrata tal utensílio é a de alguém que conviveu com essas imagens diariamente. E que provavelmente marcou sua trajetória, pois não traria tais imagens de forma tão minuciosa e reflexiva para o leitor do século XX em diante. Ressalta-se que, quando publicado o texto em análise, o escritor já era presidente da Academia Brasileira de Letras e consagrado como o maior escritor brasileiro.

Sobre a máscara de folha de flandres, vejamos a imagem:

FIGURA 2 – JEAN-BAPTISTE DEBRET. *ESCRAVO COM MÁSCARA DE FLANDRES*, 1835.³⁹



³⁹ Debret (1768-1848), pintor e desenhista francês que fez parte da missão artística francesa (1816), quando de volta à França (1831), publicou o livro *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, documentando aspectos da natureza, do homem e da sociedade brasileira no início do século XIX. Imagem retirada de: <http://historiadesaopaulo.wordpress.com/escravidao-negra-em-sao-paulo-e-no-brasil/>.

É preciso mencionar que existiram no Brasil vários tipos de máscara de folha de flandres, que variavam no formato. A descrita no conto era uma delas – no caso, a imagem acima. Existiam outras, e uma muito comum era a que fechava apenas a boca. Ao escolher a máscara de folha de flandres, o escritor preservava as lembranças e imagens para os leitores futuros de uns dos instrumentos mais abomináveis de tortura usados durante a escravidão no Brasil.

Mary Karasch (2000) demonstra que o cotidiano dos escravos na cidade do Rio de Janeiro (1808-1850) foi marcado pelas práticas e ameaças de torturas, desde chibatadas em público à ida forçada ao calabouço.⁴⁰ Senhores e senhoras se especializavam em torturas exóticas. Cabe lembrar o uso comum dos “anjinhos”, que era um instrumento que prendia os polegares em dois anéis gradualmente comprimidos por meio de chave ou parafuso. Bem como o “aprisionamento com ferro ou tronco; diversas formas de humilhação e torturas públicas” (KARASCH, 2000, p. 174). Destaca-se ainda o uso forçado do ferro nos pés e pescoços, enforcamentos, desmembração, venda de integrante da família a senhores de outras regiões, entre outras torturas vis.

O naturalista inglês Charles Darwin, quando esteve no Rio em 1832, ficou encantado com a exuberância natural da

40 O calabouço foi uma prisão construída para escravos na época da colônia, onde eram torturados mediante pagamento. Tinha a função disciplinar de mostrar aos outros escravos o que poderia acontecer caso infringissem as regras às quais eram submetidos. Era localizado no forte da Praia de Santa Luzia. Personalidades políticas da época usavam do calabouço para com seus cativos, entre eles, pode-se destacar marquês de Olinda, barão de Cotegipe, conde de Benpedi, barão do Mauá, dr. Miguel José Tavares e até mesmo D. Pedro II. O calabouço foi fechado em 1874 e os escravos foram transferidos para “a casa de detenção”, como melhor esmiúça Luiz Carlos Soares (2007).

cidade do Rio e ficou perplexo diante das torturas sofridas pelos escravos(as). Darwin escreve no seu diário que, no Rio de Janeiro, morou em frente de uma velha senhora que possuía parafusos para comprimir os dedos de suas escravas e esteve numa casa onde um jovem mulato sofria, diariamente e a cada hora, aviltamentos, castigos e perseguições suficientes para despedaçar o espírito mesmo do animal mais desgraçado. De modo que a violência e o medo perpassavam a existência social do cativo urbano.

Continuando o parágrafo do conto:

[...] Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos da máscara. O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. *Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado.* (ASSIS, 2007, p. 466, grifos meus).

O narrador continua a descrição etnográfica dos horrores da escravidão, e traz à tona o ferro no pescoço, não menos grotesco que a máscara, e lembra: “*pesava, naturalmente, mas era menos castigo*” (ASSIS, 2007, p. 466). Pois, além do caráter visual e da dor física, o autor evidencia o aspecto simbólico, ou melhor, o sinal deixado por tal coleira, que tinha como um dos objetivos deixar marcas nos escravos, caso conseguissem fugir. Essas marcas serviriam como rastro de marcas identitárias, o que era comum de se encontrar descritas nos jornais da época.

Tanto que o senhor Santos, morador da Corte, anunciou no *Jornal do Comércio*, em fevereiro de 1880, uma gratificação em dinheiro para quem recuperasse seu escravo fugido, Antonio, pardo, de 30 anos de idade. O anúncio detalha algumas características físicas de Antonio: “É ele cheio de corpo, tipo cearense, altura mais que regular, rosto redondo, dentes bons, quase imberbe, cabelos pretos e anelados, *tem signal de ferro no pescoço e sobre o tornozelo de um dos pés, e de sevícias nas costas; falla baixo e tem voz um pouco rouca, usar andar com lenço no pescoço, com o fim de encobrir o signal do ferro*”.⁴¹

O senhor Santos avisa, a quem prender o escravo Antonio, que deve comunicar na Corte a Antonio Gomes de Souza, na rua de S. Bento – nº 34, ou a José Benedicto da Cunha, e receberá 200\$ réis de gratificação, e levando-o pessoalmente a estes senhores, receberá do primeiro 300\$ réis e do último 400\$ réis. E, por fim, avisa aos leitores interessados que o fugido Antonio se encontra na Parahyba do Sul, onde vive como livre. Todavia, como lembra Machado de Assis, Antonio tinha marcas de torturas da escravidão que mostravam ser *reincidente*, e assim teria grandes chances de ser pego, embora, Antonio sabedor disso, andasse com um lenço no pescoço para cobrir as marcas da corrente e de sua condição de escravo.

Já Carlos, escravo de 33 anos e solteiro, cozinheiro, natural do Rio de Janeiro, trabalhava normalmente para seu senhor, Moura Filho. Quando no dia 12 de novembro de 1875 entrou numa contenda com Manuel Alvares na casa de Veiga & C, que na hora estava na cozinha preparando uma ceia, e a discussão entre Carlos e Manuel se tornou áspera e terminou com Manuel esfaqueado por Carlos. Por esta infração, Carlos,

41 Fundação Biblioteca Nacional – *Jornal do Comércio*, fevereiro de 1880.

em 1875, foi condenado a 6 meses e 15 dias de prisão, tendo sua pena reduzida a 70 açoites e, por ser escravo, a trazer ferro ao pescoço por 3 meses.⁴²

Carlos e Antonio tinham sinais deixados pelo uso forçado do ferro ao pescoço, e sua função social era marcá-los, identificá-los material e simbolicamente enquanto escravos ou de ter sido cativo no passado; e, mesmo que estivessem livres, correriam o risco de serem presos ilegalmente. Machado sutilmente colocou sobre tal utensílio que *pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado*.

Machado de Assis, de forma irônica e sutil, no início do conto “Pai contra mãe”, recupera imagens históricas de aspectos marcantes da escravidão urbana oitocentista, como a violência física e simbólica, que são instrumentos basilares para a legitimação e sustentação da instituição.

Mas mesmo com toda a força da repressão e de torturas sobre os escravos, as práticas de resistência, de luta pela liberdade e dignidade se fizeram presentes no cotidiano da cidade negra do Rio de Janeiro oitocentista. E os contos de Machado preservaram literária e historicamente essas imagens. Então, vejamos...

CENAS DO COTIDIANO E DE RESISTÊNCIA: FUGAS, PRECARIEDADE DA LIBERDADE, CAPOEIRAS E QUITANDEIRAS

A cidade do Rio de Janeiro foi o espaço urbano que mais recebeu escravizados no Brasil durante o século XIX.

42 Fundação Biblioteca Nacional – *Gazeta de Notícias*, terça-feira, 23 de maio de 1876.

No período de 1808 a 1850, primeira metade do século XIX, a escravidão na Corte teve seu período áureo. Era a cidade com o maior contingente de cativos do mundo em 1849, pois, como indica Karasch (2000), alcançou a surpreendente cifra de quase 80 mil escravos. Mesmo com o crescimento vertiginoso da população do Rio no decorrer da segunda metade do século XIX, a cidade não alcançou número tão alto de escravos quando comparado à população livre.

Isso se deu por vários motivos. Podemos elencar alguns, tais como: o fim do tráfico negreiro em 1850; a falta de condições dignas de sobrevivência; as doenças, como cólera, febre amarela e tuberculose, entre outras que ceifaram milhares de vidas; o tráfico de cativos para regiões cafeeicultoras; a pressão inglesa pelo fim do tráfico; e, por fim, as próprias ações de liberdade empreendidas pelos cativos na vida cotidiana da Corte. Tanto que não existiu nenhuma cidade escravocrata moderna no mundo com o número tão elevado de libertos como no Rio de Janeiro da segunda metade do período oitocentista, resultando que, nos anos 70 e 80, a instituição se viu seriamente abalada. “Sociedade em que mais de 70% dos negros eram de condição livre no final do terceiro quartel do século XIX” (CHALHOUB, 2012, p. 233).

De modo que era uma cidade marcada pela presença social e cultural da população negra, livre, fugida, liberta e cativa. A escravidão era a instituição central para o funcionamento da Corte, que estava conectada à lógica internacional de comércio lucrativo subsidiado na diáspora africana.

É nesse contexto histórico que Machado narra suas estórias quando toca na questão da escravidão no Brasil.

Mas voltando ao conto “Pai contra mãe”, chama-nos atenção outra imagem, logo na primeira página:

Há meio século, os escravos fugiam com freqüência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancadas. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói. A fuga repetia-se, entretanto. [...] (ASSIS, 2007, p. 466-467).

Podemos indicar que a informação contida nesse parágrafo se esmera por representar a escravidão durante o século XIX, quando as fugas eram constantes, o que de forma iniludível contribuiu para o fim da instituição no Brasil. Na cidade do Rio de Janeiro, existia um número tão elevado de negros(as) livres e cativos que a “oposição senhor/escravo desdobra-se numa tensão racial que impregna toda a sociedade” (ALENCASTRO, 1997, p. 24). O elemento de tensão perpassava todo o tecido social do sistema escravista da Corte. O que, por sua vez, realça o fato de que os escravos não eram agentes passivos às práticas de torturas e, muitas vezes, a partir de suas ações, negavam a própria condição de escravo. Na fina ironia machadiana, “nem todos gostavam de apanhar pancadas”.

Dessa forma, a fuga, como indica Soares (1997), foi a principal modalidade de rebeldia e resistência ao cativo na Corte oitocentista. O ato da fuga era uma atitude que po-

dia gerar resultados esperados e inesperados por parte dos cativos: primeiro, o fim do domínio por parte do senhor e a maior liberdade diante dos seus desejos, mas, por outro lado, podia resultar na volta ao cativeiro e nas consequências em torturas do ato praticado. Mais do que apenas uma atitude individual ou coletiva, o ato de fugir de forma deliberada era uma atitude que questionava a própria base do sistema escravista, que era “o poder privado do senhor sobre seus escravos que define essencialmente uma ordem escravista” (CASTRO, 1997, p. 338).

O conto “O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana”⁴³ capta o sentimento dessa tensão social que envolve a fuga de escravos. A narrativa conta a história de Jacobina (quarentão e capitalista) sobre sua teoria das duas almas humanas - uma social e outra natural. Reflete Jacobina que “cada criatura humana traz duas almas consigo: uma que olha de dentro *pra* fora, outra que olha de fora *pra* dentro” (ASSIS, 2007, p. 130). Essa teoria passa a existir a partir de um acontecimento passado por ele. Após receber o título de Alferes da Guarda Nacional⁴⁴ aos 25 anos, a pedido, visita a tia d. Marcolina num sítio distante. A festa é grande, sempre denominado de alferes por todos da casa, inclusive pelos escravos. Nas palavras do narrador, o alferes eliminou

43 Conto inicialmente publicado no jornal *Gazeta de Notícias*, de 8 de setembro, e depois no livro *Papéis avulsos* (1882). John Gledson (2006) estabelece uma interpretação mais aprofundada sobre as relações históricas contidas na narrativa. Lembra que esse conto de Machado de Assis é um dos mais analisados pelos estudiosos da literatura.

44 A Guarda Nacional, milícia estabelecida em 1831 pela oligarquia escravocrata para se opor à influência do exército, tinha sobretudo um papel de controle social (por exemplo, nas eleições), era altamente hierarquizada. Seus uniformes eram particularmente vistosos e imponentes (GLEDSON, 2007).

o homem. Mas entra em crise de identidade ao se deparar com o espelho, que:

Era um espelho que lhe dera a madrinha, e que esta herdara da mãe, que o comprara a uma das fidalgas vindas em 1808 com a corte de D. João VI. Não sei o que havia nisso de verdade; era a tradição. O espelho estava naturalmente muito velho; mas via-se lhe ainda o ouro, comido em parte pelo tempo, uns delfins esculpidos nos ângulos superiores da moldura, uns enfeites de madreperla e outros caprichos do artista. (ASSIS, 2007, p. 157).

O espelho representa a tradição histórica da fundação do Estado nacional. Apesar de velho, havia resto de ouro na moldura, ou seja, preservaria o suposto poder desse passado pomposo das elites escravagistas do século XIX. Mas são as atitudes dos escravos que irão inquietar o jovem alferes. Quando a tia vai visitar uma filha doente, ele fica com os escravos durante alguns dias cuidando do sítio. Nesse momento, surge no alferes um sentimento de prisão, insegurança, pois sente sua alma exterior de alferes sem a mesma representação de outrora, e repara que:

Os escravos punham uma nota de humildade nas suas cortesias, que de certa maneira compensava a afeição dos parentes e a intimidade doméstica interrompida. Notei mesmo, naquela noite, que eles redobravam de respeito, de alegria, de protestos. Nhô alferes de minuto a minuto. Nhô alferes é muito bonito; nhô alferes há de ser coronel; nhô alferes há de casar com moça bonita, filha de gene-

ral; um concerto de louvores e profecias, que me deixou extático. Ah! Pírfidos! Mal podia eu suspeitar a intenção secreta dos malvados – Ouçam-me. Na manhã seguinte achei-me só. Os velhacos, *seduzidos* por outros, ou de movimento próprio, tinham resolvido fugir durante a noite; e assim fizeram. Achei-me só, sem mais ninguém, entre quatro paredes, diante do terreiro deserto e da roça abandonada [...]. “Galos e galinhas tão somente, um par de mulas, que filosofavam a vida, sacudindo as moscas, e três bois. Os mesmos cães foram levados pelos escravos” (ASSIS, 2007, p. 158-159, grifo meu).

O conto representa a perplexidade do senhor diante do golpe sofrido pela fuga dos cativos, o que gera uma profunda crise de identidade – que representa fraturas sociais de uma época. O uso da farda de alferes representa um mundo tradicional de controle social que não mais existe e que só vive na ilusão do narrador da história e dos seus pares. Após esse fato, segue-se todo o sofrimento do alferes sem saber como comunicar aos familiares e amigos o ocorrido, nas palavras do alferes: “*a terrível situação moral*” em que se encontrava. O alferes alimentava-se mal e ficava triste, vivendo dos sonhos que a farda outrora lhe proporcionara. Pois quando por fim reencontrar a alma exterior (alferes) “essa alma ausente com a dona do sítio, dispersa e fugida com os escravos, ei-la recolhida no espelho” (ASSIS, 2007, p. 161).

Machado ironiza a estrutura oficial que sustentava a escravidão brasileira nos oitocentos, pois o controle deste mundo baseado na escravidão dos negros não existe por completo, e quando existe é num mundo que se despedaça

nas atitudes diárias dos cativos, que tinha na fuga sua principal atitude de resistência e rebeldia diante da instituição, práticas que questionavam seus senhores e o mundo do qual se sustentavam, os deixando muitas das vezes, como lembra Jacobina, numa *terrível situação moral*.

No trecho do conto “Pai contra mãe”, quando se coloca que os senhores moderavam suas ações sobre seus escravos, pois “dinheiro também dói”, Machado indica o fato de o escravo ser, antes de tudo, um investimento financeiro. Isso fazia com que o senhor mantivesse uma relação tênue e complexa com seus cativos. Destarte, tinha que demonstrar certo controle e regras, usando recursos de torturas físicas e simbólicas; e, ao mesmo tempo, tinha que respeitar os pontos de vista dos escravos que, mesmo em uma relação desigual de forças, impunham limites ao controle senhorial.

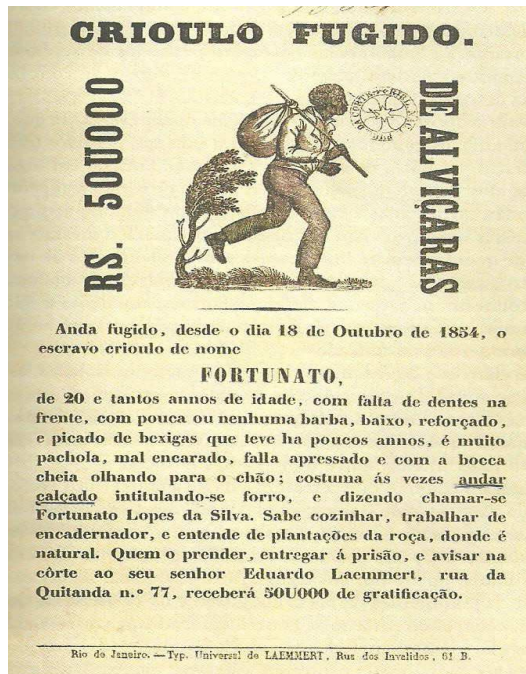
Contudo, nessa tensão social cotidiana entre escravos fugidos, seus senhores e seus domínios, geralmente os cativos entravam em desvantagem, pois os recursos jurídicos e econômicos se detinham nas mãos dos senhores. Continuando o parágrafo do conto:

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: “gratificar-se-á generosamente”, – ou “receberá uma boa gratificação”. *Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa.*

Protestava-se com todo rigor da lei contra quem açoitasse. (ASSIS, 2007, p. 467, grifos meus).

Desse modo, Machado de Assis, pelo fato de ser jornalista e um leitor vivo dos periódicos da época, pode ter criado a narrativa do conto com base em uma ou mais notícias retratando a fuga de escravos(as) e cartazes de recompensas. A descrição minuciosa trazida no conto sobre os anúncios de recompensas na captura de escravos fugidos no século XIX é uma fonte histórica importante quando confrontada com outras fontes da época, como no anúncio a seguir:

FIGURA 3 - CRIULO FUGIDO: DESDE O DIA 18 DE OUTUBRO DE 1854, DE NOME FORTUNATO: RS 50U000 DE ALVICARAS



O anúncio descrito na Almanak Laemmert de 1854⁴⁵ está em consonância com as informações literariamente narradas no conto, e chama a atenção pelo fato de citar que Fortunato, escravo fugido, costuma andar calçado, pois, dessa forma, ele pretendia tentar ostentar que era livre, pois não cabia apenas estar livre, era preciso também ostentar a liberdade para os outros. E estar calçado era um dos símbolos de liberdade no Brasil do século XIX.

Gilberto Freyre (1996) destaca que, no Brasil oitocentista, o tratamento dos pés e os calçados vistosos foram ostentação de pessoas brancas, de classes altas e regalia de pessoas livres. Tanto que se destaca no Almanak Brasileiro de 1876⁴⁶, no item “Estrada de Ferro”, que na viagem entre Prainha e Raiz da Serra, os preços da passagem variavam. A passagem de 1ª classe custava 3.000 réis; de 2ª classe, 2.500 réis; e para os descalços, 1.000 réis; e ainda trazia uma observação: para os bilhetes de 1ª classe, só seriam admitidas pessoas decentemente vestidas; por sua vez, os bilhetes de 2ª e 3ª classes só seriam vendidos a descalços e escravos. Então estar calçado no Brasil oitocentista tinha a função social de indicar a posição na sociedade hierarquizada, que era marcada pela extrema desigualdade.

O que na cidade do Rio de Janeiro era um fator marcante devido ao grande contingente de escravos e libertos. Era comum que o escravo conseguisse o calçado logo que fugido

45 Imagem extraída do texto “Ameaça negra! Quilombolas assombravam o dia a dia de senhores e funcionários da colônia”. REIS, João José. *In: A era da escravidão. Revista História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

46 Fundação Biblioteca Nacional – *Almanak Brasileiro*, 1876.

ou conquistado a liberdade.⁴⁷ Como assim fez, segundo seu senhor, Oscar, escravo de dezoito anos, que fugido, estava andando calçado pelas ruas do Rio de Janeiro e em especial pelas áreas do Andaraí. Embora o anúncio⁴⁸ descreva que ele se vestisse de forma mais ou menos decente, era o fato de estar calçado que dava o estado de se portar como liberto. Sobre a questão do calçado como símbolo de liberdade, Freyre indica que:

Se voltarmos ao assunto é para acentuar o fato de que a distância entre classes, no Brasil, teve no cuidado com os pés e com os sapatos uma das suas expressões mais características, fazendo-se os pés dos homens senhoris uma espécie de pés de montar a cavalo e dos pés dos homens servis [...]. Debret impressionara o fato, no Rio de Janeiro que ele conhecera em 1816, de haver tanta loja de sapateiro numa cidade onde cinco sextos da população eram, então, formados por indivíduos que caminhavam pelas ruas sem sapatos. (FREYRE, 1996, p. 512).

Machado, como “escritor-historiador”, delineia com detalhes esmiuçadores aspectos da escravidão urbana do Rio. Voltando ao conto “Pai contra mãe”, Candinho, oprimido pela

47 Era muito comum, nos anúncios de escravos fugidos, a informação de escravos estarem calçados para se passarem como livres. Como exemplo, na nossa pesquisa dos jornais *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, entre 1875 a 1879, foram encontradas 47 citações e passagens sobre o fato, o que era uma realidade extensiva para outros periódicos da época.

48 Fundação Biblioteca Nacional – *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1876.

pobreza e pela falta de oportunidade de acesso a emprego formal, resolve viver de capturar escravos fujões.

Sobre essa nova empreitada profissional do personagem, Candinho ajuíza: “Pegar escravos fugidos trouxe-lhe um encanto novo. Não obrigava a estar longas horas sentado. Só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda” (ASSIS, 2007, p. 470). É significativa essa parte, pois o movimento de fuga era tão corriqueiro no cotidiano da Corte que era preciso utilizar-se de trabalho privado para tentar resultados satisfatórios à política de controle dos cativos. De modo que Luiz Carlos Soares (2007) indica que o trabalho de caçar escravo estava disseminado na Corte oitocentista:

Mais tarde, em 1846, as autoridades governamentais reativaram a Companhia de Pedestre e uma das principais atribuições destes soldados, até 1866, foi a captura de escravos fugidos. Era muito comum que, nos jornais da cidade em meados do século XIX, os anúncios de escravos fugidos viessem endereçados principalmente “aos Senhores Pedestres”, oferecendo-lhes também alguma recompensa. Entretanto, qualquer indivíduo livre podia se aventurar na captura de escravos evadidos, bastando apenas copiar os anúncios de jornal, providenciar os apetrechos necessários e sair à procura dos fujões pela cidade e arredores. Depois dos anos 1830, muitos indivíduos pobres tiveram nas recompensas, pela captura de escravos fugidos, o seu único meio de vida, sendo muito grande a concorrência que eles desenvolviam com os mal remunerados soldados da Polícia. (SOARES, 2007, p. 237).

O conto “Pai contra mãe” ressalta o retrato do drama da escravidão urbana e as tensões sociais relacionadas a Candinho e Arminda, e representa alguns aspectos do Rio de Janeiro oitocentista. Em outro momento do conto, temos: “Um dia os lucros entraram a escassear. Os escravos fugidos não vinham já, como dantes [...]. Certa vez capturou um preto livre; desfez-se em desculpas, mas recebeu grande soma de murros que lhe deram os parentes do homem” (ASSIS, 2007, p. 470).

Essa imagem pode estar em consonância com a queda no número de escravos no Rio de Janeiro e, por conseguinte, com as dificuldades encontradas por Candinho em discernir negros livres e escravos, pois as redes de atuações próprias dos negros dificultavam a política de dominação senhorial. Como indica Sidney Chalhoub:

O meio urbano misturava os lugares sociais, escondia cada vez mais a condição social dos negros, dificultando a distinção entre escravos, libertos e pretos livres, e desmontando assim uma política de domínio em que as redes de relações pessoais entre senhores e escravos, ou amos e criados, ou patrões e dependentes, enquadravam imediatamente os indivíduos e suas ações. A cidade que escondia, porém, ensinava aos poucos a construção da cidade que desconfiava que transformasse todos os negros em suspeitos. (CHALHOUB, 1990, p. 192).

Por outro lado, o trecho do conto acima aludido também destaca o fato de que a experiência da liberdade para o negro na cidade do Rio de Janeiro era algo precário, pois

resultava da cumplicidade do Estado com suas estruturas políticas e os senhores proprietários. O fato de Candinho ter prendido um negro sem ter uma informação detalhada sobre sua procedência representa bem isso.

Sobre essa questão, Gilberto Freyre (1996, p. 521) já destacava que essa cidade era perigosa para os homens de cor, fossem livres ou escravos:

Em 1825, outro edital, este do Intendente-Geral da Polícia da Corte do Brasil, Francisco Alberto Teixeira do Aragoão, declarava que os escravos poderiam ser apalpados a qualquer hora do dia ou da noite [...] era proibido, sob pena de açoites, o uso de qualquer arma: não só uso de qualquer arma de defeza como trazerem paos.

A vigilância era tamanha que também recomendava o edital que o escravo, como todo homem de cor parado nas esquinas sem motivo “esclarecido” ou que assobiasse e qualquer outro sinal suspeito, seria severamente punido. Nesse contexto histórico, foi noticiada, na “*Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro*, no dia 3 de agosto de 1876”, a prisão da parda Vicência três dias antes, sem maiores informações. Ou melhor, sem a versão de Vicência, foi relatado que ela fora detida por “suspeita de fugida”, pois não possuía o bilhete de seu senhor e andava a provocar desordens. Não se sabe quais desordens, mas a notícia termina de forma capciosa: “em boa dansa se metteu a tal Vicencia”.⁴⁹

49 Fundação Biblioteca Nacional – *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1876.

Portanto, a experiência da liberdade dos negros na cidade do Rio e no Brasil oitocentista era marcada pela incerteza. Um exemplo dessa questão foi a “revolta do Ronco da Abelha” (1851-1852), ocorrida inicialmente em cidades, vilas e povoados da província da Paraíba, tendo reverberações em outras províncias do Norte, como Sergipe, Alagoas e Pernambuco. As principais causas dessa revolta foram os decretos 797 e 798, instaurados pelo Governo Imperial. O primeiro decreto - o 797 - estabelecia o Censo Geral do Império e o 798 determinava que os registros civis de nascimento em óbitos seriam tutelados pelos escrivães e juizes de paz. Ambos deslocavam regras e costumes da vida cotidiana dos homens e mulheres pobres da época.

Especificamente o decreto 797, ao ter o item relacionado à cor, fez nascer de forma generalizada por parte da população pobre, livre e liberta o medo de ser escravizada e, para muitos, reescravizada. Daí uma das características da revolta ter sido a destruição dos documentos dos cartórios. Essa característica da revolta tem sua lógica social assentada nas experiências cotidianas, pois os pobres e libertos sentiam na pele que a liberdade no Brasil oitocentista era uma experiência marcada pelo medo e pela insegurança, tanto que a lei era conhecida pela população pobre como “lei do cativoiro”.⁵⁰

Para piorar a precariedade da liberdade dos escravos na cidade do Rio, cabe destacar que, na primeira metade do século XIX, os roubos de escravos eram algo comum e rotineiro na vida dos cativos e libertos (SOARES, 2007).

⁵⁰ Para melhor se entender a lógica no contexto histórico maior dessa revolta, vide a introdução do livro: *A força da escravidão: ilegalidade e costumes no Brasil oitocentista* (CHALHOUB, 2012).

No Rio de Janeiro oitocentista, por ser a Corte e pelo elevado número de escravos e libertos, a perseguição e a vigilância eram maiores. Sidney Chalhoub (2012, p. 227) destaca que “negros presos pela polícia por suspeição de que fossem escravos, ainda que alegassem liberdade, permaneciam escravos até que conseguissem provar a sua condição de livres. Eram corriqueiros os leilões dessas pessoas, para que fossem arrematadas por quem se interessasse em tê-las como propriedade”. Diferentemente das desculpas ditas por Candinho ao negro libertado confundido como escravo, desfecho assim era exceção e não a regra no dia a dia dos negros da Corte.

Noutra passagem do conto “Pai contra mãe”, no momento em que os destinos de Arminda e Cândido Neves se encontram pela primeira vez, o personagem Candinho reviu as notas de escravos fugidos: “Uma, porém, subia a cem mil réis. Tratava-se de uma mulata; vinham indicações de gesto e vestido e Cândido Neves andara a pesquisá-la sem melhor fortuna, e abrira mão do negócio, imaginou que algum amante da escrava a houvesse recolhido” (ASSIS, 2007, p. 473).

É sintomático Candinho ter nesse momento desistido de capturar a escrava “fujona”, pois era comum encontrar nos anúncios de jornais da época que cativas eram muitas vezes “seduzidas” (termo utilizado na época) por terceiros.

Tanto que o conto “Mariana”, publicado no *Jornal das Famílias* em janeiro de 1871 e não republicado por Machado, narra a história de amor de Mariana, escrava apaixonada por Coutinho, filho de sua dona, que é mãe do narrador. Este estava para se casar com a prima Amélia, na impossibilidade de seu amor vir a se realizar. Mariana foge, mas é encontrada

por Coutinho, que perplexo diante da ação da subordinada da família, indaga a Mariana: “Alguém te seduziu para fugir?” (ASSIS, 1997, p. 779). Coutinho, mesmo sabendo que a fuga era por sua causa, levanta a pergunta de algo comum na época, o fato de muitos escravos serem seduzidos, ou seja, de terem sua fuga agenciada por outras pessoas. Isso, claro, decidido pelos agentes envolvidos, demonstra as relações de redes de contatos subterrâneos entre os negros livres, escravos e fugidos na Corte.

Nos jornais do Rio de Janeiro do século XIX e nos ofícios de justiça, o termo “seduzido” era muito utilizado. Machado representou literariamente essa imagem e suas implicações sociais. Nesse contexto, chama a atenção que o dono da escrava Josephina, jovem de 20 anos, ficou em dúvida ao anunciar a recompensa a quem a recuperasse. Diz: “Fugiu, ou foi seduzida no dia 16 de abril de 1876”, e por fim, promete protestar legalmente a quem a acoitou.⁵¹ Postura semelhante teve a proprietária da menina Julia, pardinha de 13 anos, seduzida no mesmo ano de Josephina, e também promete proceder com todo rigor da lei se descobrisse quem a seduziu.⁵² “A sedução era um problema tão crônico nas cidades escravistas que muitos senhores colocavam nos jornais não o nome dos escravos desaparecidos, mas sim o do sedutor” (MOREIRA, 2006, p. 42).

Portanto, o fato de os proprietários de Josephina e Julia prometerem punir os sedutores demonstra as tensões

51 Fundação Biblioteca Nacional – Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, segunda-feira, 21 de abril de 1876.

52 Fundação Biblioteca Nacional – Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, terça-feira, abril de 1876.

sociais que envolviam as fugas e revela que as conexões entre negros livres, escravos e fugidos eram parte constitutiva do tecido social urbano da Corte e que perturbavam a suposta *ordem moral* dos senhores proprietários.

Mas mesmo assim, “os homens e mulheres de cor” possuíam seus espaços próprios. Em que pese toda a força da escravidão, lutavam como podiam por melhores condições e por liberdade. A história das lutas dos negros da Corte pela liberdade ao longo do século XIX é parte inerente à história da própria cidade do Rio de Janeiro no período.

Os negros cativos, fugidos e libertos tinham seus próprios espaços e redes de sociabilidades no Rio de Janeiro oitocentista. Os “capoeiras” e a “capoeiragem” (nome dado à prática de tal atividade) é um exemplo disso. Machado de Assis, no conto “A causa secreta”, inicialmente publicado no *Gazeta de Notícias*, de 1 de agosto de 1885, e republicado no livro *Várias histórias* (1896), narra a história de desumanidade de Fortunato, homem estranho e frio que fazia terríveis experiências com animais no seu laboratório. Sua difícil personalidade e suas práticas traziam sofrimento à esposa, Maria Luísa, que se tornara a paixão do seu colega Garcia. Fortunato, no início da história, é ajudado por Garcia, pois ele havia sofrido ataques de maldade de capoeiras durante a noite no Rio de Janeiro, por volta dos anos 60 do século XIX. Fortunato morava no Catumbi, local distante do centro da cidade. O ataque sofrido se deu assim:

Sabendo que o Garcia era vizinho e estudante de medicina pediu-lhe que ficasse para

ajudar o médico. Em seguida contou o que se passara.

— *Foi uma malta de capoeiras*. Eu vinha do quartel de Moura, onde fui visitar um primo, quando ouvi um barulho muito grande, e logo depois um ajuntamento. Parece que eles feriram também a um sujeito que passava, e que entrou por um daqueles becos; mas eu só vi a este senhor, que atravessava a rua no momento em que um *dos capoeiras, roçando por ele, meteu-lhe o punhal*. (ASSIS, 2007, p. 369, grifos meus).

A passagem acima destaca algumas características marcantes sobre a capoeira, prática que teve origem com os escravos, uma mistura de dança e luta que é marcada pela rara habilidade de jogos de pernas e cintura. Segundo Luiz Carlos Soares (2007), com o passar do tempo na cidade do Rio de Janeiro, a capoeira deixou de ser arte exclusiva dos cativos e tornou-se também uma atividade de negros libertos. E destaca que, nos anos 80, eles foram agrupados nos grupos radicais abolicionistas.⁵³

Com o passar do tempo, os escravos praticantes da capoeira se uniram em grupos que tinham a função de proteger e ampliar seus respectivos territórios, os quais ficaram denominados de “maltas”. Muitas freguesias tinham suas respectivas “maltas” e vez por outra entravam em conflito com outros grupos.

⁵³ Para uma visão aprofundada da capoeira e suas relações sociais no Rio de Janeiro oitocentista, vide tese de doutorado de: SOARES, Carlos Eugênio. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

Os capoeiras, nessa época, usavam objetos cortantes como facas, punhais, navalhas e pedras nas suas lutas-danças. Eram temidos nas ruas do Rio por suas habilidades. Geralmente era à noite, nas sombras, que resolviam suas questões. Essas informações são destacadas no trecho do conto, pois Fortunato morava na região do Catumbi. Ele estava à noite em outra parte da cidade e, sem saber o motivo real por que fora atacado, o que o texto indica é que foi um grupo de maltas que provavelmente estava numa contenda e nisto ele também foi atingido a punhaladas.

Pesquisando alguns jornais da *Gazeta de Notícias* do século XIX,⁵⁴ encontramos algumas referências a ataques sofridos por pessoas à noite na Corte pelos capoeiras, bem como contendas de maltas, entre outras imagens. Chamou-me a atenção o destaque dado na sexta-feira, do dia 10 de setembro de 1875, à atitude preventiva estabelecida pela polícia, três dias antes, de revistar os bolsos dos indivíduos suspeitos de serem capoeiras e terminar a notícia pedindo que “Oxalá que esta precaução não caia em desuso!”. Destaca-se que havia uma repressão pelas forças policiais das práticas da capoeiragem, e isso fica patente nas leituras dos jornais da época, pois a imprensa pressionava as autoridades da Corte para que se punissem severamente os capoeiras.

Machado de Assis, numa crônica publicada alguns meses antes de publicado o conto “A causa secreta”, na *Gazeta de Notícias*, do dia 14 de março de 1885, defende

⁵⁴ Como exemplo, vide o periódico dos dias: Fundação Biblioteca Nacional – *Gazeta de Notícias*, terça-feira, 17 de agosto de 1875; sábado, 23 de outubro; sexta-feira, 10 de setembro; entre outros pesquisados.

que uma das possibilidades para lidar com os capoeiras era evitar o sensacionalismo dado pela imprensa a essas ações. Diz o cronista que:

Trago aqui no bolso um remédio contra os capoeiras [...]. A minha droga pode dizer-se que tem em si o sinal da imortalidade. Agora, principalmente, que a guarda urbana foi dissolvida, entregando ontem os refletores, receiam alguns que haja uma explosão de capoeiragem (só para os moer), enquanto que outros crêem que a substituição da guarda é bastante para fazer recuar os maus e tranquilizar os bons [...]. Vamos, porém, à droga, e comecemos por dizer que estou em desacordo com todos os meus contemporâneos, relativamente ao motivo que leva o capoeira a plantar facadas nas nossas barrigas. Diz-se que é o gosto de fazer mal, de mostrar agilidade e valor, opinião unânime e respeitada como um dogma. Ninguém vê que é simplesmente absurda. Com efeito, não duvido que um ou outro, excepcionalmente, nutra essa perversão de entranhas; mas a natureza humana não comporta a extensão de tais sentimentos. Não é crível que tamanho número de pessoas se divirtam em rasgar o ventre alheio, só para fazer alguma coisa [...]. Já o leitor adivinhou o meu medicamento. Não se pode falar com gente esperta; mal se acaba de dizer uma coisa, conclui logo a coisa restante. Sim, senhor, adivinhou, é isso mesmo: não publicar mais nada, trancar a imprensa às valentias da capoeiragem. Uma vez que se não dê mais notícia, eles recolhem-se às tendas, aborrecidos de ver que a crítica não anima os operosos [...] enquanto as navalhas, restituídas aos barbeiros, passarão a esca-

nhoar os queixos da gente pacífica. *Ex fumo dare lucem.*⁵⁵

Machado de Assis, tanto na crônica como no conto, capta o sentimento de insegurança e perplexidade causado pelos capoeiras nas suas ações no dia a dia da Corte oitocentista. Releva observar que tanto o conto como a crônica foram inscritos inicialmente no mesmo jornal e que também as fronteiras de gênero no século XIX eram maleáveis. O cronista ressalta que a visão da imprensa sobre a capoeiragem é uma visão generalizada que acaba ressaltando certo sensacionalismo e reiterando estereótipos. Para o escritor, a imprensa deveria não dar tanto destaque às ações dos capoeiras, pois essa seria uma das soluções. De modo que a capoeiragem se tornou um ato de rebeldia e resistência da cultura afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro oitocentista e que permaneceu nas primeiras décadas da República a ser ostensivamente reprimida pelas forças policiais.

As quitadeiras também ocupavam espaços nas ruas da cidade negra do Rio de Janeiro oitocentista. Elas estavam presentes na vida cotidiana, tanto que era comum diariamente vir nos jornais anúncios de aluguéis e vendas de seus serviços, o que demonstra sua popularidade. Essa atividade foi uma das mais praticadas entre as negras de ganho e entre as livres. Tanto que “quitadeiras foram, por exemplo, Justina Maria do Espírito Santo, mãe de José do Patrocínio, e Maria Patrícia, mãe de Francisco de Sales Torres Homem, visconde de Inhomirim” (LOPES, 2006, p. 140).

⁵⁵ Expressão em latim que seria algo próximo a oração: “onde existe fogo, tem fumaça”.

Machado de Assis, no conto “Um homem superior”,⁵⁶ narra que, após uma noite de insônia, Clemente, personagem principal, caminhava lento e pensativo. E, de repente, se deparou com uma quitandeira que se dirigia para as praças do mercado com o cesto ou o tabuleiro à cabeça, acompanhada de um preto que levava outro cesto e a barraca.

Já no conto “Um erradio”,⁵⁷ que descreve o personagem Elisiário, que tinha por hábito pensar enquanto perambulava pelas ruas e pontos históricos da cidade do Rio, a história é narrada em 1862: ele apresenta ao jovem Tosta os locais e as regiões de fundação da cidade, como o Morro do Castelo e a igreja dos jesuítas. Nisso uma imagem chama a atenção:

Fomos até o Campo da Aclamação, que ainda não possuía o parque de hoje, nem tinha outra polícia além da natureza, que fazia brotar o capim, e das lavadeiras, que batiam e ensaboavam a roupa defronte do quartel. Eu ia cheio do discurso do Elisiário, ao lado dele, que levava a cabeça baixa e os olhos pensativos. *De repente, ouvi dizer baixinho:*

56 Publicado originalmente em *Jornal das Famílias*, em agosto de 1873, e não republicado em livro pelo autor. O conto “Um Homem superior” conta a história de Clemente Soares, homem que não tinha dinheiro nem para se alimentar e que se utilizava da bajulação para obter favores. Também acaba tendo um casamento arranjado. Dessa forma, passa da condição de guarda-livros para a de proprietário de terras, típico medalhão da sociedade fluminense do século XIX que se ascende socialmente não pelo mérito, mas sim pelos conchavos políticos e favores.

57 Publicado na revista *A estação*, setembro – novembro de 1894 e republicado no livro *Páginas recolhidas*, 1899 – narra a história do jovem Tosta (estudante recém-chegado ao Rio) com Elisiário, meio poeta, grande orador, mas sem aplicação nos estudos. Elisiário tem o hábito de andar pelos pontos históricos da cidade. Tosta tem uma profunda admiração pela força intelectual de Elisiário, mas este se casa por conveniência com d. Jacinta, filha de seu protetor dr. Lousada, casamento mais por admiração do que amor, mas que se esvai com a rotina do matrimônio para ambas as partes. O jovem Tosta atribui a queda na intelectualidade e na falta de inspiração ao casamento. Ledo engano, pois isso se deve ao seu caráter típico de um *erradio*.

— Adeus, Ioiô! Era uma quitandeira de doces, uma crioula baiana, segundo me pareceu pelos bordados e crivos da saia e da camisa. Vinha da Cidade Nova e atravessava o campo. Elisiário respondeu à saudação: — Adeus, Zeferina. Estacou e olhou para mim, rindo sem riso, e, depois de alguns segundos: — Não se espante, menino. Há muitas espécies de Vênus. O que ninguém dirá é que a esta lhe faltem braços, continuou olhando para os braços. (ASSIS, 1997, p. 589, grifos meus).

Mais uma vez, Machado de Assis realça a presença das quitandeiras no espaço urbano da Corte oitocentista. No trecho acima, Tosta e Elisiário (o erradio) saíram do Campo da Aclamação⁵⁸ e encontraram Zeferina, quitandeira de doces, provavelmente baiana, pois foi reconhecida pelos bordados e crivos das saias. Primeira questão para se destacar é que a personagem Zeferina vinha da Cidade Nova.⁵⁹ Não é por acaso que ela vinha dessa região, pois esse local compreende um “território negro” na cidade do Rio de Janeiro oitocentista.

Machado não descreve esse encontro como mera coincidência, pois esse local, no decorrer do século XIX, vai ser uma das regiões que compõem posteriormente a “Pequena África”, espaço urbano que historicamente abrigou muitos baianos recém-chegados à cidade do Rio, bem como os

58 Antes se chamava Campo de Santana. Após o 7 de setembro de 1822, ficou conhecido como Campo da Aclamação e, por um intervalo de tempo, ficou conhecido como Campo da Honra. Com o advento da República, foi renomeado para Praça da República (BRASIL, 1954).

59 Era uma região alagadiça, rota de passagem entre a zona urbana e zona rural, como Tijuca e São Cristóvão; foi sendo melhorado no decorrer do século XIX e depois se tornou um bairro onde muitos operários foram estabelecer moradia (BRASIL, 1954).

seus descendentes. Relewa destacar que a famosa “tia Ciata” (Hilária Batista de Almeida, 1854-1929) morava na “rua Visconde de Itaúna, na Cidade Nova, que é tradicionalmente considerada um dos berços do samba carioca. Ainda sobre a Pequena África, Nei Lopes informa que:

Expressão consagrada pelo escritor Roberto Moura, no livro *Tia Ciata e a Pequena África da Praça Onze* (Funarte, 1983). A expressão denomina a base territorial da comunidade baiana do Rio de Janeiro, estabelecida, a partir dos anos de 1870, na região que se estendia dos arredores da antiga Praça Onze até as proximidades da atual Praça Mauá. Compreendendo as antigas localidades e freguesias de Cidade Nova, Santana, Santo Cristo, Saúde e Gamboa, e constituindo-se em importante pólo concentrador de múltiplas expressões da cultura afro-brasileira, da música à religião, a Pequena África foi o berço onde nasceu o samba em sua forma urbana e onde se estabeleceram os primeiros terreiros de candomblés baianos no território carioca e fluminense. (LOPES, 2006, p. 133)

As denominadas quitadeiras eram mulheres negras livres ou cativas que vendiam comidas (doces, frutas e angus, entre outros) nas ruas de muitas cidades brasileiras e que tinham uma forte presença em muitos logradouros e praças do Rio de Janeiro no século XIX. O nome *quitanda* é de origem africana, originário do dialeto quimbundo (língua dos ambundos ou bundos – grupo étnico da região de Luanda). Vem do termo *kitanda*, que significa dono(a) de quitanda. Foi uma atividade que teve origem na África Central e Ociden-

tal, sendo realizada para alimentar as pessoas envolvidas no comércio da escravidão atlântica. No fluxo e refluxo da escravidão, os escravos trouxeram a prática para o Brasil, que aqui se tornou “quitanda” e foi atividade dominada pelas mulheres, conhecidas como “quitadeiras”.⁶⁰

Os fragmentos machadianos descrevem vestimentas e adereços que caracterizam as quitadeiras como *baianas*. Como descreve o conto, geralmente usavam vestidos brancos e colares de búzios, camisa de crivo, balangandãs, amuletos protetores e turbantes, haja vista que eram roupas e objetos típicos usados por algumas mulheres africanas da África Ocidental. Tanto que Nei Lopes define como Baiana:

Denominação da indumentária usada tradicionalmente pelas mulheres negras da Bahia, sobretudo as vendedoras de iguarias em tabuleiros. Compõem-se principalmente de bata rendada, saia comprida e armada, turbante, panos-da-costa e chinelinhas. As mulheres de posses adicionam a essa indumentária ricos adornos, como colares, pulseiras, braceletes e balangandãs de ouro ou prata. O traje que vestia as negras de ganho na época colonial [...]. (LOPES, 2006, p. 25-26).

Os trajes acompanham as baianas quitadeiras no decorrer dos oitocentos na Corte. Com a decadência da produção de açúcar no mercado internacional e o crescimento da produção de café na região Sudeste, aliados ao fim do tráfico de escravos em 1850, houve um comércio intenso de

⁶⁰ Nisto, uma das ruas comerciais mais importantes da cidade do Rio no século XIX se denominava Quitanda (BRASIL, 1954).

vendas de escravos da região Norte do Brasil para o Sudeste, em especial para a Corte.

Para termos uma ideia, “somente entre os anos de 1872 e 1876 chegam ao Rio de Janeiro 25.711 escravos vindos do Norte e Nordeste” (MOURA, 1983, p. 17). A Bahia foi uma das províncias que mais se destacaram no tráfico interprovincial, de modo que as baianas se destacaram na vida social e cultural do espaço urbano da Corte.

As quitandeiras se tornaram hábeis conhecedoras das ruas do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, essa atividade expunha a precariedade e as dificuldades dos trabalhos reservados para as mulheres negras na época. Tal atividade estava presente diariamente nas páginas dos jornais, nos anúncios de vendas e alugueis,⁶¹ tanto que, na *Gazeta de Notícias*,⁶² se anunciava: “Vende-se por 800 réis uma preta boa engomadeira, lava e cosinha e é boa quitandeira de doces: á Rua do Lavradio n.6”.

Por sua vez, as cativas usavam desses expedientes para agenciar fugas de seus malungos ou até mesmo, diante de seus argutos conhecimentos do perímetro urbano da Corte, para suas fugas. Como fez Egylda, quitandeira que fugiu dos domínios de seu senhor e andava tranquilamente pelas ruas da Uruguaiana e Alfândega.⁶³

Chama-nos a atenção a analogia que Machado faz com Zeferina, quitandeira baiana, com a famosa escultura

61 Basta pesquisar no site <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>, da Biblioteca Nacional na parte de jornais digitalizados do século XIX.

62 Fundação Biblioteca Nacional – *Gazeta de Notícias*, segunda-feira, 20 de setembro de 1875.

63 Fundação Biblioteca Nacional – *Gazeta de Notícias*, domingo, 3 de junho de 1877.

Vênus de Milo. O que as diferenciava eram os braços que a baiana possuía. O nome “Milo” se refere à ilha grega de Milo, onde foi encontrada a escultura em 1820. A obra de arte se encontra atualmente no Museu do Louvre. Representa Afrodite, deusa helênica do amor, da beleza e da sexualidade, que na cultura romana ganhou a denominação de Vênus. A peça foi encontrada sem braços, o que até hoje é fonte de debate interminável sobre quais razões teriam levado a isso. Depois da *Monalisa*, de Leonardo da Vinci, é a obra de arte mais conhecida da Europa.

Podemos interpretar essa metáfora como uma das principais características da narrativa machadiana, o fato de que se podia ter uma arte (literária) universal, a partir das nossas referências culturais, como, por exemplo, as quitandeiras, uma das práticas sociais e culturais marcantes dos negros na cidade do Rio oitocentista.

Portanto, as fugas dos negros, a precariedade da liberdade, os capoeiras e as quitandeiras eram partes integrantes do espaço da cidade negra da Corte do século XIX. Imagens dessas práticas sociais e culturais afro-brasileiras ficaram preservadas nas fontes históricas da época, como também nos contos machadianos.

O MEDO DOS MAUS-TRATOS E AS CENAS DE CONTRABANDO NA CORTE OITOCENTISTA: UM CRIME QUASE PERFEITO?

Na parte final do conto “Pai contra mãe”, Candinho, desesperado sem encontrar nenhum escravo fugido, resolve acatar o conselho de tia Mônica de entregar o filho à “roda

dos enfeitados”.⁶⁴ Nisto faz o percurso com o filho, passa pela “Rua dos Barbonos”, com medo, anda devagar pela “Rua da Guarda Velha”, e quando passa a Rua da Ajuda em direção ao “Largo da Ajuda” encontra Arminda (escrava fujona).⁶⁵

Essas ruas compõem regiões das cidades que se modificaram e que algumas não existiam mais na época da publicação do conto. Como exemplo, após a abolição, a Rua da Guarda Velha se denominará Treze de Maio. Essa característica do texto tem uma função literária complexa, pois se relaciona com as imagens das contendas de Candinho e Arminda: ela resistindo em voltar para o seu senhor e ele querendo o dinheiro, tendo por pano de fundo as ruas que existiam e com nomes alusivos ao acontecimento da narrativa.⁶⁶

Enfim, Candinho enlaça Arminda:

Era mesma, era a mulata fujona. – Arminda bradou, conforme nomeava o anúncio. Arminda voltou-se sem cuidar malícia. Foi só quando ele, tirado o pedaço de corda da

64 Roda dos enfeitados ou Casa dos Expostos – criada em 1738 por Romão de Mattos Duarte, sob os cuidados da Santa Casa da Misericórdia, para receber as crianças rejeitadas por suas famílias. Era uma roda de madeira, que se introduzia numa abertura no muro da instituição, mantendo-se o anonimato dos pais, que nunca mais poderiam reclamar o filho. Após colocar a criança, os pais giravam a roda, batiam uma campainha e uma freira recolhia a criança. Foi estabelecida inicialmente na Rua de Santa Luzia, sendo depois transferida para a Rua dos Barbonos, a atual Evaristo da Veiga (SILVA, 2005, p. 47).

65 Segue anexo o mapa da cidade do Rio com as ruas citadas e percebe-se a fidelidade dos dados descritos por Machado sobre boa parte da cidade que já não existia em 1906, quando foi publicado o conto “Pai contra mãe”. Vale observar o mapa com atenção.

66 Essa questão das ruas no conto “Pai contra mãe” foi excepcionalmente interpretado por Alessandro Castro da Silva (2005).

algibeira, pegou dos braços da escrava, que ela compreendeu e quis fugir. Era já impossível [...]. Estou grávida, meu senhor! Exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele quem me solte [...]. Quem passava ou estava à porta de uma loja, compreendia o que era e naturalmente não acudia. Arminda ia alegando que o senhor era muito mau e provavelmente a castigaria com açoites – coisa que, estado em que ela estava, seria pior de sentir. Com certeza, ele lhe mandaria dar açoites [...]. Foi arrastando a escrava pela rua dos Ourives, em direção à da Alfândega, onde residia o senhor. Na esquina desta, a luta cresceu; a escrava pôs os pés à parede, recuou com grande esforço, inutilmente. (ASSIS, 2007, p. 474).

Da “Rua da Ajuda”, Candinho arrasta Arminda pela “Ourives” até a rua da “Alfândega”, onde residia o proprietário da cativa. Gerson Brasil (1954) indica que a rua do “Ourives” ia desde a rua da “Ajuda”, diante da *igreja do Parto*, até a subida do Morro da Conceição e, com abertura da Avenida Rio Branco, sofreu drásticas transformações quando, em 1936, ganhou o nome de Miguel Couto.

A fina ironia destilada de Machado de Assis coloca que Arminda, grávida, é capturada na Rua da Ajuda, que continha a Igreja do Parto, e passou pela Rua do Ourives (que foi assim denominada em 1742, por concentrar muitas joalherias e ourives, o que expõe a opulência da riqueza material) até chegar à Rua da Alfândega.⁶⁷ Detalhe: os persona-

67 Gerson Brasil (1954) indica que, em 1716, a rua ganha o nome de Alfândega porque diante dela estava a praia e, durante o século XIX, concentrava muitos africanos de várias etnias.

gens passaram pela esquina do Ouvidor nesse percurso, rua marcada por abrigar a fina flor da elite fluminense e várias lojas francesas para as elites da época, o coração francês do Rio, mas que tinha artérias negras de origem africana, pois por muito tempo a famosa rua abrigou requisitadas casas de vendas e leilões de escravos ladinos.

O conto expõe uma sociedade de relações complexas, em que a pobreza de maior parte da população e a falta de oportunidade de melhoria de vida afligiam tanto pessoas pobres livres, brancas e negras quanto escravos, embora estes carregassem a parte mais pesada dessa sociedade desigual e excludente. De modo que podemos indicar que Machado estava preocupado em preservar nos contos o espaço urbano do Rio oitocentista, bem como registrar aspectos da escravidão e suas práticas no cotidiano da Corte.

Ainda sobre a passagem do conto acima analisado, duas imagens chamam a atenção. A primeira é a de Arminda, que justifica a Candinho que sua fuga teria sido motivada pelos maus-tratos dados pelo seu senhor e que a sua captura resultaria em agressivas surras e torturas. Essa imagem está em consonância com dados levantados por Chalhoub na sua pesquisa sobre os escravos nas últimas décadas da escravidão no Rio de Janeiro: “[...] de qualquer forma, talvez haja aqui a constância de que um dos motivos mais recorrentes alegados por escravos que agrediam seus senhores ou feitores era o de que estes aplicavam castigos rigorosos ou sem motivos justos” (CHALHOUB, 1990, p. 201).

Os maus-tratos também eram o principal motivo de fuga alegado pelos cativos, como indicam os jornais da época

e os relatos de viajantes. O medo das torturas era sentimento permanente entre os escravos. Os contos “O caso da vara”⁶⁸ e “Mariana” representam e reforçam esse aspecto.

O conto “O caso da vara” narra o drama do seminarista Damião, que foge da vida eclesiástica, encontrando refúgio na casa de sinhá Rita, que o protege do suposto castigo futuro dos seus pais e da moleza da proteção do seu padrinho, João Carneiro. Nisto o seminarista encontra a menina escrava Lucrécia, que sofre torturas por parte da senhora. A história se desenrola antes de 1850. Na passagem do conto, sinhá Rita adverte:

Lucrécia, olha a vara! *A pequena abaixou a cabeça, aparando o golpe, mas o golpe não veio. Era uma advertência; se à noitinha a tarefa não estivesse pronta, Lucrécia receberia o castigo do costume. Damião olhou para a pequena; era uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. Contava onze anos. Damião reparou que tossia, mas para dentro, surdamente, a fim de não interromper a conversação.* (ASSIS, 2007, p. 428, grifos meus).

Essa passagem capta a sensação de pavor e desespero às punições que os(as) senhores(as) impunham aos cativos. Também está em consonância com o relato de Charles Darwin quando esteve no Rio no dia 14 de abril de 1832, o qual coloca que ficou muito impressionado pela crueldade que

⁶⁸ Conto inicialmente publicado no jornal *Gazeta de Notícias*, em 1 de fevereiro de 1891 – Fundação Biblioteca Nacional.

presenciou quando atravessava um *ferry* em companhia de um negro, tentando ser compreendido:

Passei a falar alto e a gesticular. Devo, em algum momento, ter-lhe passado a mão próximo ao rosto, pois, julgando talvez que eu estivesse irado e fosse batê-lo, deixou penderem os braços, com a fisionomia transfigurada pelo terror, e os olhos semi-cerrados, na atitude de quem espera uma bofetada da qual não pretende esquivar-se. Nunca me hei de esquecer da vergonha, surpresa e repulsa que senti ao ver um homem tão musculoso ter medo até de aparar um golpe, num movimento instintivo. (DARWIN, 1983, p. 9).

O naturalista, no período em que esteve no Brasil, ficou chocado com a indiferença dos senhores diante de tantas atrocidades aplicadas aos escravos. Os maus-tratos atingiam os cativos adultos, mulheres e crianças, como é representado no conto. Na passagem final do texto, temos a seguinte imagem:

“Nhanhã, nahanhã! Pelo amor de Deus! Por Nossa Senhora que está no céu. Malandra! Nossa senhora não protege vadias!” “Onde está a vara? A vara estava à cabeceira da marquesa, do outro lado da sala. Sinhá Rita, não querendo soltar a pequena, bradou ao seminarista.

— Sr. Damião, dê-me aquela vara, faz favor?” Damião ficou frio... Cruel instante! Uma nuvem passou-lhe pelos olhos. Sim, tinha jurado apadrinhar a pequena, que por

causa dele, atrasara o trabalho... — Dê-me a vara, sr. Damião! [...] A negrinha pediu-lhe então por tudo o que houvesse mais sagrado, pela mãe, pelo pai, por Nosso Senhor... — Me acuda, meu sinhô moço! Sinhá Rita, com a cara em fogo e os olhos esbugalhados, insistia pela vara, sem largar a negrinha, agora presa de um acesso de tosse. Damião sentiu-se compungido; mas ele precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou na vara e entregou-a a sinhá Rita. (ASSIS, 2007, p. 431-432, grifos meus)

Damião, mesmo devoto aos ensinamentos de Cristo, não ajudou Lucrecia. Preceitos cristãos como “amar o próximo a si mesmo” tinham algumas restrições pragmáticas. Antes de seminarista estava preocupado com o desfecho favorável de sua fuga, que dependia da sinhá, então não cabia contrariá-la. Já Rita não aceitava o fato de uma escrava ser atendida por Nossa Senhora. Algo que deixou perplexo Mahommah Baquaqua⁶⁹ (1997) quando foi escravo de uma família católica no Recife, extremamente religiosa, mas que não media esforços na hora de torturá-los: mesmo no ato de reza, o chicote acompanhava.

⁶⁹ A trajetória de Mahommah Gardo Baquaqua, narrada por ele ao pastor americano Samuel Moore, foi posteriormente publicada em livro (1854). É uma fonte histórica interessante para se visualizar as entranhas do comércio escravo moderno a partir de dentro. Nascido em uma família muçulmana abastada em Djougou, na região do Daomé (atual Benin, na África Ocidental), cai nas amarras do comércio escravo atlântico e se torna escravo ilegal no Brasil de 1845 até 1847; primeiro chega a Pernambuco, onde é comprado por um padeiro. Depois é levado ao Rio de Janeiro, Porto Alegre e volta ao Rio onde consegue fugir para Nova York, onde é libertado por abolicionistas norte-americanos em Boston. Depois vai ao Haiti como educador missionário da igreja batista, visita o Canadá, torna-se cidadão deste país e retorna aos Estados Unidos. Segue para a Inglaterra na intenção de voltar à sua terra natal na África. Em 1857, não se tem mais notícia de Baquaqua e ficamos sem saber se conseguiu voltar a Djougou.

Mesmo com toda a brutalidade aplicada aos cativos no cotidiano da escravidão no Rio de Janeiro oitocentista, as práticas de resistência surgiam com a grande quantidade de escravos que fugiam dos seus proprietários. Homens, jovens, mulheres e crianças compunham esse cenário da cidade negra da Corte.

Tanto que quem estivesse andando pelas ruas do Rio de Janeiro no dia 17 de março de 1875 e por acaso avistasse ou esbarrasse com uma menina de 11 anos vestindo rosa, carregando uma trouxinha na mão e levando um vestido, talvez estivesse defronte a Balbina, escrava fugida. E, se realmente fosse a Balbina descrita na *Gazeta de Notícias* do mesmo dia, ganharia uma gratificação se a levasse à Rua 7 de setembro, 2º andar. Alguns meses depois, na terça-feira, 12 de outubro de 1875,⁷⁰ o Dr. Rodrigo Pereira Barreto recebeu da polícia seus dois escravos que se encontravam fugidos. Embora eles tivessem alegado maus-tratos por parte do senhor, os policiais, agentes mantenedores da “ordem” do Estado, tranquilizaram o direito de posse do doutor.

Essas histórias refletem os argumentos de Luiz Carlos Soares (2007) de que a tentativa de controle da população cativa do Rio de Janeiro no século XIX estava subsidiada em dois níveis que se completavam. O primeiro, a saber, o privado ou doméstico, no qual os próprios proprietários se encarregavam do controle e da disciplina dos escravos; o segundo, o nível público ou estatal, que se dividia em duas esferas, a ação preventiva através da vigilância policial e a punitiva através do sistema judiciário e penal.

⁷⁰ Fundação Biblioteca Nacional – *Gazeta de Notícias*, terça-feira, 12 de outubro de 1875.

Mesmo diante dessa cumplicidade entre proprietários de escravos e Estado na tentativa de controle dos escravos, com todo o aparato da força legal e ilegal, as práticas de resistência continuavam nas fugas, nas compras de alforrias e na situação limite do suicídio.

No conto “Mariana”, Coutinho (narrador que sabe que a escrava sofre por estar apaixonada por ele) destaca o fato de ela ser bem tratada por todos da família, como se fosse filha, embora “não se senta[sse] à mesa, nem vi[esse] à sala em ocasião de visitas, eis a diferença; no mais era como se fosse pessoa livre” (ASSIS, 1997, p. 773). E nem teve a mesma educação da irmã do narrador, na ótica de Coutinho. Mesmo assim era supostamente bem tratada e, embora estivesse sofrendo de amor, não havia razão para ter fugido pela segunda vez, mesmo Coutinho tendo-a ameaçada na primeira vez que a capturou: “Minha mãe saberá interrogar-te. Mariana estremeceu” (ASSIS, 1997, p. 776).

Nesse conto, Machado expõe características marcantes da escravidão no Brasil, como o “paternalismo”.⁷¹ Uma das chaves dessa política residia no fato de que o poder senhorial transformava em concessão condicionada qualquer ampliação do espaço de autonomia no cativo. Geralmente, a “violência era ainda parte integrante desse sistema, mas passava a responder a certas regras ou expectativas que acabavam por legitimá-la perante os próprios escravos” (CASTRO, 1997, p. 354).

Voltando ao conto, Coutinho inicia certa admiração por Mariana, mas algo os separava: o fato de ela ser escrava

⁷¹ Para uma leitura mais aprofundada dessa questão no conto “Mariana”, vide o trabalho de Sidney Chalhoub, *Machado de Assis, historiador* (2003).

não permitia um relacionamento mais sério. No fim, Mariana toma uma atitude extrema diante do sofrimento: se mata. O que deixou Coutinho perplexo, não pela perda da vida dela em si, mas sim pelo limite de domínio da suposta escrava-mercadoria da sua família.

O conto expõe uma questão interessante. Na ótica do membro da elite que narra a história, é difícil admitir que a suposta “segurança” dada pela família a Mariana não a impedisse de fugir e, no fim, a levasse ao suicídio. Não se aceita de bom grado as atitudes de Mariana, pois são ações que deslocam o poder senhorial e quebram a espinha dorsal da estrutura do contrato da escravidão, que é o suposto controle do senhor sobre a vida do seu subordinado. Como reflete a historiadora Hebe M. de Mattos de Castro sobre essa questão que:

Uma certa visão contratualista da escravidão, de reciprocidade entre partes desiguais, sempre esteve presente nas tentativas de legitimação do cativo no Brasil, desde os escritos dos jesuítas Benci e Antonil no início do século XVIII. Essa face paternalista não se opunha à violência necessária da instituição escravista. Ao contrário, o paternalismo só se fazia possível em contraponto à pedagogia da violência, que instituía a desigualdade essencial sobre a qual as relações pessoais poderiam desenvolver-se. Diversas pesquisas, centradas em períodos anteriores à extinção do tráfico, enfatizam que os cativos frequentemente souberam reverter em seu favor as estratégias senhoriais. (CASTRO, 1997, p. 358).

O ato do suicídio era uma das formas mais extremas de reação à escravidão, atitude tomada muitas vezes pelo medo dos maus-tratos e das torturas. Sobre essa questão, Darwin, logo quando chega ao Rio no dia 8 de abril de 1832, registra e reflete que “uma velha escrava, no entanto, preferindo a morte à vida miserável que vivia, lançou-se do alto do morro, indo despedaçar-se contra as pedras da base. Se se tratasse de alguma matrona romana, esse gesto seria interpretado como nobilante *amor à liberdade*, mas, numa pobre negra, não passava de simples caturrice de bruto” (DARWIN, 1983, p. 7). Darwin reitera sua perplexidade diante da indiferença dos senhores perante a vida dos escravos.

Sobre a questão do suicídio, Baquaqua estabelece uma reflexão interessante. Quando da sua esadia no Recife, ele segue o trabalho forçado de vender pães nas ruas, realizando sua atividade ao pé da letra, como determina seu senhor, mas o que recebe de gratificação são castigos. Revoltado com a situação, tenta fugir, mas logo é capturado e volta ao trabalho forçado. Daí resolve investir parte do dinheiro acumulado na venda dos pães em prazeres etílicos. Quando o senhor verifica os prejuízos, Baquaqua é açoitado severamente. Então decide tomar a decisão limite de se matar, mas fracassa, pois é salvo quando tentava se afogar. E depois da fracassada tentativa, as torturas foram aplicadas de forma implacável: pancadas na cabeça, açoites, entre outros, o que deixou cicatrizes para vida toda, não só no corpo, mas na alma. Quando vendido a um capitão no Rio de Janeiro, os maus-tratos continuaram e se matar mais uma vez passa por sua cabeça, pois segundo Mahommah:

Certamente não me atrevi a fazer outra tentativa. Eu era apenas um escravo, sem esperança, sem perspectiva de liberdade e sem amigos. Eu não tinha nenhuma esperança neste mundo e não sabia nada do outro, tudo era escuridão, tudo era medo. O presente e o futuro eram um só, sem divisor, apenas trabalho! Trabalho! Crueldade! Crueldade! Não havia miséria fim para minha miséria a não ser a morte. (BAQUAQUA, 1997, p. 95).

Na situação de Baquaqua e de muitos escravos, o fim da vida era a única solução para tanto sofrimento. Semelhante a Mariana e Baquaqua, Emília,⁷² escrava que, em consequência dos maus-tratos que seu senhor lhe dava, resolveu pôr termo à sua existência. Declarou sua deliberação a uma companheira que não consentiu que ela praticasse o ato. Semelhante a Baquaqua e Emília, a preta Felizania, escrava de Manoel Soares, devido aos maus-tratos sofridos, resolveu procurar descanso na morte. Lançou-se pela janela da casa e foi levada para a Santa Casa da Misericórdia,⁷³ onde foi tratada. Mas muitos cativos no Rio de Janeiro oitocentista conseguiram tal intento.

O conto “Mariana” termina com a indiferença do narrador, um protótipo filho da elite escravagista brasileira do século XIX. Diz Coutinho, após contar o fim de Mariana: “Daí a pouco saíamos pela Rua do Ouvidor afora, examinando os pés das damas que desciam dos carros e fazendo a esse respeito mil reflexões mais ou menos engraçadas e oportunas.

72 Fundação Biblioteca Nacional – *Gazeta de Notícias*, terça-feira, outubro de 1875.

73 Fundação Biblioteca Nacional – *Gazeta de Notícias*, quinta-feira, 22 de agosto de 1877.

Duas horas de conversa tinha-nos restituída a mocidade” (ASSIS, 1997, p. 779).

No “Pai contra mãe”, os gritos dilacerantes de Arminda não comoviam as pessoas que assistiam à cena dantesca em que é amarrada por seu algoz: “Quem passava ou estava à porta de uma loja, compreendia o que era e naturalmente não acudia”. Já no texto “O caso da vara”, o seminarista Damião não deixou de entregar a vara para que a sinhá Dona Rita torturasse a escrava Lucrecia.

É preciso ter a compreensão de que, nessas passagens, Machado de Assis não está naturalizando as práticas de violência da escravidão, mas refletindo sobre a naturalização dos horrores da escravidão e as contradições do pacto social de uma sociedade que se pretendia moderna e civilizada, mas que aceitava tal instituição e suas práticas grotescas, principalmente setores que dirigiam a sociedade e o Estado brasileiro oitocentista. Algo que tinha deixado também perplexos Charles Darwin e Mahommah Baquaqua.

Dessa forma, o contista Machado de Assis, como coloca Eduardo de Assis Duarte (2007, p. 262), “produziu narrativas em que a condição social e humana dos afro-brasileiros emerge de forma explícita e desvela o ponto de vista autoral, identificado com os que sofrem as agruras do regime patriarcal e escravista” (DUARTE, 2007, p. 262).

A crítica de Machado, ao contrário do que afirma Luiz Carlos Soares (2007), não está em naturalizar os horrores da escravidão, mas sim em denunciar, de forma irônica e cruel, o pacto social do Estado brasileiro e da sociedade brasileira

com a escravidão e seus horrores, o que é uma demonstração marcante de como o escritor trazia em sua narrativa a temática da escravidão. Como diz o crítico Astrojildo Pereira (1958, p. 26), Machado de Assis não compreendia a “escravidão apenas o aspecto sentimental, mas sim o fenômeno social em seu conjunto – e sobre este fenômeno é que incidia a sua lente de analista, servindo-se dos indivíduos como componentes e como expressão de um todo complexo”.

A narrativa machadiana traz aos leitores a impressão de que a escravidão carregava tragédias humanas no seu enredo cotidiano e de que é preciso não esquecer que a escravidão foi o acontecimento mais importante no processo de formação do Brasil, sustentada pela violência física e simbólica. Machado de Assis, na sua ironia habitual utilizada nos contos, retrata as cenas da cidade negra do Rio oitocentista e destaca a indiferença dos senhores, dos seminaristas e da sociedade diante das violências sofridas pelos escravos.

Machado de Assis, nos contos, também representou a indiferença das elites diante da escravidão ilegal ocorrida no Brasil durante boa parte do século XIX. Provavelmente os proprietários de escravos advindos do contrabando não sofreram como Jacobina a *terrível situação moral*. Inclusive, Baquaqua fora uma das vítimas do comércio ilegal, mas não só ele como milhares de africanos foram escravizados de forma ilegal no Brasil. Foi este fato um crime quase perfeito? Vejamos.

A indiferença dos senhores descritas por Machado de Assis nos seus contos ganha contornos interessantes quando se assenta a questão do tráfico ilegal de escravos no Brasil.

Esse infame comércio fez parte do cotidiano da cidade negra do Rio de Janeiro oitocentista, embora se tenha tentado apagar sistematicamente essa passagem histórica da cidade no decorrer do século XIX – uma política oficial do Estado em convivência com as elites dirigentes da época.

Sidney Chalhoub (2012) defende que o romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* pode ser lido como um texto que reflete as questões do tráfico ilegal de escravos no Brasil. Podemos alocar essa análise para alguns contos machadianos, em especial os contos “Pai contra mãe” e “Entre santos”. Mas o tráfico é citado em outro conto.

Em “Dívida extinta”,⁷⁴ o personagem principal, Bento Fagundes da Purificação, era boticário e morava na Rua da Saúde, desde antes de 1830. Em 1852, data do conto, “tinha ele vinte e três anos de botica e um pecúlio, em que todos acreditavam, posto ninguém dissesse tê-lo visto. Aparentemente havia dois escravos, comprados no Valongo (1758-1831), quando esses eram ainda boçais e a preço módico”.

O narrador coloca as economias acumuladas por Bento Fagundes: dois escravos comprados no Valongo, porto de desembarque de escravos na Corte brasileira desde 1758. O conto deixa para o leitor uma dúvida: seriam esses escravos comprados no contrabando? A lei de 1831 decretava que o

⁷⁴ Conto publicado no *Jornal das Famílias*, novembro de 1878. O conto narra o desencontro amoroso dos sobrinhos do sr. Bento Fagundes, os primos Anacleto Monteiro (espécie de dândi) e Adriano, pelo amor da jovem Carlota, a deusa da Gamboa. Os dois primos brigam pelo amor da moça, mas ela se casa com outro. O texto é interessante para analisar os preconceitos das elites da cidade do Rio oitocentista em relação às mulheres de baixa renda e moradoras de locais populares como a Gamboa, que por sua vez era região onde havia um contingente de muitos afrodescendentes.

escravo desembarcado no Brasil após essa data era considerado liberto, então Bento Fagundes, neste ano, tinha 3 anos de idade, portanto não tinha como comprar escravos no porto (cabe destacar que a narração do texto se dá no período em que o local não existe), só se tivesse ganho por herança, mas não se tem detalhes sobre isso e a dúvida fica em aberto.

Já no conto “Pai contra mãe” não há dúvida, pois se tem a seguinte imagem:

Casos houve, ainda que raros, em que o escravo de contrabando, apenas comprado no Valongo, deitava a correr, sem conhecer as ruas da cidade. Dos que seguiam para casa, não raro, apenas ladinos, pediam ao senhor que lhes marcasse aluguel, e iam ganhá-lo fora, quitandando. (ASSIS, 2007, p. 124, grifos meus).

O narrador traz nessa passagem a imagem do Valongo, o maior porto de escravos existente no Brasil e cenas do cotidiano existente quando o cais existia, pois, no ano em que foi publicado o conto (1906), o porto não existia, tendo sido soterrado no decorrer do século XIX.

Machado de Assis destaca a imagem do Valongo e sua relação com o contrabando de escravos e chama a atenção de que essa conexão existiu no passado da Corte e que caberia ser lembrado.

O Valongo foi o porto que mais recebeu escravos no Brasil. Foi construído em 1758 por ordem do vice-rei, o marquês do Lavradio, e tinha como objetivo deslocar o comércio de escravos da região do Paço (região central da cidade) para

a região da Gamboa. Um dos argumentos utilizados para tal mudança de local era o fato de que supostamente os escravos traziam doenças para a população da cidade do Rio.

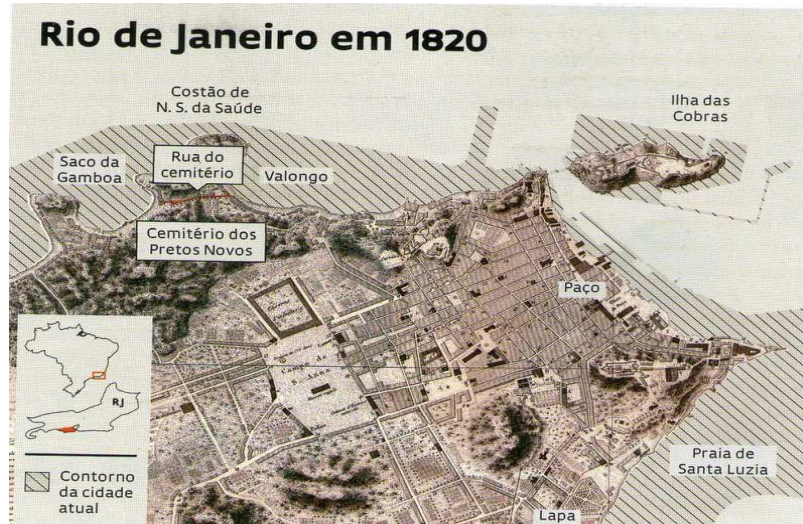
O Valongo era um complexo constituído de ruas e de casas comerciais circunvizinhas que tratavam do comércio escravo. Dos quase cinco milhões de africanos trazidos forçosamente para o Brasil, mais de um milhão passou pelo porto. O fluxo de seres humanos era tão intenso que, a poucas quadras ao lado, foi construído o Cemitério dos Pretos Novos⁷⁵ (1779-1831), como o próprio nome sugere, para se enterrar africanos recém-chegados, devido às terríveis condições de viagem durante a travessia do Atlântico e às péssimas condições de higiene no porto.

Durante seu funcionamento, estima-se que mais de 20 mil corpos foram jogados no cemitério. Um dado assustador é que muitos desses escravos mortos eram jovens e crianças, e, pior, muitos doentes eram enterrados vivos, o que dá um teor mais intenso de crueldade. “A combinação de febres endêmicas, enterros em massa e doenças infecciosas tornava o Valongo umas das áreas mais insalubres da cidade” (KARACH, 2000, p. 77).

Milhares de africanos foram enterrados nesse cemitério em condições degradantes, em covas rasas, sem nenhuma estrutura mínima de higiene e de respeito aos cultos da passagem para outra vida e de seus ancestrais. Segue imagem do mapa da região do porto do Valongo:

⁷⁵ Em 1996, durante reforma numa casa da região da Gamboa, foram encontradas várias ossadas humanas, o que posteriormente foi descoberto que se tratava de vestígios do Cemitério dos Pretos Novos.

FIGURA 4 - RIO DE JANEIRO EM 1820



O porto do Valongo foi fechado em 1831, devido ao suposto fim do tráfico negreiro imposto pela pressão inglesa. Em 1843, foi recoberto com 60 centímetros de pavimento e se transformou no Cais da Imperatriz, construído para receber Teresa Cristina, vinda do Reino das Duas Sicílias, futura esposa de Pedro II. E no período republicano foi aterrado e coberto por ruas e praças. Simbolicamente, é de se notar que uma parte importante da história dos africanos e de seus descendentes foi coberta pela memória da princesa branca europeia. Atitudes como essa por parte do Governo Imperial tinham uma lógica concreta: a tentativa de apagar a história da escravidão na Corte.

É nesse contexto histórico que Machado destaca a imagem do Valongo em conexão com o contrabando. Em que pese oficialmente o porto ter sido fechado em 1831 e ter sido

decretada a lei no mesmo ano afirmando que os africanos desembarcados após essa data no Brasil seriam considerados libertos e que os contrabandistas seriam severamente punidos, o comércio ilegal se intensificou após essa data. Para termos uma ideia dessa questão, Sidney Chalhoub levanta alguns dados:

Desde meados do século XVI até os anos 1850, chegaram ao país mais de 4,8 milhões de africanos escravizados; no primeiro quartel do século XIX (1801-25), entraram 1.012.762 africanos; no segundo quartel (1826-50), 1.041.964, e outros 6800 vieram após a nova lei de proibição do tráfico de 1850. A aritmética dos dados revela que mais de 42% das importações de africanos para o Brasil em três séculos de tráfico negreiro aconteceram apenas na primeira metade do século XIX. Relembra observar que a maioria esmagadora das entradas de escravizados no último período, 1826-50, mais o número residual da década de 1850, destinaram-se à região do atual Sudeste e ocorreram quando tratados internacionais e legislação nacional haviam tornado ilegal o tráfico negreiro. (CHALHOUB, 2012, p. 35).

As informações levantadas por Chalhoub (2012) indicam que, após a lei de 1831, o tráfico se intensificou. Isso se deveu às baixas taxas de reprodução natural da população cativa e ao surgimento da produção de café no Vale do Paraíba, que fizeram com que se tornasse mais do que necessária a mão de obra qualificada⁷⁶ dos africanos. Mais de 750 mil escravos

⁷⁶ Importante destacar que a mão de obra africana não residia apenas na força

desembarcaram no país após a lei de 1831, dados eloquentes que revelam o peso do comércio ilegal neste período.

Os contos machadianos representam cenas de escravos ilegais perambulando pelas ruas da cidade. Era comum e naturalizado por parte da população da Corte o contrabando de escravos. Outra imagem do conto que se destaca é que, no contrabando de escravo, “apenas ladinos pediam ao senhor que lhes marcasse aluguel, e iam ganhá-lo fora, quitandando”.

Em linhas gerais, os termos “boçal” e “ladino” eram utilizados para diferenciar os escravos. O boçal, por exemplo, era o recém-chegado da África que não conhecia a língua portuguesa e se comunicava a partir de sua língua e gesto de origem. Já o ladino era o escravo que já conhecia o português e a cultura local, daí este segundo ser mais requisitado nas tarefas de vendas de produtos nas ruas, *quitandando*. O escravo boçal, muitas vezes, se recusava a conhecer a língua portuguesa, sendo uma forma de resistência para preservar sua língua de origem.

Sidney Chalhoub (2012) indica que, no contexto do tráfico ilegal, foi criado um regulamento em 1832 que ordenava que quaisquer autoridades policiais ou criminais, incluídos os juízes de paz, investigassem, de prontidão, denúncias de “que alguém comprou ou vendeu preto boçal”. O que resultou num alargamento do conceito de “ladino”, pois significaria que teria chegado antes de 1831, uma prática muito utiliza-

física, mas sobretudo na qualificação do seu trabalho. Na África, eram especialistas no trato com a terra e na produção agrícola, na produção do ouro e na criação de animais, pois traziam conhecimento tecnológico avançado no trato dessas tarefas.

da pelas autoridades e contrabandistas para preservar sua “mercadoria” ilegal.

Machado de Assis, nos contos, capta literariamente o sentimento da época que naturalizava a existência de escravos contrabandeados na Corte oitocentista. O que indica como era forte a instituição, pois não existe caso similar no mundo de um país por tanto tempo ser sustentado economicamente pela mão de obra ilegalmente escravizada sob a conveniência do Estado e, pior, sendo este acontecimento apagado por parte das autoridades posteriores.

Chalhoub recupera um trecho de uma carta de Eusébio de Queiroz,⁷⁷ representativo sobre a questão da força social desse comércio ilegal:

Entretanto, é forçoso confessar que a punição deste crime encontra inúmeros obstáculos. O interesse, o hábito e o comprometimento de grande parte da nossa população especialmente dos agricultores se armam para proteger os acusados deste crime; e a nossa forma de processo exige para a imposição de penas graves um concurso de tantas vontades, que é quase impossível reuni-las quando se trata da importação de africanos. Os esforços de uma, ou outra Autoridade por muito elevada, que seja, são imponentes, são inúteis; e a impunidade, que daí resulta bem a frequência deste crime. A nota foi escrita em um país, onde há júri, e onde por consequência o mesmo necessariamente deve acontecer; quando se tratar de executar Leis proibitivas,

⁷⁷ Eusébio de Queiroz Coutinho Matozzo Camara, chefe de polícia da Corte de março de 1833 a abril de 1844, com breve interrupção em 1840.

que se oponham às ideias de grande parte da população. (CHALHOUB, 2012, p. 66-67).

Se um representante da justiça, que tinha função de coibir tal comércio ilegítimo, afirma em bom tom que é frequente tal prática e que é aceito por grande parte da população, em suma, aceitando a inevitabilidade de tal prática, imaginemos o que pensavam os senhores proprietários de escravos ilegais da época. Sobre essa questão, vejamos outro conto de Machado de Assis.

O conto “Entre santos”, inicialmente publicado na *Gazeta de Notícias*, em 1º de janeiro de 1886 e republicado no livro *Várias histórias* (1895), é narrado por um capelão de S. Francisco de Paula que descreve um acontecimento insólito: o fato de ele supostamente ter presenciado o diálogo dos santos S. José, S. Miguel, S. João Batista e S. Francisco de Sales.⁷⁸

S. João Batista e S. Francisco de Sales debatiam sobre a falta de fiéis e sobre as promessas sem sinceridade realizadas pelos homens. Cada um dá exemplos. O caso que se destaca é o narrado por S. Francisco de Sales sobre o avaro, Sr. Sales, que, padecendo pela eminente perda da mulher, sofre mais em pensar nos gastos fúnebres futuros. Sr. Sales era um homem preocupado com os lucros dos seus negócios acima de tudo, receitas essas sustentadas pelo trabalho escravo comprado de contrabando – uso de mão de obra ilegal. Sobre Sales, senhor de cinquenta anos, detalha:

⁷⁸ Gledson (2007) informa que S. Francisco de Sales (1567-1622) escreveu o livro *Introdução da vida devota* e que foi influenciado pelo otimismo franciscano, sendo tido como um dos guias mais humanos da vida religiosa.

Moeda que lhe cai na mão dificilmente torna a sair [...]. A família compõe-se da mulher e de uma preta escrava, comprada com outra, há muitos anos, e às escondidas, por serem de contrabando. Dizem até que nem as pagou, porque o vendedor faleceu logo sem deixar nada escrito. A outra preta morreu há pouco tempo; e aqui vereis se este homem tem ou não o gênio da economia; Sales libertou o cadáver...

- O cadáver?

- Sim, o cadáver. Fez enterrar a escrava como pessoa livre e miserável, para não acudir às despesas da sepultura [...].

- Compreende-se a incredulidade pública, ponderou S. Miguel. (ASSIS, 2007, p. 389, grifos meus).

Senhor Sales, como bem coloca o texto na metáfora “moeda que lhe cai na mão dificilmente torna a sair”, é um típico proprietário de escravos no Brasil oitocentista que, ao investir na compra e no uso do trabalho ilegal escravo que tinha, não perderia nenhuma gota de lucro possibilitado. Ele libertou sua escrava comprada no contrabando e, se pagou realmente por ela, não se sabe, mas a libertou quando ela morreu, pois assim se livrou dos gastos. Diferentemente de sua esposa, isso não gerou sofrimento por parte de Sales.

O conto foi publicado no início de 1886, poucos meses depois da promulgação da Lei dos Sexagenários, conhecida também como Lei Saraiva-Cotegipe, que foi promulgada em 28 de setembro de 1885. Essa lei concedia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade, mas beneficiou poucos escravos, pois eram raros os que atingiam essa idade,

devido à vida difícil que levavam. Os que chegavam aos 60 anos de idade já não tinham mais condições de trabalho.

Era uma lei que, de fato, beneficiava mais os proprietários, pois podiam libertar os escravos pouco produtivos. Sem contar que a lei apresentava um dispositivo que determinava que o escravo, ao atingir os 60 anos, deveria trabalhar por mais 3 anos, de forma gratuita, para seu proprietário. O que foi o caso da escrava de Sales, que ganhou a liberdade para a morte. A Lei dos Sexagenários foi uma tentativa de parcela da aristocracia brasileira de preservar a escravidão, e cabe ressaltar que, se dependesse de parte da aristocracia brasileira da época, a escravidão duraria por muito tempo, como defenderam a instituição até o fim o deputado Martinho Campos e José Mauricio Wanderley (barão de Cotegipe, magistrado e político que, por ironia, era mulato), ambos críticos ferrenhos da abolição.

Machado, nesse conto, ironiza as elites aristocratas, bem como o próprio nome Sales, que se refere a um santo conhecido pelo seu valor humano: assim se torna uma ironia, pois o apego do Senhor era ao seu *status quo* de poder sustentado pelo trabalho escravo ilegal. O Bruxo do Cosme Velho mais uma vez chama a atenção para a indiferença senhorial diante das riquezas acumuladas sobre o trabalho escravo, e pior, sobre o comércio ilegal – uma política costurada por forças políticas do Estado Imperial.

Nesse contexto, é representativa a fala de D. Pedro II na abertura da Assembleia Geral Legislativa em 22 de maio de 1867, sobre o fim da escravidão. O monarca diz: “Provedo-se de modo que, respeitada a propriedade atual e sem

abalo profundo em nossa primeira indústria – a Agricultura –, sejam atendidos interesses que se ligam a emancipação” (COSTA, 2001, p. 40-41). A fala do monarca representa bem essa questão, pois os lucros advindos da agricultura eram prioridade, enquanto que a emancipação dos escravos era algo secundário, mesmo sendo sustentada em grande parte na mão de obra ilegalmente escravizada.

O comércio do tráfico de escravos foi intensificado após a lei de 1831, um crime que sustentou a construção do acúmulo de riqueza dos grandes proprietários de café do Sudeste brasileiro do século XIX. Daí a política de conveniência do Estado e das classes proprietárias. Sidney Chalhoub reflete que:

No início dos anos de 1850 [...] quiçá metade da população escrava em idade produtiva existente no país fosse constituída por africanos ilegalmente escravizados e seus descendentes; essa taxa de ilegalidade da escravidão era decerto muito mais alta nas fazendas de café do Vale do Paraíba, para onde afluíram em massa os africanos chegados após a lei de 1831. Não custa meditar por um momento no que se acaba de enunciar: *a riqueza e o poder da classe dos cafeicultores, que se tornariam símbolo maior da prosperidade imperial ao longo do Segundo Reinado, viabilizaram ao arripio da lei, pela aquisição de cativos provenientes de contrabando.* (CHALHOUB, 2012, p. 37, grifos meus).

A política econômica de produção de café, efetuada pelo Estado brasileiro no Segundo Reinado, resultou no acú-

mulo de capitais nas mãos de poucas famílias aristocratas, que se deu em detrimento dos sacrifícios de duas gerações de negros e mulatos ilegalmente escravizados.⁷⁹ Uma elite que não abria mão dos seus investimentos ilegais, como resume Machado de Assis na sua aguda ironia, “moeda que lhe cai na mão, dificilmente torna a sair”. Não existe metáfora melhor para representar as elites aristocratas brasileiras dos oitocentos.

Sobre essa importante questão, Chalhoub (2012) indica o vínculo estreito entre tráfico ilegal e precariedade da liberdade, pois a ostensiva impunidade dos senhores envolvidos no comércio ilegal aumentava a política de repressão para os homens de cor, abrindo margem para arbitrariedades respaldadas pelos órgãos oficiais do Estado brasileiro.

Nesse contexto, Sidney Chalhoub (2012) levanta uma reflexão historiográfica importante. Geralmente, os estudos da escravidão no Brasil dão ênfase à análise do acesso a liberdade, na luta e conquista dela. Porém, muitas vezes, perdem de vista sobre qual liberdade tinha conquistado o ex-cativo. E mais, esquecem-se de analisar os contextos históricos e as estruturas institucionais que tornavam a experiência da liberdade precária, pois o medo e as chances de serem presos ou reescravizados era um perigo constante no cotidiano dos “homens de cor” no século XIX.

⁷⁹ Cabe destacar que, na segunda metade do século XIX, muitos escravos entraram com ações de liberdade nos tribunais de justiça exigindo liberdade, pois argumentavam que tinham desembarcado no Brasil após 1831. Os trabalhos de Sidney Chalhoub (1990) e Luciano Mendonça de Lima (2006) demonstraram essa questão.

Machado representou, com aguda percepção, sentimento partilhado das elites escravagistas do século XIX. Esses setores da sociedade faziam da ilegalidade norma, e da indiferença álibi do seu acúmulo de riqueza sob o uso sistemático da mão de obra ilegal.

A escravidão na cidade do Rio oitocentista foi marcada por práticas arbitrárias para com os cativos, que por sua vez reagiam dentro de suas possibilidades. A Corte presenciou, no seu cotidiano, uma parte da história dos mais de 750 mil africanos ilegalmente escravizados e seus descendentes, o sacrifício social das duas últimas gerações de cativos para manter a estrutura econômica do Estado brasileiro funcionando durante o Segundo Reinado.

Nesse contexto, justificam-se historicamente os contos machadianos como fonte de pesquisa para se perceber cenas da cidade negra na Corte oitocentista e outras imagens da escravidão.

Outras faces da cidade do Rio de Janeiro são desveladas pelos textos de Machado de Assis: o espaço urbano onde existiam torturas de escravos, no qual eles resistiam com as fugas e outras formas de resistência; cidade que abrigava capoeiras, quitandeiras, e que tinha o Valongo, o Calabouço, além de ter sido cenário da escravização ilegal.

No último romance de Machado de Assis, *Memorial de Aires* (1906),⁸⁰ sobre o fim da escravidão, diz o narrador:

⁸⁰ No mesmo ano em que foi publicado o conto “Pai contra mãe” (1906).

Ainda bem acabamos com isto. Era tempo. Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem *apagar a instituição da história, ou até da poesia*. A poesia falará dela, particularmente naqueles versos de Heine,⁸¹ em que o nosso nome está perpétuo. Neles conta o capitão do navio negreiro haver deixados trezentos negros no Rio de Janeiro. (ASSIS, 1999, p. 37, grifos meus).

Nessa passagem, o personagem alude à queima de arquivos e documentos relacionados ao tráfico negreiro, empreendida por Rui Barbosa, então ministro da Fazenda do Governo Provisório. Como no trecho do romance, nos contos machadianos se detecta a postura do autor em reiterar a condenação, em querer apagar a escravidão da memória histórica da cidade do Rio de Janeiro.

Dessa forma, Machado de Assis indica, através dos contos, que cabe aos historiadores lembrarem os fatos que, muitas vezes, sob as ordens impostas pelas elites no presente, não devem ser lembrados, como no caso da cidade do Rio de Janeiro no recorte étnico-racial no século XIX. Pois, se a Corte tinha sua importância nacional, isso se deve também ao fato de que historicamente foi construída sob mãos negras.

A história da escravidão em si já é sombria, mas no caso da experiência brasileira ganha requintes de crueldade sem precedentes na história. Além da impunidade dos

81 O poema de Heine citado se chama “Sklavenschiff”, de 1854, traduzido por Augusto Meyer de “Navio Nегreiro”.

senhores, do Estado beneficiado por esse sistema e da não indenização dos libertos e seus descendentes, a tentativa sistemática de querer apagar os rastros desse crime no decorrer da história do Brasil é algo grotesco.

Os contos de Machado de Assis são fontes que revelam e preservam aspectos da escravidão e, muitas vezes, aspectos de violência e arbitrariedades aos quais eram submetidos os escravos. Pois, como lembra José Carlos Reis (2011, p. 234-235), toda narrativa é ética e não apenas estética e, “quando o historiador é confrontado com o horror, as vítimas, a sua dívida se transforma em dever de não esquecer e de narrar”. Dessa maneira, narrativa histórica e narrativa ficcional não se excluem, apesar de suas diferenças.

Dessa forma, os contos machadianos preservam aspectos da histórica da cidade negra do Rio de Janeiro, uma cidade historicamente fincada na experiência dos horrores da escravidão e, pior, subsidiada por bom tempo no cativeiro ilegal, o que foi um crime quase perfeito. Só não foi porque delitos perfeitos não deixam rastros, e essa barbaridade histórica deixou vestígios, pois não conseguiu “apagar a instituição da história, ou até da poesia”. A poesia falará dela, assim como ficou preservada literariamente nos contos de Machado de Assis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento que precede o término do texto, alguns apontamentos se fazem necessários. Machado de Assis produziu mais de duas centenas de contos, alguns sendo consideradas obras-primas do gênero; outros, do ponto de vista estético, deixando muito a desejar. Do ponto de vista histórico, os contos machadianos são portadores de várias possibilidades de pesquisa. O nosso trabalho analisou aspectos da cidade negra do Rio de Janeiro oitocentista e outras imagens da escravidão.

Os contos, diferentes de outros gêneros como a crônica e o romance, deixam concisas e breves imagens sobre acontecimentos e aspectos históricos, o que é característica extensiva aos textos machadianos. O que configura um limite de análise, pois em que pese o historiador trabalhar na sua narrativa com a dimensão imagética e poética, as fontes indicam muito do espaço a ser construído na pesquisa. Mas o que pretendemos demonstrar é que, por mais restrito que seja o uso do conto como fonte histórica, seu uso é viável. Isso, claro, vai depender das mediações feitas pelo historiador.

No caso de Machado de Assis, os relatos sutis, elegantes e breves adensam essa questão, e os contos preservaram em riquezas de detalhes imagens da escravidão e suas implicações sociais.

Todavia, encontramos, na nossa pesquisa, contos que, à sua maneira, representam aspectos da escravidão na Corte. Em imagens breves, revelam cenas da cidade negra do Rio de

Janeiro oitocentista. E mais, os contos pesquisados ressaltam em grande medida as condições aviltantes que a escravidão impunha aos escravos. De outro lado, preservam as práticas de resistência como as fugas, os suicídios e outras atividades, como a capoeiragem e as quitandeiras; bem como os locais ligados ao passado da instituição no Rio de Janeiro, como o Valongo, a Cidade Nova, entre outras.

O que demonstra o interesse de Machado por essa história, embora narrando literatura, é a preocupação do escritor em preservar um passado que as elites brasileiras, durante o século XIX, tentaram sistematicamente apagar, o que foi intensificado com o advento do regime republicano.

Machado de Assis, nos contos, desvela algo muito importante: a capacidade de advertir de forma sutil e intencional os fragmentos, as passagens e as paisagens da história do Brasil, em especial da cidade do Rio de Janeiro, pouco conhecidos dos leitores contemporâneos. Especificamente, os contos analisados trazem aos leitores a impressão de que a escravidão e suas implicações sociais estavam presentes no dia a dia da Corte oitocentista e que eram parte inerente à história da cidade.

Luiz Felipe de Alencastro (1997) afirma que a escravidão urbana na Corte oitocentista foi de “caráter extravagante”, devido ao tamanho do contingente de escravizados e libertos, bem como à importância que a instituição teve na cidade. Na primeira metade do século XIX, era a cidade com o maior contingente de escravos do mundo.

Estudar a escravidão no Brasil é se interessar pelos discursos silenciosos deixados pelos escravos e seus des-

centes, pois muitos não puderam relatar a contento suas próprias experiências acerca de suas histórias e seus projetos, e o Estado brasileiro historicamente se comprometeu com toda sua força a apagar as marcas dessa história. Contudo, não conseguiu totalmente seus objetivos, pois os rastros e vestígios permanecem indicando os sons, os sentimentos e as imagens desse passado.

Nisso, o historiador burkinense Joseph Ki-Zerbo (1982) afirma “que sob as cinzas mortas do passado existem sempre brasas impregnadas da luz da ressurreição”. Machado de Assis, como um homem-escritor comprometido em compreender seu tempo e seu país, nas suas narrativas produziu indícios, sinais e vestígios da história da escravidão e de suas implicações sociais, aspectos que se configuram como parte importante da história brasileira e da cidade do Rio de Janeiro. Em especial, nos contos machadianos, estão preservadas literariamente imagens da escravidão na cidade do Rio de Janeiro oitocentista, cabendo aos historiadores e demais leitores olharem com mais atenção para essas narrativas literárias impregnadas de luzes que revelam um passado tão próximo de nós.

REFERÊNCIAS

OBRAS DE MACHADO DE ASSIS

ASSIS, Machado de. **Obra completa**: Conto e Teatro. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. v. II. 1997.

_____. **Memorial de Aires**. São Paulo: Editora Escala, 1999.

_____. **Crônicas selecionadas**: antologia. São Paulo, Martin Claret, 2009.

_____. **50 contos de Machado de Assis**. seleção, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem no Império. In: **História da vida privada no Brasil**. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ANDRADE, Mário. **Aspectos da literatura brasileira**. 4. ed. São Paulo: Martins, 1972.

AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de Carapinha**: A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

BARRETO, Lima. **Histórias e Sonhos**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BAQUAQUA, Mahommah Gardo. **Mahommah Gardo Baquaqua**: Biografia e narrativa do ex-escravo afrobrasileiro. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

BENJAMIM, Walter. **Charles Baudelaire**: Um lírico no auge do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL, Gerson. **História das ruas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Souza, 1954.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil 1900**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004.

BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**: estudos de Teoria e História Literária. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CARRER, Alice. **Rio de Assis**: Imagens machadianas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de famílias e direitos no fim da escravidão. In: **História da vida privada no Brasil**: Império: a corte e a modernidade nacional. 6. ed. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CAVALCANTE, Edjalma Moraes (Org.). **Contos Completos de Machado de Assis**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2003.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Machado de Assis**, Historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORTÁZAR, Júlio. **Valise de Cronópio**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CUNHA, Patrícia Lessa das Flores. **Machado de Assis: Um escritor nos Trópicos**. Porto Alegre: Unisinos, 1998.

DARWIN, Charles. **Viagem de uma naturalista ao redor do mundo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Machado de Assis afro-descendente: escritos de caramujo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, Crisálidas, 2007

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: Uma introdução**. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

FAORO, Raimundo. **Machado de Assis: A pirâmide e o trapézio**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

FISCHER, Luís Augusto. **Machado e Borges e outros ensaios machadianos**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

_____. **Realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Fename, 1980.

_____. **Seleta**. 4. ed. Rio de Janeiro. José Olympio, 1983.

GAMA, Luiz. **Primeiras trovas burlescas & outros poemas**. (Edição organizada por Lígia F. Ferreira). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GERSON, Brasil. **História das Ruas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Souza, 1954.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: Verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Olhos de madeira: Nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GLEDSON, John. **Por um novo Machado de Assis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOTLIB, Nádia Batella. **Teoria do conto**. 11. ed. São Paulo: Ática, 2006.

GOULART, José Alípio. **Da Palmatória ao patíbulo: Castigos de escravos no Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1971.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. **Os leitores de Machado de Assis: o romance e o público de literatura no século 19**. São Paulo: Nankin Editorial: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistências numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro – 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África**. v. 1. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982.

LARA, Silvia H. “Blowin it the Wind”: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *In: Projeto histórico*. PUC - São Paulo, 1995.

LLOSA, Mário Vargas. **A verdade das mentiras**. 2. ed. São Paulo: Arx, 2004.

LOPES, Nei. **Dicionário escola afro-brasileiro**. São Paulo: Selo Negro, 2006.

MEYER, Augusto. **Machado de Assis (1935-1958)**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Abolição**. São Paulo: Ática, 1988.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FURNATE, 1983.

MOUREIRA, Carlos Eduardo de Araújo. **Cidades negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. Juliana Barreto Farias *et al.* (Org.). São Paulo: Alameda, 2006.

MURICY, Kátia. **A razão cética: Machado de Assis e as questões do seu tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **O imaginário da cidade: Visões literárias do urbano**. 2. ed. Paris; Rio de Janeiro; Porto Alegre: UFRGS Porto Alegre, 2002.

PEREIRA, Astrojildo. **Machado de Assis: ensaios e apontamentos**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Prosa de Ficção (de 1870 a 1920)**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

POE, Edgar Allan. **Ficção completa, poesia e ensaios**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1965.

TATI, Miécio. **O mundo de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1961.

TRIGO, Luciano. **O viajante imóvel: Machado de Assis e o Rio de Janeiro do seu tempo**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TRIPOLI, Mailde Jerônimo. **Imagens, máscaras e mitos: o negro na obra de Machado de Assis**. Campinas: Unicamp, 2006.

RISÉRIO, Antonio. **A cidade no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e produção cultural na primeira República**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANDRONI, Cícero; BUENO, Alexei. **Machado vive: exposição comemorativa de 100 anos de morte de Machado de Assis**. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 2009.

SCHWARZ, Roberto. **Machado de Assis: Um mestre na periferia do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: 34, 1997.

SILVA, Alberto da Costa. **Das mãos do oleiro: aproximações**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

SILVEIRA, Daniela Magalhães da. **Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis**. Campinas: Unicamp, 2010.

SOARES, Carlos Eugênio. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

SOARES, Luiz Carlos. **O povo de "Cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2007.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Os precursores do conto no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

SOUZA, José Galante de. **A bibliografia de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação – Instituto Nacional do Livro, 1955.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WISSENBACH, M. C. C. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, N. (Org.). **História da vida privada no Brasil: Da Belle Époque à era do rádio**. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

JORNAIS

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Jornal do Comércio**, fev. 1880.

_____. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 23 maio 1876.

_____. **Almanak Brasileiro**, 1876.

_____. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 maio 1876.

_____. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 3 ago. 1876.

_____. **Gazeta de Notícias**, 17 ago. 1875.

_____. **Gazeta de Notícias**, 23 out. 1875.

_____. **Gazeta de Notícias**, 10 set. 1875.

_____. **Gazeta de Notícias**, out. 1875.

_____. **Gazeta de Notícias**, 22 ago. 1877.

_____. **Gazeta de Notícias**, 12 out. 1875.

_____. **Gazeta de Notícias**, 3 jun. 1877.

REVISTAS & PERIÓDICOS

ARANHA, Gervácio Batista. Visões do urbano na ótica dos cronistas: um mergulho no cotidiano *citadino*. **II Seminário Nacional de Fontes Documentais e Pesquisa Histórica:**

Sociedade e Cultura, realizado durante os dias 07 a 10 de novembro de 2011 no Câmpus I da Universidade Federal de Campina Grande - Programa de Pós-Graduação em História.

HAAG, Carlos. Ossos que falam: escavações na zona portuária do Rio de Janeiro revelam retrato pouco conhecido da escravidão. Pesquisa FAPESP, **A escravidão sob a terra**: ossos achados no Rio de Janeiro dão materialidade ao tráfico negreiro, n. 190, dez. 2011.

LOVEJOY, Paul. Identidade e a miragem da etnicidade: a jornada de Mahommah Baquaqua para as Américas. **Revista Afro-Ásia**, n. 27, UFBA, 2002.

SANTIAGO, Jorge P. O lado clandestino da cidade brasileira: Uma historiografia reticente aos conflitos étnicos. **Anuário Americanista Europeu**, n. 1, p. 87-105, 2003.

SANTOS, Fábio Murici dos. O punhal de Martinha: O Rio de Janeiro nas crônicas de Machado de Assis. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n. 14, dez. 2000.

SLENES, Robert W. Malungu ngoma vem: África coberta e descoberta no Brasil. **Revista USP**, n. 12, 1991/1992.

_____. Escravos, cartórios e desburocratização: O que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? In: **Produção e transgressões**. 10. ed. São Paulo: ANPUH. Editora Marco Zero, 1985.

REIS, João José. Ameaça negra! Quilombolas assombravam o dia a dia de senhores e funcionários da colônia. In: A era da escravidão. Rio de Janeiro, Sabin: **Revista História da Biblioteca Nacional**, 2009.

PUBLICAÇÕES ON-LINE

BRASIL. Ministério da Educação. **Machado de Assis** - vida e obra. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/24-conto>

CANDIDO, Vanessa Edna do Carmo *et al.* **Escravidão negra em São Paulo e no Brasil**. Disponível em: <http://historiadesaopaulo.wordpress.com/escravidao-negra-em-sao-paulo-e-no-brasil/>

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Marc Ferrez**. Disponível em: <https://ims.com.br/titular-colecao/marc-ferrez/>.

RIBEIRO. Luis Filipi. **Machado, um contista desconhecido**. ano 1, n. 1, jun. 2008. Disponível em: <http://machadodeassis.net/download/numero01/num01artigo02.pdf>.

TESES E DISSERTAÇÕES

FARIAS, Leonardo Bruno. **O anjo das donzelas**: a construção do comportamento feminino nos contos de Machado de Assis (1858-1878). Campina Grande, 2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

HONORATO, Cláudio de Paiva. **Valongo**: O mercado de Escravos do Rio de Janeiro, 1758 -1831. Dissertação (Mestrado em História), Niterói, 2008, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. **História e crônica**: bala de estalo e as questões políticas e sociais de seu tempo (1880). Monografia (Graduação em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas – UNICAMP, 2001.

SILVA, Alessandro Castro da. **Relíquias de Casa Velha**: Uma leitura do Rio de Janeiro e do Brasil do século e início do XX através do olhar do escritor e do funcionário público Machado de Assis. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Letras), 2005, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Letras.

SILVA, Ana Carolina Feracin. **De “Papa-Pecúlios” ao Tigre da Abolição**: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX. Departamento de História – IFCH – Unicamp, 2006.

ANEXO B

PUBLICAÇÕES DOS CONTOS MACHADIANOS

ANO – N° PUBLICAÇÕES DOS CONTOS MACHADIANOS		
1858 - 1	1876 - 8	1894 - 4
1859 - 2	1877 - 4	1895 - 3
1860 - 0	1878 - 11	1896 - 0
1861 - 0	1879 - 3	1897 - 2
1862 - 1	1880 - 0	1898 - 1
1863 - 0	1881 - 4	1899 - 1
1864 - 5	1882 - 10	1900 - 0
1865 - 5	1883 - 23	1901 - 0
1866 - 8	1884 - 23	1902 - 0
1867 - 5	1885 - 11	1903 - 1
1868 - 5	1886 - 8	1904 - 1
1869 - 2	1887 - 4	1905 - 1
1870 - 4	1888 - 1	1906 - 6
1871 - 5	1889 - 1	1907 - 1
1872 - 7	1890 - 1	
1873 - 11	1891 - 3	
1874 - 4	1892 - 4	
1875 - 12	1893 - 1	

Fonte: Dados da pesquisa, 2012. Retirados de Edjalma Cavalcanti, 2003.

Pseudônimos: ***; A; Camilo da Anunciação; Eleazar; J; J.B; J.J; Job; Lara; Lélio; M; M.A; M de A.; M. de Assis; Machado d'Assis; Machado de Assis; Manassés; Marco Aurélio; Max; Máximo; O.O; Otto; Próspero; Victor de Paula; X; Z, Z,Z; diversas assinaturas, sem assinatura apenas um conto foi publicado.

ANEXO C

FOTO DE MACHADO DE ASSIS



Foto de Machado de Assis aos trinta anos.

Fonte: http://www.pactoaudiovisual.com.br/mestres_final/machado/vida_e_obra.htm.

ANEXO D

MÁSCARA MORTUÁRIA DE MACHADO DE ASSIS

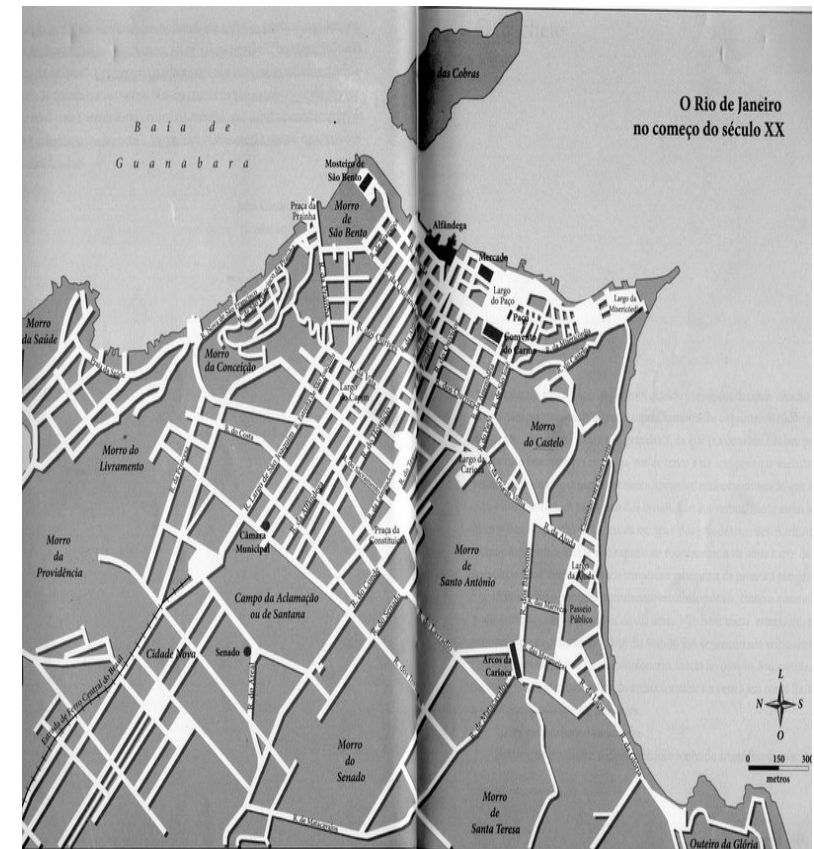


Máscara mortuária de Machado de Assis resalta os traços negroides do escritor.

Fonte: http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/machado_assis/galeria/foto16.html.

ANEXO E

MAPA DO RIO DE JANEIRO



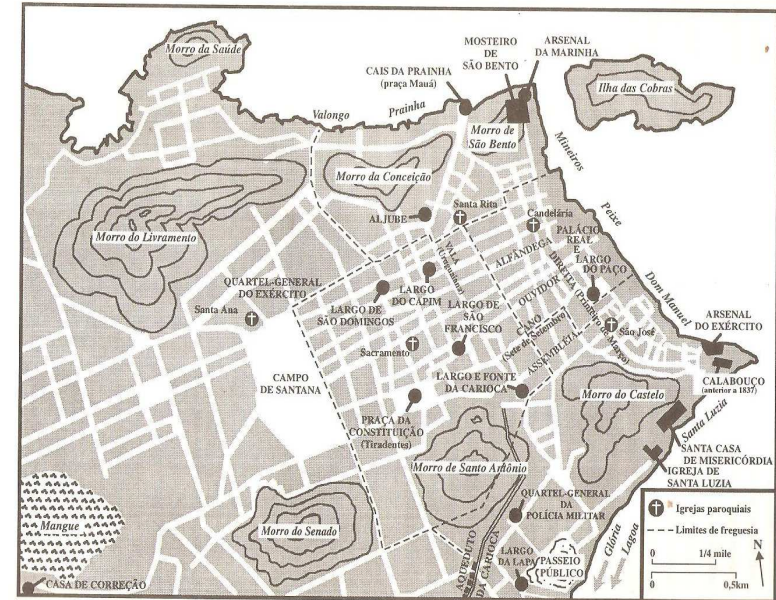
Mapa do Rio de Janeiro mostram as ruas por onde Candinho arrasta Arminda.

Fonte: Gledson, 2007.

ANEXO F

MAPA DA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO

Mapa 1
Parte central do Rio de Janeiro, cerca de 1850



Mapa da área central do Rio de Janeiro

Fonte: Holloway, 1997

Formato 15x21 cm
Tipologia Palatino Linotype
Nº de Pág. 157

Editora da Universidade Federal de Campina Grande- EDUFCG

